

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 533, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 1018/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023, que renova a permissão outorgada à kiss Telecomunicações Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 1018

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que renova, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida à Kiss Telecomunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

Brasília, 27 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10882, de 31 de outubro de 2023, publicada em 23 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/11/2023 | Edição: 222 | Seção: 1 | Página: 21

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.882, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.024939/2020-91, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, número de inscrição no FISTEL nº 02031635409, a partir de 11 de março de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1100/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que renova, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida à Kiss Telecomunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061962** e o código CRC **923D87DC** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	
CNPJ:	59.477.240/0001-24	CEP da sede:	01.310-300
Endereço da sede:		Av. Paulista, nº 2200, Ed. Central Park, 15º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP	
E-mail de contato:		gerencia@mundialcom.com.br	
Serviço a ser renovado:		<input checked="" type="checkbox"/> (x) Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> () em frequência modulada <input type="checkbox"/> () em ondas curtas <input type="checkbox"/> () em ondas médias <input type="checkbox"/> () em ondas tropicais <input type="checkbox"/> () Radiodifusão de sons e imagens	
Localidade da renovação:	Arujá	UF:	SP
Período de renovação:	11/03/2021 a 11/03/2031		
FISTEL Nº	02031635409	Frequência:	102,1 MHz

Eu, **TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA**, inscrito no CPF sob o nº **279.767.838-90**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

São Paulo, 16 de outubro de 2020.



TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

TRA

132749

Por este instrumento particular de contrato social, os abaixo assinados: ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, brasileiro, casado, administrador de empresas, com residência e domicílio na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na Rua Pacheco Miranda, nº 38, portador da Carteira de Identidade, RG. nº 5.054.921-SSP/SP. e, com inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob código 039.095.698-89 e, MARIZIL DA ARCHANJO, brasileira, divorciada, radialista, com residência e domicílio na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Jaime da Fonsenca Rodrigues, nº 620, portadora da Carteira de Identidade, RG. nº 5.355.208-SSP/SP. e, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob código 071.041.188-02, resolvem entre si e, na melhor forma de direito, constituírem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que reger-se-á, pelas cláusulas a seguir elencadas:

Cláusula 1ª A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e, girará sob a denominação social de **RÁDIO KISS LIMITADA** e, terá sua sede na Rua Cardoso de Almeida nº 704, 6º andar, conjunto 162, na Comarca da Capital deste Estado, CEP. 05013, podendo abrir filiais, sucursais, ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional.

§ Primeiro A sociedade identificar-se-á, ainda, com denominação fantasia de **RÁDIO KISS**.

Cláusula 2ª A sociedade terá por objetivo as atividades, delineadas nos parágrafos abaixo:

§ Primeiro Serviços de radiodifusão, assim, como, a distribuição, produção, venda, licenciamento de programação nacional e estrangeira e, ainda a divulgação de pro

LD

histórico, informativo, recreativo, divulgativo, noticiários, de lazer, de esportes, infantil, financeiro, entre outros, promovendo ao mesmo tempo, marketing, a publicidade comercial, para satisfazer os encargos da empresa e sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, nos limites fixados e formas estabelecidas em legislação específica.

§ Segundo Poderá, também, obter proventos, decorrentes do aluguel de receptores especificamente desenhados e projetados para recepção de sinais gerados

Cláusula 3ª A sociedade poderá participar de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

Cláusula 4ª A duração da sociedade será por tempo indeterminado e iniciará suas atividades de imediato.

Cláusula 5ª O capital social será de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados, dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um cruzado), cada uma, inteiramente subscrito pelos sócios da seguinte forma:

1- André Gilberto de Camargo Dreyfuss, subcreve 1.000.000 (um milhão) de quotas, no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados);

2- Marizilda Archanjo, subcreve 1.000.000 (um milhão) de quotas, no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados).

AD
MPC

corrente no País, a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito, na importância de \$..... 1.000.000,00 (um milhão de cruzados) e, obrigam-se a integralizar os restantes 50% (cinquenta por cento), também em dinheiro, no valor total de \$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Quotistas	Quotas	Valor
André Gilberto de Camargo Dreyfuss	1.000.000	\$ 1.000.000,00
Marizilda Archanjo	1.000.000	\$ 1.000.000,00
<hr/>		<hr/>
Total	2.000.000	\$ 2.000.000,00

§ Primeiro A responsabilidade dos sócios quotistas na forma do artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919 fica expressamente limitada a importância do capital social.

Cláusula 6ª A gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios, assim como o uso da denominação social, da forma a seguir:

§ Primeiro Para firmar contratos em geral, inclusive de empréstimos, títulos de crédito, cheques e quaisquer outros documentos, sejam de que natureza forem que envolvam responsabilidade da sociedade, far-se-à necessária a assinatura de ambos os sócios. Todavia, na ausência destes, poderão outorgar mandato àquele que permanecer, não havendo necessidade de se-ja através de instrumento público, bastando, para tanto, o instrumento particular.

AD

- na, no tocante a expedição de correspon
dência, recibos e endossos de cheques
para depósito em contas bancárias sa so
ciiedade, será necessária apenas a assi-
natura individual de qualquer dos só-
cios.
- § Terceiro Na constituição de procuradores em nome
da sociedade, deverão os respectivos ins
trumentos especificar os atos que pode-
rão ser praticados, além de terem prazo
de validade determinados.
- § Quarto É expressamente vedado o emprego da de-
nominação social em fianças, avais, acei-
tes, endossos ou outros documentos, que
não constituam atos de interesse para
a sociedade ou que importem em mera li-
beralidade.
- Cláusula 7ª Os sócios ficam dispensados de caução e
a título de "pro labore", terão direito
a uma retirada mensal, fixada de comum
acordo, a qual será levada a conta de
despesas gerais.
- Cláusula 8ª Em caso de morte, incapacidade, exclu-
são ou retirada de um dos sócios, a so
ciiedade não se dissolverá. Ocorrendo um
desses eventos, os haveres do sócio mor
to, incapacitado, excluído ou retirante
serão calculados com base no último ba-
lance levantado pela sociedade e serão
pagos em 36 (trinta e seis) parcelas,
iguais, mensais e sucessivas, acresci-
das de correção monetária, de acordo
com a variação nominal das Obrigações
do Tesouro Nacional (OTN's), além dos
juros legais.
- AD

Cláusula 7ª A sociedade se compromete a observar com rigor, as leis, decretos, regulamentos e quaisquer decisões do Ministério das Comunicações, referentes a legislação de radiodifusão sonora e de serviços especiais em geral, incluindo de sons.

Cláusula 10ª A sociedade não poderá executar, serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora e de serviços especiais de sons no País, além dos limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula 11ª Em 31 de dezembro de cada ano, será levantado um balanço geral do ativo e passivo, sendo apurados os lucros ou prejuízos, os quais, serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas partes do capital social. Assim como, poderá, a sociedade levantar balanços intermediários, trimestrais ou semestrais para a distribuição dos lucros apurados.

Cláusula 12ª Os casos não previstos no contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 3708 de 10 de janeiro de 1919 e a Lei nº 4726 de 13 de julho de 1965.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, para os efeitos legais e de direito.

Os sócios declaram por fim, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de deder atividades mercantis.

AD
AP

André

Gilberto Dreyfuss
Gilberto de Camargo Dreyfuss

Marizilda Archanjo

Marizilda Archanjo

Testemunhas:

1) Isabel Correa Dantes

2) *[Signature]*

1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS e, MARIZILDA ARCHANJO, únicos sócios da Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, RÁDIO KISS LIMITADA., conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 35.208.282.369 em 07.10.1988, resolvem de pleno e comum acordo o que se segue:

- I. Alterar a denominação social de RÁDIO KISS LIMITADA. para KISS TELECOMUNICAÇÕES LIMITADA., e a denominação fantasia de "RADIO KISS", para "KISS";
- II. Retificar o endereço da sede social, que no contrato constou como: Rua Cardoso de Almeida, nº 704, 6º andar, conjunto 162, para: Rua Cardoso de Almeida, nº 704, 16º andar, aptº 162, nesta Capital;
- III. Incluir, no contrato social, as cláusulas 13ª, 14ª e 15ª, adiante reproduzidas na consolidação aqui aprovada;
- IV. Em decorrência dessas deliberações, resolvem os quotistas consolidar o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Contrato Social da KISS TELECOMUNICAÇÕES LIMITADA.,

CLÁUSULA 1ª

A Sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e, girará sob

AD

O capital social será de CZ\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de CZ\$1,00 (um cruzado), cada uma, inteiramente subscrito pelos sócios da seguinte forma:

1-André Gilberto de Camargo Dreyfuss, subscrive 1.000.000(um milhão) de quotas, no valor total de CZ\$1.000.000,00(um milhão de cruzados);

2-Marizilda Archanjo, subscrive 1.000.000 (um milhão) de quotas, no valor total de CZ\$1.000.000,00 (um milhão de cruzados).

Os sócios realizam neste ato, em moeda corrente no País, a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito, na importância de CZ\$1.000.000,00 (um milhão de cruzados) e, obrigam-se a integralizar os restantes 50% (cinquenta por cento), também em dinheiro, no valor total de CZ\$1.000.000,00(um milhão de cruzados), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Quotistas	Quotas	Valor
André Gilberto de		
Camargo Dreyfuss	1.000.000	CZ\$1.000.000,00
Marizilda Archanjo	1.000.000	CZ\$1.000.000,00
	<hr/>	<hr/>
Total	2.000.000	CZ\$2.000.000,00

§ Primeiro - A responsabilidade dos sócios quotistas na forma do artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919, fica expressamente limitada à importância do capital social.

CLÁUSULA 6ª

A gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios, assim como o uso da denominação social, da forma a seguir:

Mao

AA

mos, títulos de crédito, cheques e quaisquer outros documentos, sejam de que natureza forem, que envolvam responsabilidade da sociedade, far-se-á necessária a assinatura de ambos os sócios. Todavia, na ausência destes, poderão outorgar mandato àquele que permanecer, não havendo necessidade de que seja através de instrumento público, bastando, para tanto, o instrumento particular.

§ Segundo - Para a prática de atos de simples rotina, no tocante a expedição de correspondência, recibos e endossos de cheques para depósito em contas bancárias da sociedade será necessária apenas a assinatura individual de qualquer dos sócios.

§ Terceiro - Na constituição de procuradores em nome da sociedade, deverão os respectivos instrumentos especificar os atos que poderão ser praticados, além de terem prazo de validade determinados.

§ Quarto - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, avais, aceites, endossos ou outros documentos, que não constituam atos de interesse para a sociedade ou que importem em mera liberalidade.

CLÁUSULA 7ª

Os sócios ficam dispensados de caução e, a título de "pro labore", terão direito a uma retirada mensal, fixada de comum acordo, a qual será levada a conta de despesas gerais.

CLÁUSULA 8ª

Em caso de morte, incapacidade, exclusão ou retirada de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá. Ocorrendo um desses eventos ,

ms
AD

calculados com base no último balanço levantado pela sociedade e serão pagos em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas acrescidas de correção monetária, de acordo com a variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN's), além dos juros legais.

CLÁUSULA 9ª

A Sociedade se compromete a observar com rigor, as leis, decretos, regulamentos e quaisquer decisões do Ministério das Comunicações, referentes a legislação de radiodifusão sonora e de serviços especiais em geral, incluindo de sons.

CLÁUSULA 10ª

A Sociedade não poderá executar, serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora e de serviços especiais de sons no País, além dos limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA 11ª

Em 31 de dezembro de cada ano, será levantado um balanço geral do ativo e passivo, sendo apurados os lucros ou prejuízos, os quais, serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas partes do capital social. Assim como, poderá, a sociedade levantar balanços intermediários, trimestrais ou semestrais, para distribuição dos lucros apurados.

CLÁUSULA 12ª

Os casos não previstos no contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e a Lei nº 4.726 de 13 de julho de 1.965.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

As quotas ou ações representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

CLÁUSULA 14ª

Nenhuma alteração contratual ou estatutária poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 15ª

Os Administradores deverão ser brasileiros natos e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações."

Elege-se o foro desta Comarca, para dirimir quaisquer controvérsias que possam surgir deste instrumento.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, para os efeitos de direito.

São Paulo, 16 de novembro de 1988

André Gilberto de Camargo Dreyfuss
ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS

Marizilda Archanjo
MARIZILDA ARCHANJO

Testemunhas:

Diogo Fernando de Souza
DIOGO FERNANDO DE SOUZA

Laura Cavalcante de Luna
LAURA CAVALCANTE DE LUNA



INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO
DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento de alteração e re-ratificação de Contrato Social, os abaixo assinados, ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS e MARIZILDA ARCHANJO, únicos sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, Kiss Telecomunicações Limitada, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 35.208.282.369 em 07/10/1988, e 1ª Alteração de Contrato Social arquivada na JUCESP sob nº 662.519 de 24/11/1988, resolvem de pleno e comum acordo o que se segue:

I - Re-Ratificar a 1ª alteração do Contrato Social de 24/11/1988 para incluir na cláusula 2ª, item a: "Serviços de Radiodifusão".

II - Introduzir um novo item na cláusula 2ª, que será o item C, com a seguinte redação:

"Produção, copiagem, gravação e distribuição de filmes e vídeo-tapes".

III- Em vista da re-ratificação e da alteração acima citadas no item I e II, a cláusula 2ª passa a ter a seguinte redação: "A sociedade terá por objetivo as atividades abaixo delimitadas:

a) Serviços de Radiodifusão, assim como, a distribuição, produção, venda, licenciamento de programação nacional e estrangeira e, ainda a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, informativo, recreativo, divulgati-

AD

entre outros, promovendo ao mesmo tempo, marketing, a publicidade comercial, para satisfazer os encargos da empresa e sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, nos limites fixados e formas estabelecidas em legislação específica.

b) Aluguel de receptores especificamente desenhados e projetados para a recepção de sinais gerados.

c) Produção, cópiagem, gravação e distribuição de filmes e vídeo-tapes".


IV - Alterar a cláusula 15ª, que passa a ter a seguinte redação:


"Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações".

V - Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato Social, não modificadas por este instrumento.

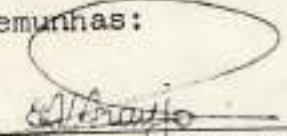
E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, para os efeitos de direito.

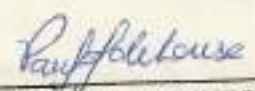
São Paulo, 06 de dezembro de 1988.


ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS


MARIZILDA ARCHANJO

Testemunhas:


ESTELA ALVES DE LIMA ARAUJO


PAULA TERESA GOUVEIA DE SOUZA



KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

3. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Os signatários deste instrumento:

1 - ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Barão de Capanema, n. 235 - 6. andar, portador da RG. n. 5.054.921 e do CPF. n. 089.095.698-78, e

2 - MARIZILDA ARCHANJO, brasileira, divorciada, dirigente de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, n. 116 - apto. 51, portadora da cédula de identidade. n. 5.355.208 e CPF. n. 071.041.188-02,

únicos sócios componente da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, constituída conforme Contrato Social registrado na Jucesp. sob n. 35.208.282.369 em sessão de 07-10-88; primeira alteração sob n. 662.519 de 24-11-88 e segunda re-ratificação e alteração sob n. 669.985 de 06-12-88, resolvem pelo presente instrumento altera-lo parcialmente como segue:

1a. Mudança de endereço da sede da sociedade para a Rua Antonio Alves de Lima, n. 186 - sala 8 - Centro - Arujá - S.P.;

2a. Retira-se da sociedade o sócio ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, cedendo e transferindo sua quotas de capital da seguinte forma:

99% de suas quotas sociais ou seja: 990.000 quotas para a sócia MARIZILDA ARCHANJO, acima qualificada;

1% de suas quotas sociais ou seja: 10.000 quotas para o sócio admitido nesta data à sociedade LUIZ CARLOS SALVIA, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Dr. Jose Manuel, n. 116 - apto 51, portador do RG. n. 3.244.180 e do CPF. n. 273.149.608-87.

3a. Os sócios deliberam atualizar o capital social da empresa que é de CZ\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), convertendo-o ao padrão monetário nacional, o "real" e aumenta-lo para R\$10.000,00 (dez mil reais), importância esta subscrita e integralizada pelos sócios em moeda corrente do país, observando a proporção das quotas de capital que cada um possui na sociedade.

4a. Em virtude das alterações havidas, a cláusula Do Capital Social da sociedade, passa a reger-se sob a seguinte redação:

Do Capital Social

O Capital Social é de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 10.000 (dez mil) quotas do valor nominal de R\$1,00 (hum real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

MA
Luis
gfm
AB

MARIZILDA ARCHANJO 9.900 quotas - R\$ 9.900,00
 LUIZ CARLOS SALVIA 100 quotas - R\$ 100,00
 TOTAIS 10.000 quotas - R\$10.000,00

Parágrafo único: A responsabilidade dos sócios fica limitada a importância total do capital social.

5a. A Administração da sociedade e o uso da firma passa a ser feita somente pela sócia MARIZILDA ARCHANJO.

6a. Continuam em pleno vigor e forma as demais cláusulas do mencionado Contrato Social e Alterações posteriores, que não foram atingidas pela presente Alteração.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que se produzam os efeitos legais.

São Paulo, 13 de junho de 1.995.

Andre Gilberto de Camargo Dreyfuss

Marizilda Archanjo

Luiz Carlos Salvia

Testemunhas:

Cilene Patricia Mende Zambelli

Waldir da Silva

Visto:

Levy Pacheco

129 CARTÓRIO DE NOTAS - HOMERIO SANTI - TABELADO
 Al. Santos, 1470 - Fone: 288-6277 Nº 950620171909
 Reconheço por semelhança a firma: ANDRE GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS,
 a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
 São Paulo, 20 de junho de 1995
 Eu testemunho _____ da verdade.
 MANOEL CELESTINO DOS S. NICOLAU - ESC. AUTORIZ.
 Valores: Firmas: R\$ 0,47 | Proc. dados: R\$ 0,47 | Total: R\$ 0,94

Caricatura



NOTAS
1470
Fialho
arizada

Cartório de Notas - Paulo Augusto Rodrigues Cruz
 Al. dos Ingos de Morais, 1788 - Fone: 571-8944 Nº 238695170357
 Reconheço por semelhança as firmas: LUIZ CARLOS SALVIA, MARIZILDA A
 ARCHANJO, as quais conferem com os padrões arquivados em Cartório.
 Valores Firmas R\$...: 0,46
 P. Dados R\$...: 0,46
 Total R\$...: 1,84
 São Paulo, 23 de Junho de 1995
 Eu testemunho _____ da verdade.
 Marcos Juliano Foster Esc. Autorizado

C. G. C.
SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
497059/96-4



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

**CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS
MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE
MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **MARIZILDA ARCHANJO**, brasileira, divorciada, dirigente de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, nº 116 - apto. 51, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.355.208 e do CPF/MF nº 071.041.188-02 e **LUIZ CARLOS SÁLVIA**, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, nº 116 - apto. 51, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.244.180 e do CPF/MF nº 273.149.608-87, únicos sócios componentes da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede e fóro na cidade de Arujá, Estado de São Paulo, a Rua Antonio Alves de Lima, 186 - sala 8 - Centro, inscrita no CGC/MF sob nº 59.477.240/0001-24, com Instrumento de Contrato Social arquivado na JUCESP sob nº 35.208.282.369, em sessão de 07/10/88 e última alteração contratual registrada sob nº 124.496/95-7, e ainda na qualidade de novo sócio **PAULO MASCI DE ABREU**, brasileiro, advogado, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.975.379 e do CPF/MF nº 339.119.598-34, residente e domiciliado no Estado de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360, apto. 21, Bairro do Morumbi, resolvem de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

II.1.1 - A cotista **MARIZILDA ARCHANJO**, possuidora de 9.900 (nove mil e novecentas) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) cede e transfere a **PAULO MASCI DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, 4.900 (quatro mil e novecentas) cotas, totalizando a importância de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), dando a cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.1.2 - O cotista **LUIZ CARLOS SÁLVIA**, possuidor de 100 (cem) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 100,00 (cem reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas a **PAULO MASCI DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, dando o cotista cedente, plena, raza e total quitação;

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura manuscrita]

II.1.3 - Em consequência de cessão e transferência de cotas, fica modificada a Cláusula 5ª do Contrato Social, que passa a obedecer à seguinte redação:

"CLÁUSULA 5ª

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
MARIZILDA ARCHANJO	5.000	R\$ 5.000,00
PAULO MASCI DE ABREU	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAIS	10.000	R\$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social".

II.2 - MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE

II.2.1 - A sociedade que mantinha sua sede à Rua Antonio Alves de Lima, 186 - sala 8 - Centro - Arujá - SP, passa a mantê-la à Avenida Paulista, 2.198 - loja 2 - Edifício Central Park - São Paulo - Capital, ficando, de conseguinte, alterada a Cláusula 1ª do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 1ª

A sociedade tem sua sede na cidade de São Paulo - Capital, à Avenida Paulista, 2.198 - loja 2 - Edifício Central Park - CEP 01244-010, e poderá abrir filiais, sucursais ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional".

II.3 - MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

II.3.1- Tendo em vista as modificações ocorridas na sociedade, esta passa a ser administrada, unicamente, pelo cotista **PAULO MASCI DE ABREU**, ficando, de conseguinte, alterada a Cláusula 6º do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 6ª

A sociedade será administrada unicamente pelo sócio **PAULO MASI DE ABREU**, nas funções de **GERENTE**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e sua investidura nos cargos, somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente."

II.4 - Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato de constituição e suas alterações, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas ora modificadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

São Paulo, 12 de Dezembro de 1996

Marizilda Archanjo
MARIZILDA ARCHANJO

Luiz Carlos Sálvia
LUIZ CARLOS SÁLVIA

Paulo Masci de Abreu
PAULO MASI DE ABREU



Testemunhas:

1- *Euclides Zimbbasta* **Euclides Zimbbasta**
CPF 844.390.768-15

2- *Roberto Teodoro de Carvalho* **ROBERTO TEODORO DE CARVALHO**
RG. 13348562 SSP-SP

03 *Wilma Correa* **WILMA CORREA** 13.162.356-4 SSP-SP

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA KISS
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **MARIZILDA ARCHANJO**, brasileira, divorciada, dirigente de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, nº 116 - apto. 51, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.355.208-SSP/SP e do CPF/MF nº 071.041.188-02 e **PAULO MASI DE ABREU**, brasileiro, advogado, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.975.379-SSP/SP e do CPF/MF nº 339.119.598-34, residente e domiciliado no Estado de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360, apto. 21, Bairro do Morumbi únicos sócios componentes da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede e fôro na cidade de São Paulo, Capital, à Avenida Paulista, 2.198 - loja 2 - Edifício Central Park, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na JUCESP sob nº 35.208.282.369, em sessão de 07/10/88 e ainda na qualidade de novos sócios **LUCI ROTHSCILD DE ABREU**, brasileira, orientadora pedagógica, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.607.662-SSP/SP e do CPF/MF nº 875.100.068-72, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360 - apto. 21 e **RAUL ROTHSCILD DE ABREU**, brasileiro, solteiro, emancipado, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360 - apto 21, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.146.886-0-SSP/SP e CPF/MF nº 267.325.088-30, resolvem, de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

II.1.1 - A cotista **MARIZILDA ARCHANJO**, possuidora de 5.000 (cinco mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo: a **LUCI ROTHSCILD DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas, totalizando a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), e a **RAUL ROTHSCILD DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, 500 (quinhentas) cotas, totalizando a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dando a cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.1.2 - Em consequência da presente cessão de cotas, fica modificada a Cláusula 5ª do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

X R R A



CLÁUSULA 5ª

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
PAULO MASCI DE ABREU	5.000	R\$ 5.000,00
LUCI ROTHSCHILD DE ABREU	4.500	R\$ 4.500,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	500	R\$ 500,00
TOTAIS	10.000	R\$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto 3708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

II.2 - Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato de constituição e suas alterações, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo com a cláusula ora alterada, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

22 MAR 1999

São Paulo,

MARIZILDA ARCHANJO

PAULO MASCI DE ABREU

LUCI ROTHSCHILD DE ABREU

RAUL ROTHSCHILD DE ABREU



Testemunhas:

1- JOSE ROBERTO DA SILVA
RG 17.145.270-7-SSP-SP

2- ANORCIA CORREIA DA SILVA
RG 24.977.102-0-SSP-SP



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE A
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
143055/01-0

KISS

CESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COTAS



I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular,

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 - apto.21 - Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4.975.379 - SSP - SP e do CPF nº 339.119.598-34;

Luci Rothschild de Abreu, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 - apto.21 - Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 6.607.662 - SSP - SP e do CPF. Nº 875.100.068-72;

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 - apto.21 - Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 25.146.886-0 - SSP - SP e do CPF. Nº 267.325.088-30;

Únicos sócios integrantes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sediada no Município de São Paulo - Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.200 - loja.2 Edifício Central Park - Cerqueira César, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas C.N.P.J. sob o nº 59.477.240/0001-24, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na JUCESP sob o nº 35.208.282.369 e última alteração contratual registrada sob o nº 52.022/99-7.

Tem entre si justa e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes;

II - DELIBERAÇÕES

Retira-se da sociedade a sócia **LUCI ROTHSCILD DE ABREU**, que neste ato e na melhor forma de direito dá plena geral e rasa quitação de todos os seus haveres.

RR de

[Signature]

A

[Signature]

Entra na sociedade CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, brasileira, solteira, menor residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 - apto.21 - Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº32.643.270-2 - SSP - SP e do CPF. Nº 339.119.598-34, neste ato assistida por seu pai PAULO MASCI DE ABREU, já qualificado.

III - CESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COTAS

A cotista LUCI ROTHSCHILD DE ABREU, possuidora de 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas a PAULO MASCI DE ABREU, já cotista, dando a cedente, plena, rasa e total quitação.

O cotista PAULO MASCI DE ABREU, possuidor de 5.000 (cinco mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passa a ter 9.500 (nove mil e quinhentas) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando a importância de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais); cede e transfere a quantia de 500 (quinhentas) cotas, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) à sócia CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, nova cotista, dando o cedente, plena, rasa e total quitação.

Em consequência à cessão de cotas fica modificada a Cláusula Quinta do Contrato Social, que passa a vigorar com a redação seguinte:

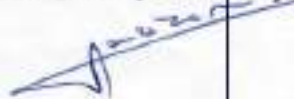
O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representados por 10.000 (dez mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, em moeda corrente nacional da seguinte forma:

SÓCIO	COTAS	VALOR
PAULO MASCI DE ABREU	9.000	R\$ 9.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	500	R\$ 500,00
CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU	500	R\$ 500,00
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00

Parágrafo único - De acordo com o artigo 2º "in-fine" do Decreto nº3.078, de 10 de janeiro de 1.919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

IV - DA GERÊNCIA

A sociedade será administrada pelo sócio PAULO MASCI DE ABREU, nas funções de GERENTE, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda assinatura de todos os papéis, títulos, documentos relativos a gestão social e comercial da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.



V - DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

Permanecem em vigor as demais cláusulas de contrato de constituição e suas alterações subsequentes, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E por estarem de pleno acordo com a cláusula ora alterada, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

São Paulo, 29 de janeiro de 2001.


PAULO MASCI DE ABREU

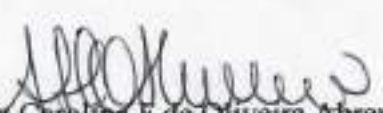

LUCI ROTHSCCHILD DE ABREU

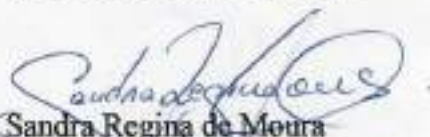

RAUL ROTHSCCHILD DE ABREU


CINTIA ROTHSCCHILD DE ABREU

Assistida por seu pai Paulo Masci de Abreu

TESTEMUNHAS:


1) Ana Carolina F. de Oliveira Abreu
RG nº 21.321.940-2 SSP/SP


2) Sandra Regina de Moura
RG nº 14.252.837-SSP/SP



Kiss Telecomunicações Ltda.

CNPJ: 39.477.240/0001-24

NIRE : 35.208.282.369

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Os abaixo assinados:

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital à rua Prof. Alexandre Correa n° 360 - apto 21 - Morumbi, Portador da Cédula de Identidade R.G n° 4.975.379 - SSP / SP e do CPF n° 339.119.598-34;

Cintia Rothschild de Abreu, brasileira, solteira, menor, estudante, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 - Morumbi, portadora da cédula de identidade R.G n° 32.643.270-2-SSP/ SP e do CPF n° 220.793.778-09, assistida neste ato por seu pai PAULO MASCI DE ABREU, já qualificado;

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador da cédula de identidade R.G n° 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF n° 267.325.088-30 residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 - Morumbi; e

Únicos sócios integrantes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista n° 2198 - Loja 2 - Ed. Central Park, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob n° 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n° 35.208.282.369 e ultima alteração contratual também registrada na Jucesp sob n° 60.978/01-6 em 05/04/2001.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme clausulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - Re - Ratificação.

Pelo motivo do CPF da sócia - recém admitida - Cintia Rothschild de Abreu, haver sido digitado com erro, por engano, deliberam os sócios promover a necessária Re - Ratificação neste número refletindo efeitos na alteração de Contrato Social registrado e arquivado na JUCESP em 05 de abril de 2001 sob número 60.978/01-6, constou o número 339.119.598-34, quando o correto é 220.793.778-09.



Segunda - Consolidar as Cláusulas do Contrato Social.

Preâmbulo :

PAULO MASCI DE ABREU, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital à rua Prof. Alexandre Correa n° 360 - apto 21 - Morumbi, Portador da Cédula de Identidade R.G n° 4.975.379 - SSP / SP e do CPF n° 339.119.598-34;

CINTIA ROTHSCILD DE ABREU, brasileira, solteira, menor, estudante, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 - Morumbi, portadora da cédula de identidade R.G n° 32.643.270-2-SSP/ SP e do CPF n° 220.793.778-09, assistida neste ato por seu pai **PAULO MASCI DE ABREU**, já qualificado;

RAUL ROTHSCILD DE ABREU, brasileiro, solteiro, maior, do comércio, portador da cédula de identidade R.G n° 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF n° 267.325.088-30, residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 - Morumbi; e

Únicos sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, resolvem consolidar e unificar num só instrumento as cláusulas do contrato social da mesma, conforme segue:

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "**Kiss Telecomunicações Ltda**".

Parágrafo Único : A sociedade adota a Denominação Social de Fantasia - **Radio Kiss**.

Segunda- Objetivo Social

O objetivo social da empresa, de acordo com o artigo 3° do Decreto n° 52.795, de 31/10/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será : a divulgação de programas de caráter educativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.



Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

A empresa tem sede e domicílio legal nesta capital do Estado de São Paulo à Avenida Paulista, 2198 - Loja 02 - Edifício Central Park - Cerqueira César.

Parágrafo Único: A Empresa poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta - Prazo.

O prazo de duração da sociedade é Indeterminado.

Nos termos da Legislação vigente as atividades da empresa se iniciam a partir da data em que o Poder Concedente defere o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome.

Se necessária for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta - Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

Sétima - Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representantes do capital social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e inalienáveis a estrangeiros.

Oitava - Quadro Societário.

Poderão fazer parte da Sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do Capital Social, sem direito a voto, e pertencente exclusivamente e nominalmente à brasileiros.

Nona - Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe: as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emana-

RRA

dos do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões, de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei n° 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

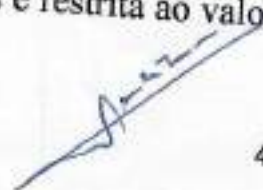
Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00(um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$
PAULO MASCI DE ABREU	9.000	9.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	500	500,00
CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU	500	500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único :Nos termos do parágrafo segundo, "in fine", do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor total do Capital Social.



Décima Terceira - Deliberações Sociais.

As cotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade e a cada uma delas corresponderá o direito a um voto nas deliberações dos quotistas, que serão tomadas pela maioria simples de votos.

Décima Quarta - Gerência da Sociedade.

A sociedade será gerida e administrada, isoladamente, pelo sócio gerente: PAULO MASCI DE ABREU, que recebe, por este instrumento, os mais amplos poderes para representá-la isoladamente frente a estabelecimentos bancários, de crédito, repartições fiscais e entidades afins, ativa e passivamente, em Juízo e fora dele.

O sócio - gerente poderá constituir procuradores para representá-los perante a sociedade e terceiros, ativa, passivamente e em juízo.

Não é permitida a utilização da denominação social em obrigações de mero favor, notadamente : fianças, avais e correlatos.

O sócio gerente esta dispensado de presta caução.

PARÁGRAFO ÚNICO : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mis de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radio-difusão, sómente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Décima Quinta - Exercício Social e Pró Labore.

O exercício social é coincidente com o ano civil, iniciando-se ,portanto, em 01 de Janeiro e terminando em 31 de Dezembro de cada ano civil , data em que será levantado um balanço geral complementado por um demonstrativo de Lucros e Perdas.

Ocorrendo prejuízo o mesmo será suportado pelos sócios em partes proporcionais ao número de quotas de cada um.

Os sócios gerentes terão direito a retiradas mensais a título de pró - labore, em valores estabelecidos de comum e livre acordo, respeitando-se a legislação vigente e aplicável ao tipo societário da empresa.

Poderá haver a distribuição de resultados nos encerramentos dos exercícios sociais , bem com antecipações dos mesmos , desde que satisfeitas às exi-



gências legal tributárias em valores e percentuais que poderão ser livremente acordados entre as partes.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima - Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n° 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava - FORO.



SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO

928496/03-0



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE AL
DE SOCIEDADE LIMITADA,
TELECOMUNICAÇÕES LTDA**

NIRE Nº 35.208.282.369

- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS
- AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL
- ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – PARTE ESPECIAL – LIVRO II – DO DIREITO DE EMPRESA – TÍTULO II – DA SOCIEDADE – CAPÍTULO IV – DA SOCIEDADE LIMITADA, BEM COMO À LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, SEÇÃO 1, COM CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **PAULO MASCI DE ABREU**, brasileiro, casado, advogado, domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista nº 2.200 – 7º andar – conjunto 71 – Cerqueira César e residente na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Professor Alexandre Correia, nº 360 - apto. 21 - Bairro do Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.975.379-SSP/SP e CPF/MF nº 339.119.598-34, **CINTIA ROTHCHILD DE ABREU**, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 32.543.270-2-SSP/SP e CPF/MF nº 220.793.778-09, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Itapaiuna, nº 1.800 -apto 42 – Edifício Portis Thamyris – Villaggio Panamby – Morumbi e **RAUL ROTHCHILD DE ABREU**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.146.886-0-SSP/SP e CPF/MF nº 267.325.088-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Itapaiuna, nº 1.800 -apto 62 – Edifício Portis Thamyris – Villaggio Panamby – Morumbi, sócios componentes da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2200 – Térreo – Loja 2 – Edifício Central Park – CEP 01310-300, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.477.240/0001-

RPA

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

24, com Instrumento de Contrato Social arquivado na JUCESP sob nº 35.208.282.369, em sessão de 07 de outubro de 1988 e alterações contratuais subsequentes devidamente registradas na JUCESP, resolvem, de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

II.1.1 - A cotista, **CINTIA ROTHSCILD DE ABREU**, possuidora de 500 (quinhentas) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade das suas cotas a **PAULO MASCI DE ABREU**, já remanescente da sociedade, dando a cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.2 - AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

II.2.1 - Por consenso dos sócios remanescentes, o capital social da empresa, que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fica, nesta oportunidade, elevado para R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo o valor a ser aumentado, vale dizer, R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às cotas que cada um possui na sociedade.

II.2.2 - Em decorrência da presente cessão e transferência de cotas e do aumento de capital social, fica modificada a Cláusula Décima Segunda do Contrato Social, que passa a redigir-se da forma seguinte:

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), representado por 80.000 (oitenta mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelas sócias da seguinte forma:

RDA.

PA

[assinatura]

R

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
PAULO MASCI DE ABREU	76.000	R\$ 76.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	4.000	R\$ 4.000,00
TOTALS	80.000	R\$ 80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."

II.3 - ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – PARTE ESPECIAL – LIVRO II – DO DIREITO DE EMPRESA – TÍTULO II – DA SOCIEDADE – CAPÍTULO IV – DA SOCIEDADE LIMITADA, BEM COMO À LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, SEÇÃO 1, COM CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL

II.3.1 – Face aos novos comandos dimanantes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito de Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV – Da Sociedade Limitada, e tendo em vista a promulgação da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, edição de 23 de dezembro de 2002 – Seção 1 – página 2, cujo teor dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 222 da Constituição Federal, bem como altera os artigos 38 e 64 da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, o parágrafo 3º do artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e dá outras providências, resolvem os atuais sócios da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, consolidar e unificar, num só instrumento, as cláusulas de seu contrato social, ficando o compromisso assim redigido:

CONTRATO SOCIAL

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

PAULO MASCI DE ABREU

Brasileiro, casado, advogado, domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista n° 2.200 - 7° andar - conjunto 71 - Cerqueira César e residente na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Professor Alexandre Correia, n° 360 - apto. 21 - Bairro do Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG n° 4.975.379-SSP/SP e CPF/MF n° 339.119.598-34 e

RAUL ROTHSCHILD DE ABREU

Brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 25.146.886-0-SSP/SP e CPF/MF n° 267.325.088-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Itapaiuna, n° 1.800 -apto 62 - Edifício Portis Thamyris - Villaggio Panamby - Morumbi.

CONSOLIDAM, entre si, e na melhor forma de direito, sociedade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, e terá como finalidade a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de radiocomunicação de interesses público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigentes e serviços de produção em estúdio para rádio e televisão.

RDA.

A

[Signature]

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o regulamento dos serviços de radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportação dos encargos da empresa e sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e fôro da sociedade têm como endereço a cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2200 – Térreo – Loja 1 – Edifício Central Park – CEP 01310-300.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e se necessário for a sua dissolução, tal deliberação deverá ser tomada pela maioria absoluta dos sócios, conforme determina o artigo 1033, inciso III da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUINTA

Toda e qualquer modificação do contrato social, depende, para sua validade, de votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social, nos termos do artigo 1.076, inciso I, combinado com o artigo 1.071, inciso V da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEXTA

A Sociedade se compromete por seus Diretores e Sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia autorização do Poder Concedente, desde que tais alterações impliquem na modificação dos objetivos sociais, mudança do quadro diretivo, cessão de cotas ou aumento de capital social que resultem em alteração do controle societário, bem como transferência da concessão, permissão e ou autorização.

RPA

A

X

CLÁUSULA SÉTIMA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

CLÁUSULA OITAVA

Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital votante, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes a legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA

A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

RDA

JA X

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade não poderá executar serviços, nem de concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), representado por 80.000 (oitenta mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelas sócias da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - RS
PAULO MASCI DE ABREU	76.000	RS 76.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	4.000	RS 4.000,00
TOTALS	80.000	RS 80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O Capital Social da empresa encontra-se totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

As cotas são indivisíveis em relação à Sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

RPA

HA

Handwritten signature

X

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A sociedade será administrada, unicamente, pelo sócio **PAULO MASCI DE ABREU**, na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe, ainda, a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os diretores terão como remuneração mensal, a quantia fixada em comum até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima Quinta deste Instrumento, é vedado em finanças, avais e outros atos de favor, estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

RPA

Assinatura X

A

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e desde que resultem na alteração do controle societário da empresa, de autorização prévia do Poder Concedente, nos termos do estipulado na Cláusula Sexta deste Contrato Social e para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

PARÁGRAFO ÚNICO

O sócio cedente, responde solidariamente com o adquirente, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelas obrigações por ele assumidas perante a sociedade e terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, desde que esteja totalmente integralizado. O Capital Social poderá ser reduzido depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis ou se for excessivo em relação ao objeto da sociedade. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, deverão designar quem os representará na Sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Poder Concedente e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente contrato social e o seu registro na MM. Junta Comercial em São Paulo.

RDA

A

A

X

CLAÚSULA VIGÉSIMA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reserva, até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme determinação do artigo 1065 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

CLAÚSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito De Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV - Da Sociedade Limitada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social Consolidado, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

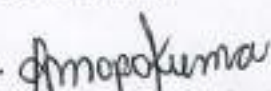
São Paulo, 23 de Setembro de 2003.



PAULO MASCI DE ABREU


RAUL ROTHSCHILD DE ABREU


CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU

Testemunhas:

1-  - Adriana Morakuma
RG. 20.606.332-3

2-  Fernando Antonio Penazzo
RG 7.190.597-SS0/SP



JUCESP

21.000.000

Kiss Telecomunicações Ltda.

CNPJ: 59.477.240/0001-24

NIRE: 35.208.282.369

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Sociedade Empresária.

8ª Alteração Contratual.

Os abaixo assinados:

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, advogado, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Paulista nº 2.200, 7º andar, conjunto 71, Cerqueira César, CEP: 01310-300, portador da Cédula de Identidade R.G nº 4.975.379 – SSP / SP e do CPF nº 339.119.598-34; e

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 19/10/1978, administrador de empresas, portador da cédula de identidade R.G nº 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF nº 267.325.088-30 residente e domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Itapaiuna nº 1.800, apartamento 62, Edifício Portis Thamuris, Villaggio Panamby, Morumbi, CEP: 05705-901.

Únicos sócios integrantes da sociedade empresária denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista nº 2.200 – Térreo - Loja 2 – Ed. Central Park – CEP: 01310-300, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob nº 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.208.282.369 (NIRE) em 07/10/1988 e última alteração contratual também registrada na Jucesp sob nº 91.242/04-6 em 19/02/2.004.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – Atualização de Dados Cadastrais dos Sócios.

O sócio Paulo Masci de Abreu, comunica alteração de seu domicílio para: Avenida Paulista nº 2.200, 16º andar, conjunto 162, Cerqueira César, CEP: 01310-300, São Paulo, SP.

O sócio Raul Rothschild de Abreu, comunica alteração em seu estado civil para "casado com separação total de bens" e em seu domicílio, para: Avenida Paulista nº 2.200, 17º andar, conjunto 172, Cerqueira César, CEP: 01310-300, São Paulo, SP.

Segunda – Alteração no endereço da sede. Aberturas de filiais.



Deliberam os quotistas :

Alterar a sede da sociedade para a Avenida Paulista nº 2.200 , Edifício Central Park , 15º andar , Cerqueira César , CEP : 01310-300, Município de São Paulo , Estado de São Paulo; abrir duas filiais ,sendo:

a primeira no município de Arujá , estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335 , Mirante , CEP: 07400-970;

e a segunda , no município do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245 , 37º andar , sala 3.707 , Centro , Freguesia de São José, CEP : 20040-009.

Por esse motivo a cláusula Quarta do contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo , Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park -Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá , estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335 , Mirante , CEP: 07400-970.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245 , 37º andar , sala 3.707 , Centro , Freguesia de São José, CEP : 20040-009.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Kiss Telecomunicações Ltda. Consolidação de Cláusulas do Contrato Social.

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "Kiss Telecomunicações Ltda".

Segunda- Finalidade.

Executar serviços de radiodifusão em geral , quer de onda média , frequência modulada , sons e imagens (televisão) , onda curta e onda tropical , mediante autorização do Poder Concedente , na forma da Lei e da Legislação vigente.

Terceira - Objetivo Social

O objetivo social da empresa , de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795 , de 31/10/1963 , que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será : a divulgação



de programas de caráter educativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park - Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá, estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335, Mirante, CEP: 07400-970.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245, 37º andar, sala 3.707, Centro, Freguesia de São José, CEP: 20040-009.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta – Prazo e Início das Atividades.

A sociedade iniciou suas atividades em 07 de Outubro de 1.988, data em que o Poder Concedente deferiu o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução, serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta – Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a submeter previamente ao Poder Concedente, antes de levar a registro, as alterações contratuais cujos objetos sejam aqueles previstos no Título XI do Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963 e Os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, na redação a estes conferida pelo artigo 7º da Lei nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representativas do capital social, pertencerão, sempre, na razão de 70% (setenta por cento) a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e inalienáveis a estrangeiros.

Poderão fazer parte da Sociedade, pessoas jurídicas, nacionais e estrangeiras, com participação de até 30% (trinta por cento) no Capital Social.

Oitava – Quadro Societário.

A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

As empresas efetivamente controladas, mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos não poderão ter participação total superior a trinta por cento no capital social, total e votante, das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Nona – Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe : as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões, de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei nº 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) dividido em 80.000 (oitenta mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$
PAULO MASCI DE ABREU	76.000	76.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	4.000	4.000,00

JUCESP

TOTAL	80.000	80.000,00
-------	--------	-----------

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente pelo Sr. Paulo Masci de Abreu , já qualificado , que está dispensado de prestar caução.

O administrador está investido de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

O administrador terá direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Décima Quinta - Exercício Social .

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro.

No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima - Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n.º 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava - FORO.

Será o FORO central da cidade e comarca de São Paulo, com renúncia desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

Décima Nona - Regência.

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelo Disposto na Lei n.º 10.606 de 10 de Janeiro de 2.002, e subsidiariamente pela Lei n.º 6.404 / 76, à cuja fiel observância se obrigam diretores e sócios.

Vigésima-Declaração de Desimpedimento para o Exercício da Administração.

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, não estando impedidos por qualquer lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (artigo 1.011, §1º Código Civil).

Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.

A sociedade não possui Conselho Fiscal, de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002.

Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações, demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.

Remuneração dos Administradores.


Os administradores terão direito a remuneração, à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.


Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

A parcela de distribuição de resultados será estabelecida de livre e comum acordo entre os quotistas.

 São Paulo, 18 de Outubro de 2.010


RAUL ROTHSCHILD DE ABREU

Eulides Bimbatti Filho
R.G. : 6.558.922 SSP/SP

Mario Luiz Bimbatti Filho
R.G : 24.610.780-7 SSP/SP





Kiss Telecomunicações Ltda.

CNPJ: 59.477.240/0001-24

NIRE : 35.208.282.369



JUCESP PROTOCOLO
0.841.473/17-1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Sociedade Empresária.

9ª Alteração Contratual.

Os abaixo assinados:

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Paulista nº 2.200, 16º andar, escritório 163, Cerqueira César, CEP : 01310-300, portador da Cédula de Identidade R.G nº 4.975.379-4 – SSP / SP e do CPF nº 339.119.598-34;

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade R.G nº 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF nº 267.325.088-30 residente e domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Paulista nº 2.200, 17º andar, escritório 172, Cerqueira César, CEP : 01310-300.

Únicos sócios integrantes da sociedade empresária denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista nº 2.200 – 15º andar – Ed. Central Park – CEP: 01310-300, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob nº 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.208.282.369 (NIRE) em 07/10/1988 e última alteração contratual também registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 363.599/10-1 em 21/10/2010.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes:

Primeira – Alteração de Sócios. Aumento de Capital Social.

O quotista Raul Rothschild de Abreu, já qualificado, detentor de 4.000 (quatro mil) quotas, que se encontram totalmente livres e desembaraçadas de

RAA

TRA

quaisquer ônus e outros gravames, de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em moeda corrente nacional, por esse instrumento, retira-se da sociedade, por sua livre e espontânea vontade, na melhor forma de direito, cedendo e transferindo, à título oneroso, a totalidade dessas 4.000 (quatro mil) quotas pelo valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para Tais Rothschild de Abreu Lilla, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, comunicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 26.780.041-1 SSP/SP e CPF nº 279.767.838-90, domiciliada em São Paulo-SP, na Avenida Paulista nº 2.200 – 15º andar – escritório 151 – Cerqueira César - CEP: 01310-300 – São Paulo – SP, ora admitida na sociedade.

Da mesma forma Paulo Masci de Abreu, também já qualificado, detentor de 76.000 (setenta e seis mil) quotas, que se encontram totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e outros gravames, de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), para Tais Rothschild de Abreu Lilla, também já qualificada.

Os cedentes declaram já haver recebido em boa, líquida e corrente moeda nacional os valores avançados pela cessão de quotas, outorgando pelo presente a mais ampla geral, raza e irrevogável quitação quanto ao feito descrito, para nada mais vir a reclamar, por si, seus herdeiros e eventuais sucessores.

A cessionária declara-se ciente do Ativo e Passivo da sociedade.

Cedentes, cessionária e a sociedade, igualmente, outorgam-se mutuamente a mais ampla geral, raza e irrevogável quitação.

A Sra Tais Rothschild de Abreu Lilla, nos termos do inciso IV do art. 1.033 da Lei nº 10.406/2002, terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para recompor a pluralidade societária ou promover a transformação do tipo societário, desta, para EIRELLI. Neste período a sociedade permanecerá sob a condição de unipessoal.

Ato contínuo a única sócia Tais Rothschild de Abreu delibera pela elevação do capital social, desta sociedade, dos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que já se encontram totalmente integralizados em moeda corrente nacional, para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante a subscrição de 20.000 (vinte mil) quotas do capital social, cada uma de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que são imediatamente integralizadas, por este instrumento, pelo valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em moeda corrente nacional, oficializando, pois o valor total do capital social integralizado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Por esse motivo a cláusula Décima Segunda do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00(um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor - R\$
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	100.000	100.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

A Sra Tais Rothschild de Abreu Lilla , nos termos do inciso IV do art. 1.033 da Lei nº 10.406/2002 , terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para recompor a pluralidade societária ou promover a transformação do tipo societário , desta , para EIRELLI. Neste período a sociedade permanecerá sob a condição de unipessoal.

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Segunda - Administração da Sociedade.

A sociedade passa a ser administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada , que adquire por esse instrumento os mais amplos poderes, reformando a redação da Cláusula Décima Quarta , conforme abaixo:

Décima Quarta - Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla, já qualificada , que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir

[Handwritten signature]
RA. TRA

procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais, garantias e outras ações para favor de terceiros.

Os administradores terão direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

Kiss Telecomunicações Ltda.
Consolidação de Cláusulas do Contrato Social.

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "Kiss Telecomunicações Ltda".

Segunda- Finalidade.

Executar serviços de radiodifusão em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Poder Concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

Terceira - Objetivo Social

O objetivo social da empresa, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31/10/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será: a divulgação de programas de caráter educativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park - Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá, estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335, Mirante, CEP: 07400-970, NIRE: 35903885831 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº: 59.477.240/0002-05.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245, 37º andar, sala 3.707, Centro, CEP: 20040-009, NIRE: 3399163873 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº 59.477.240/0003-96.

[Assinatura]

[Assinatura]

TRA

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta – Prazo e Início das Atividades.

A sociedade iniciou suas atividades em 07 de Outubro de 1.988, data em que o Poder Concedente deferiu o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução, serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta – Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a informar ao Poder Concedente, em até 60 (sessenta) dias, as alterações contratuais.

Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representativas do capital social, pertencerão, sempre, na razão de 70% (setenta por cento) a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e inalienáveis a estrangeiros.

Poderão fazer parte da Sociedade, pessoas jurídicas, nacionais e estrangeiras, com participação de até 30% (trinta por cento) no Capital Social.

Oitava – Quadro Societário.

A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

As empresas efetivamente controladas, mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos não poderão ter participação total superior a trinta por cento no capital social, total e votante, das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Nona – Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe: as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões, de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei nº 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	100.000	100.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

A Sra Tais Rothschild de Abreu Lilla, nos termos do inciso IV do art. 1.033 da Lei nº 10.406/2002, terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para recompor a pluralidade societária ou promover a transformação do tipo societário, desta, para EIRELLI. Neste período a sociedade permanecerá sob a condição de unipessoal.

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

[Assinatura]
PRA

TRA

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei n ° 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada , que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora terá direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, sómente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Décima Quinta - Exercício Social .

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro.

Handwritten signatures and initials:
 A-22
 RA
 TRA

No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima – Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n º 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava – FORO.


TRA

DUCE SP

Será o FORO central da cidade e comarca de São Paulo , com renúncia desde já a qualquer outro , por mais privilegiado que seja , para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

Décima Nona – Regência.

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelo Disposto na Lei n ° 10.606 de 10 de Janeiro de 2.002 ,e subsidiariamente pela Lei n ° 6.404/ 76, à cuja fiel observância se obrigam diretores e sócios.

Vigésima-Declaração de Desimpedimento para o Exercício da Administração.

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, não estando impedidos por qualquer lei especial, ou em virtude de condenação criminal , ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.(artigo 1.011 , §1 ° Código Civil).

Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.

A sociedade não possui Conselho Fiscal , de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei n ° 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002.

Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações , demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.

Remuneração dos Administradores.

Os administradores terão direito a remuneração, à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.

Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

A parcela de distribuição de resultados será estabelecida de livre e comum acordo entre os quotistas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais para as partes contratantes.

São Paulo, 04 de Agosto de 2017

PAULO MASCI DE ABREU

RAUL ROTHSCHILD DE ABREU

TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA

JUCESP

28 AGO 2017



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CONTINHO O REGISTRO
DO C. NÚMERO

FLÁVIA R. BRITTO BARROS
SECRETARIA GERAL

398.877/17-8



JUCESP

Testemunhas:

Euclides Bimbatti Filho

R.G : 6.558.922 SSP/SP

Divanda de Oliveira Silva

R.G : 29.418.015-1 SSP/SP



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA							
NACIONALIDADE Brasileira	ESTADO CIVIL Casado(a)	CPF 279.767.838-90	RG/RE 26780041	ORIGEM 1	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/2012	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP	UF SP
Avenida Paulista						NÚMERO 2300	
COMPLEMENTO 15A.ESC.151		BARRIO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01310-300	
MUNICÍPIO São Paulo						UF SP	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIO/DIRETOR/ADMINISTRADOR OU REPRESENTANTE LEGAL							
LOCALIDADE São Paulo - SP		DATA 16/08/2017		ASSINATURA <i>Tais Rothschild de Abreu Lilla</i>			
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA (Administrador)							

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

NOME TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA							
NACIONALIDADE Brasileira	ESTADO CIVIL Casado(a)	CPF 279.767.838-00	RGFNE 26780041	QUETO 1	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/2012	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP	UF SP
Avenida Paulista						NÚMERO 2260	
COMPLEMENTO 15A.ESC.151		BARRIO/ISTRITO Bela Vista				CEP 01310-300	
MUNICÍPIO São Paulo						UF SP	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIO/DIRETOR/ADMINISTRADOR OU REPRESENTANTE LEGAL							
LOCALIDADE Rio Preto - SP	DATA 10/08/2017						
NOME TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA (Administrador)	ASSINATURA <i>Tais Rothchild de Abreu Lilla</i>						

Kiss Telecomunicações

CNPJ: 59.477.240/001

NIRE: 35.208.282.1



PROTÓCOLO
JUCESP PROTOCOLO
0.988.619/18-0



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Sociedade Empresária.
10ª Alteração Contratual.

Pelo presente Instrumento Particular:

Tais Rothschild de Abreu Lilla, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, comunicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 26.780.041-1 SSP/SP e CPF nº 279.767.838-90, domiciliada em São Paulo-SP, na Avenida Paulista nº 2.200 – 15º andar – escritório 151 – Bela Vista – CEP: 01310-300 – São Paulo – SP

Única sócia integrante da sociedade empresária denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista nº 2.200 – 15º andar – Ed. Central Park – Bela Vista – CEP: 01310-300, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob nº 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.208.282.369 (NIRE) em 07/10/1988.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes:

Primeira – Alteração de Sócios. Recomposição da Pluralidade Societária.

É admitido na sociedade **IVALDO VASCONCELOS**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 13/01/1960, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 13.733.712-7 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 032.824.208-03, residente e domiciliado na cidade de Osasco, Estado de São Paulo na Avenida Flora nº 483, Apartamento 74, Jaguaribe, CEP: 06053-040 mediante a cessão à título oneroso realizada pela, até então, única sócia **Tais Rothschild de Abreu Lilla**, já qualificada, detentora do total de 100.000 (cem mil) quotas cada uma de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real) totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, de 1.000 (hum mil) quotas de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando esta cessão R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

A cedente declara já haver recebido em boa, líquida e corrente moeda nacional o valor avençados pela cessão de quotas, outorgando pelo presente a mais ampla geral, raza

Tais Rothschild de Abreu Lilla

e irrevogável quitação quanto ao feito descrito, para nada mais vir a reclamar, por si, seus herdeiros e eventuais sucessores.

O cessionário declara-se ciente do Ativo e Passivo da sociedade.

Cedente, cessionário e a sociedade, igualmente, outorgam-se mutuamente a mais ampla geral, raza e irrevogável quitação.

Por esse motivo a cláusula Décima Segunda do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00(um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor - R\$	Percentual
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	99.000	99.000,00	99%
EVALDO VASCONCELOS	1.000	1.000,00	1%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei n ° 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Kiss Telecomunicações Ltda.

Consolidação de Cláusulas do Contrato Social.

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "Kiss Telecomunicações Ltda".

Segunda- Finalidade.

Executar serviços de radiodifusão em geral , quer de onda média , frequência modulada , sons e imagens (televisão) , onda curta e onda tropical , mediante autorização do Poder Concedente , na forma da Lei e da Legislação vigente.

Terceira - Objetivo Social

O objetivo social da empresa , de acordo com o artigo 3 ° do Decreto n ° 52.795 , de 31/10/1963 , que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão,

Tais Rothschild de Abreu Lilla

será : a divulgação de programas de caráter educativo , cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

Quarta - Sede Social e Domicilio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicilio legal no Município de São Paulo , Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park -Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá , estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335 , Mirante , CEP: 07400-970 , NIRE : 35903885831 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº : 59.477.240/0002-05.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245 , 37º andar , sala 3.707 , Centro , CEP : 20040-009, NIRE : 3399163873 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº 59.477.240/0003-96.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta – Prazo e Início das Atividades.

A sociedade iniciou suas atividades em 07 de Outubro de 1.988 , data em que o Poder Concedente deferiu o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução , serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta – Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete , por seus diretores e sócios , a informar ao Poder Concedente, em até 60 (sessenta) dias , as alterações contratuais.

Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representativas do capital social ,pertencerão , sempre , na razão de 70% (setenta por cento) a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas , e inalienáveis a estrangeiros.

Poderão fazer parte da Sociedade , pessoas jurídicas , nacionais e estrangeiras , com participação de até 30% (trinta por cento) no Capital Social .

Oitava – Quadro Societário.

A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

As empresas efetivamente controladas, mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos não poderão ter participação total superior a trinta por cento no capital social, total e votante, das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Nona – Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe: as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões, de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei nº 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$	PERCENTUAL
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	99.000	99.000,00	99%
EVALDO VASCONCELOS	1.000	1.000,00	1%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada , que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora terá direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

Parágrafo Único : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Décima Quinta - Exercício Social .

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro.

No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

Tais Rothschild de Abreu Lilla

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima – Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n.º 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava – FORO.

Será o FORO central da cidade e comarca de São Paulo, com renúncia desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

Décima Nona – Regência.

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelo Disposto na Lei n.º 10.606 de 10 de Janeiro de 2.002, e subsidiariamente pela Lei n.º 6.404/ 76, à cuja fiel observância se obrigam diretores e sócios.

Vigésima-Declaração de Desimpedimento para o Exercício da Administração.

Tm Rthall de Abra Lilla

DUCEP

A administradora declara, sob as penas da Lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, não estando impedida por qualquer lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.(artigo 1.011, §1º Código Civil).

Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.

A sociedade não possui Conselho Fiscal, de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações, demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.

Remuneração dos Administradores.

Os administradores terão direito a remuneração, à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.

Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

A parcela de distribuição de resultados será estabelecida de livre e comum acordo entre os quotistas.

JUCESP

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais para as partes contratantes.

São Paulo, 04 de Agosto de 2017

16º

Tais Rothschild de Abreu Lilla

TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA

16º

EVALDO VASCONCELOS

Testemunhas:

16º

Euclides Bimbatti Filho

Euclides Bimbatti Filho
R.G : 6.558.922 SSP/SP

16º

Paulo Masci de Abreu
R.G : 4.975.379-4 SSP/SP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CENTRO DE REGISTRO
DE EMPRESAS

491.864/18-8

FLÁVIA M. TRITTA
SECRETARIA GERAL

10 OUT 2018

JUCESP



CARTÃO DO 16º TABELADO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
Rua Augusta, 1538/1642 Cep: 01306-001
Fábio Tavares Bisognin - Tabelião

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A(S) FIRM(A)S
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA(315469),
EVALDO VASCONCELOS(349990), EUCLIDES
BIMBATTI FILHO(316495), PAULO MASCI DE
ABREU(372146)

São Paulo, 18 de setembro de 2018,
EM TEST. DA VERDADE.

ATO DO VALOR ECONÔMICO
COD. SEC. 491.864/18-8 494852525153 4
VALIDO SEMPRE COM SELLO DE AUTENTICIDADE
ETIQUETA 0,30 R\$ TOTAL R\$ 37,00
DISTRIBUIDOR: Alexandre 10:44:37



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
KISS TELECOMUNICACOES LTDA.		
TIPO: LIMITADA UNIPESSOAL		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35208282369	07/10/1988	08/12/2020 16:02:51
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
07/10/1988	59.477.240/0001-24	

CAPITAL
Cz\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZADOS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA DR JOSE MANUEL	NÚMERO: 116	
BAIRRO: SANTA CECILIA	COMPLEMENTO: 5 ANDAR	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01232-020	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00
MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.900,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 077.617/93-9 SESSÃO: 20/05/1993
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA DR JOSE MANUEL, 116, 5 ANDAR, SANTA CECILIA, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020.
NUM.DOC: 174.612/93-0 SESSÃO: 09/11/1993
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 704, 6 ANDAR, PERDIZES, SAO PAULO - SP, CEP 05013-001.
A ANULACAO DA MUDANCA DE ENDEREÇO CONSTANTE DA ALTERACAO REGISTRADA SOB O NO 71617/939.
NUM.DOC: 124.496/95-7 SESSÃO: 02/08/1995
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
RETIRA-SE DA SOCIEDADE ANDRE GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 039.095.698-78 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 5054921 - SP, RESIDENTE À RUA BARAO DE CAPANEMA, 235, 6 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 01411-011, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.900,00.
ADMITIDO LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA ANTONIO ALVES DE LIMA, 186, SALA B, CENTRO, ARUJA - SP, CEP 07400-000.
NUM.DOC: 224.477/96-1 SESSÃO: 18/12/1996
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.
ADMITIDO PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV PAULISTA, 2198, LOJA 02, JARDINS, SAO PAULO - SP.
NUM.DOC: 052.022/99-7 SESSÃO: 09/04/1999
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
ADMITIDO LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.
ADMITIDO RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.
NUM.DOC: 060.978/01-6 SESSÃO: 05/04/2001
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-

34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ADMITIDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 326432702 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

NUM.DOC: 092.351/02-5 SESSÃO: 09/05/2002

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

REMANESCENTE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.643.270-2, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 298.781/03-7 SESSÃO: 10/12/2003

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N° 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N° 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N° 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS).ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.

INCLUSÃO DE CNPJ 59.477.240/0001-24

NUM.DOC: 091.242/04-6 SESSÃO: 19/02/2004

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4.975.379 - SP, RESIDENTE À RUA PROFESSOR ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO. 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05520-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO. 62, VILLAGGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.543.270-2 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO.42, VILLAGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 006.058/05-0 SESSÃO: 04/01/2005

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N° 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N° 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N° 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM

<p>COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.</p>	
NUM.DOC: 338.102/05-0	SESSÃO: 12/12/2005
<p>ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 08/04/2005 AS 11:00 HORAS - ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICA E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 01 DE JANEIRO DE 2004 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.</p>	
NUM.DOC: 075.027/06-9	SESSÃO: 13/03/2006
<p>EM ATENCAO A LINEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI 4.117 DE 27/08/1962 COM REDACAO DADA PELA LEI 10.610 DE 20/12/2002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23/12/2002 E PARA OS DEVIDOS FINS, ARQUIVO DECLARACAO DA COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL</p>	
NUM.DOC: 179.817/06-1	SESSÃO: 13/07/2006
<p>ATA DE REUNIAO REALIZADA NO DIA 08 DE MARCO DE 2006 AS 11:00 ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2005 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005</p>	
NUM.DOC: 075.940/07-3	SESSÃO: 09/03/2007
<p>REGISTRO DE DECLARACAO DE COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL REFERENTE AO ANO DE 2006</p>	
NUM.DOC: 308.265/07-5	SESSÃO: 29/08/2007
<p>ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 20 DE MARCO DE 2007, AS 10:00 HORAS. ORDEM DO DIA : EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2006 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006.</p>	
NUM.DOC: 034.906/08-3	SESSÃO: 24/01/2008
<p>OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO</p>	
NUM.DOC: 017.424/10-0	SESSÃO: 12/01/2010
<p>OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO</p>	
NUM.DOC: 363.599/10-1	SESSÃO: 21/10/2010
<p>ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903885831, SITUADA À: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335, MIRANTE, ARUJA - SP, CEP 07400-970. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.</p>	
<p>ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA PAULISTA, 2200, 15 ANDAR EDIF, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300.</p>	
<p>ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 18/10/2010.</p>	
<p>ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.</p>	
<p>ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.</p>	
<p>ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 33999163873, SITUADA À: AVENIDA RIO BRANCO, 245, 37A. SL.3707, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20040-009. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.</p>	
<p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>	
NUM.DOC: 196.010/11-1	SESSÃO: 31/05/2011
<p>PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORO EM FM 102,1 MEGAHERTZ NA CIDADE DE ARUJA ESTADO DE SAO PAULO DECLARA EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI 4117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962</p>	
NUM.DOC: 079.375/12-1	SESSÃO: 17/02/2012
<p>OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO</p>	
NUM.DOC: 467.294/12-4	SESSÃO: 06/11/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 08/03/2012. APOS A LEITURA DOS DOCUMENTOS MENCIONADOS NA ORDEM DO DIA, COLOCADOS A DISPOSICAO DE TODOS OS SOCIOS, TRINTA DIAS ANTES, CONFORME RECEBIDO, POSTOS EM DISCUSSAO E VOTACAO, FORAM APROVADOS SEM RESERVAS E RESTRICOES.

NUM.DOC: 049.084/13-6 SESSÃO: 08/02/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA, EM ATENCAO A LINEA 'I' DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS, DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA CAPITAL, NA DATA DE 31/12/2012 CONFORME ABAIXO ESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00(OITENTE MIL REAIS) NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: PAULO MASCI

NUM.DOC: 387.562/13-8 SESSÃO: 08/10/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMOSTRACOES FINCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL 1 DE JANEIRO DE 2012 E ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO 2012

NUM.DOC: 398.877/17-8 SESSÃO: 28/08/2017

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

ADMITIDO TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15A.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 491.864/18-8 SESSÃO: 18/10/2018

ADMITIDO EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.

NUM.DOC: 068.075/19-4 SESSÃO: 01/02/2019

DECLARACAO DE COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL. KISS TELECOMUNICACOES LTDA, PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA, EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI ? 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM A REDACAO DADA PELA LEI ? 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A COMPOSICAO SOCIETARIA DE SEU CAPITAL SOCIAL NA DATA DE 31/12/2018 PERTENCE INTEGRALMENTE A BRASILEIROS NATOS TITULARES DIRETAMENTE DE CEM POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE, CONFORME ABAIXO DESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 80.000 (OITENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS NACIONALIDADE N DE COTAS VALOR R\$ TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA BRASILEIRA 99.000 R\$ 99.000,00 EVALDO VASCONCELOS BRASILEIRO 1.000 R\$ 1.000,00 TOTAL 100.000 R\$ 100.000,00, DATADA DE: 31/12/2018.

DENOMINAÇÕES ANTERIORES

RADIO KISS LTDA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35208282369
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 08/12/2020



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 144234621, terça-feira, 8 de dezembro de 2020 às 16:02:51.

Balanço Patrimonial

Folha: 1

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

ATIVO

ATIVO	2.496.382,15
ATIVO CIRCULANTE	571.634,94
DISPONIVEL	110.593,65
CAIXA GERAL	43.730,66
CAIXA MATRIZ	43.730,66
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA	66.862,99
BANCO SANTANDER S/A	66.862,99
CREDITOS	461.041,29
CLIENTES NACIONAIS	427.769,66
DUPLICATAS A RECEBER	427.769,66
CREDITOS COM FUNCIONARIOS	4.461,01
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.461,01
TRIBUTOS A RECUPERAR	28.810,62
IRF A RECUPERAR - APLICAÇÃO FINANCEIRA	28.810,62
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.924.747,21
IMOBILIZADO LIQUIDO	1.924.747,21
IMOBILIZADO EM USO	1.874.643,03
VEÍCULOS	227.687,37
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	85.326,56
EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO	532.366,91
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	94.811,89
INSTALAÇÕES	268.342,51
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	666.107,79
INTANGIVEL	1.559.746,11
OUTORGAS E CONCESSOES	1.559.746,11
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(1.509.641,93)
(-) DEPRECIACÃO S/ VEÍCULOS	(166.584,10)
(-) DEPRECIACÃO S/ EQUIP. INFORMÁTICA	(85.326,56)
(-) DEPRECIACÃO S/ EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	(532.366,91)
(-) DEPRECIACÃO S/ MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(94.811,89)
(-) DEPRECIACÃO S/ INSTALAÇÕES	(189.731,78)
(-) DEPRECIACÃO S/ MÁQUINAS E EQUIPAMENT	(440.820,69)

PASSIVO

PASSIVO	2.496.382,15
PASSIVO CIRCULANTE	255.989,51
OBRIGACOES TRABALHISTAS	53.275,96
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	53.275,96
SALARIOS A PAGAR	36.260,00
INSS A PAGAR	7.411,56
FGTS A PAGAR	5.639,24
IRRF S/SALARIOS A PAGAR	3.965,16
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	34.642,38
IMPOSTOS A RECOLHER	33.125,50
PIS A RECOLHER	4.180,89
COFINS A RECOLHER	19.296,41
CPRB A RECOLHER	9.648,20
TRIBUTOS NA FONTE A RECOLHER	1.516,88
IRF S/SERVIÇOS A RECOLHER	521,70
PCC (PIS, COFINS, CSLL) NA FONTE A RECOL	995,18
PROVISÕES	168.071,17
TRIBUTARIAS S/ LUCRO A PAGAR	168.071,17
CSLL A PAGAR	46.152,82

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Balanço Patrimonial

Folha: 2

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

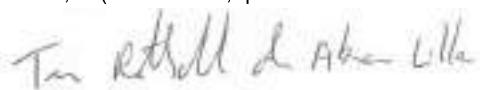
CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

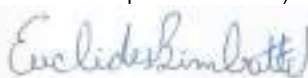
IRPJ A PAGAR	121.918,35
PATRIMONIO LIQUIDO	2.240.392,64
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
RESERVAS	16.000,00
RESERVAS DE LUCROS	16.000,00
RESERVA LEGAL	16.000,00
RESULTADO ACUMULADO	2.124.392,64
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO	2.124.392,64
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO	2.124.392,64

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 2.496.382,15 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e dois Reais e quinze Centavos)



SOCIA ADMINISTRADORA
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
CPF: 279.767.838-90



Contador
EUCLIDES BIMBATTI FILHO
CTCRC: 1SP113009/O-0

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Demonstração do Resultado do Exercício

Folha: 1

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/12/2019 a 31/12/2019

Receitas Brutas	
VENDAS DE SERVIÇOS	6.981.881,98 C
Total:	6.981.881,98 C
(-) Deduções	
CONTRIBUICAO PREV.ID.S/REC.BRUTA	105.710,57 D
PIS S/FATURAMENTO	45.807,92 D
COFINS S/FATURAMENTO	211.421,21 D
Total:	362.939,70 D
= Receita Líquida	6.618.942,28 C
= Lucro Bruto	6.618.942,28 C
(-) Despesas Administrativas	
DESPESAS COM SALARIOS E ORDENADOS	558.658,49 D
BOLSA AUXILIO-ESTAGIO E APRENDIZ	88.761,98 D
DESPESAS COM INSS	32.660,11 D
DESPESAS COM FGTS	60.983,64 D
DESPESAS COM FÉRIAS	56.751,00 D
DESPESAS COM 13º SALARIO	49.711,22 D
DESPESAS COM PREMIO DE SEGUROS	478,20 D
DESPESAS COM REFEIÇÕES	178.309,84 D
DESPESAS COM VALE TRANSPORTE	32.381,91 D
DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.923,68 D
DESPESAS C/ RESCISOES E ACORDOS TRAB.	63.470,90 D
DESPESAS COM AGUA	8.027,32 D
DESPESAS COM ENERGIA ELETRICA	523.919,36 D
DESP.C/ TELEFONE E COMUNICAÇÕES	191.378,90 D
DESPESAS COM VIAGENS E ESTADIA	870,00 D
DESPESAS C/DIREITOS AUTORAIS	38.040,64 D
DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO	108.845,04 D
DESPESAS COM BENS DE PEQUENO VALOR	614,97 D
Total:	1.998.787,20 D
(-) Despesas Financeiras	
DESPESAS COM JUROS	1.958,32 D
DESPESAS COM IOF	301,31 D
DESPESAS COM DESCONTOS CONCEDIDOS	2.534,70 D
DESPESAS BANCARIAS	11.416,25 D
Total:	16.210,58 D
(-) Despesas Gerais	
DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	21.117,06 D
DESPESAS COM COPA, COZINHA E LIMPEZA	17.114,89 D
DESP. C/ COMBUSTIVEL/MANUT.VEICULOS	39.889,58 D
DESPESAS COM MANUTENCAO DO IMOBILIZADO	61.363,44 D
DESPESAS COM ASSINATURAS	240,00 D
DESPESAS COM CORREIOS	17.533,56 D
DESPESAS COM CUSTAS JUDICIAIS FEDERAIS	15.141,42 D
DESPESAS COM INFORMATICA	1.306,00 D
DESPESAS COM GRAFICA	6.240,00 D
DESPESAS COM FRETE	700,00 D
DESPESAS COM BRINDES	435,00 D
VIGILANCIA E SEGURANCA	10.302,00 D
Total:	191.382,95 D
(-) Despesas Tributárias	
DESPESAS COM IPTU	9.489,88 D
DESPESAS COM TAXAS, CUSTAS, EMOLUMENTOS	117.182,29 D

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Demonstração do Resultado do Exercício

Folha: 2

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/12/2019 a 31/12/2019

	Total:	126.672,17 D
(-) Outras Despesas Operacionais		
DESPESAS COM ASSISTENCIA CONTABIL - PJ		7.554,80 D
DESPESAS COM ASSISTENCIA ADMINISTRATIVA		79.260,59 D
DESPESAS COM SERVIÇOS TECNICOS - PF		17.284,59 D
DESPESAS COM SERVIÇOS TECNICOS - PJ		18.000,00 D
DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS - PF		3.500,00 D
DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS - PJ		1.625.443,39 D
	Total:	1.751.043,37 D
(+) Receitas Financeiras		
RECEITA DE JUROS		469,99 C
RECEITA DE DESCONTOS OBTIDOS		12,00 C
	Total:	481,99 C
= Lucro Operacional		2.535.328,00 C
= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social		2.535.328,00 C
(-) Contribuição Social		
DESPESAS C/ CSLL		204.094,41 D
	Total:	204.094,41 D
= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda		2.331.233,59 C
(-) Imposto de Renda		
DESPESAS C/ IRPJ		542.871,41 D
	Total:	542.871,41 D
= Lucro		1.788.362,18 C
= Lucro Líquido do Período		1.788.362,18 C

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.



SOCIA ADMINISTRADORA
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
CPF: 279.767.838-90



Contador
EUCLIDES BIMBATTI FILHO
CTCRC: 1SP113009/O-0

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA



16/10/2020

3303675

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

**CERTIDÃO Nº: 4434039****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 15/10/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

KISS TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ: 59.477.240/0001-24, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 16 de outubro de 2020.

PEDIDO Nº:

3303675





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 59.477.240/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/11/1988
NOME EMPRESARIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KISS	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PAULISTA	NÚMERO 2200	COMPLEMENTO EDIF CENTRAL PARK ANDAR 15
CEP 01.310-300	BAIRRO/DISTRITO CERQUEIRA CESAR	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR	TELEFONE (11) 3750-4111/ (11) 3758-6000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/04/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/12/2020** às **16:17:18** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 59.477.240/0001-24

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20100114255-00

Data e hora da emissão 16/10/2020 19:36:16

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0898571 - 2020

CPF/CNPJ Raiz: 59.477.240/

Contribuinte: KISS TELECOMUNICACOES LIMITADA

Liberação: 16/10/2020

Validade: 14/01/2021

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 9.567.157-9- Início atv :07/10/1988 (AV PAULISTA, 02198 - CEP: 01310-300)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 19:38:05 horas do dia 16/10/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: A1DE494A

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:20:12 do dia 08/12/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/01/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 59.477.240/0001-24

Razão Social: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

Endereço: AV. PAULISTA 2198 IL 02 CENTRAL PARK / JARDINS / SAO PAULO / SP /
01244-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/11/2020 a 25/12/2020

Certificação Número: 2020112603242323214863

Informação obtida em 08/12/2020 16:16:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certidão nº: 27331669/2020

Expedição: 16/10/2020, às 19:34:45

Validade: 13/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.477.240/0001-24**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



À COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RÁDIO-DIFUSÃO COMERCIAL DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Assunto: Solicita renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arujá/SP, para o período de 11/03/2021 a 11/03/2031.

A **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, executante de serviço de **radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arujá, estado de São Paulo**, inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, vem, respeitosamente, por sua advogada (procuração CADSEI), à presença de Vossa Senhoria, requerer renovação de outorga para execução do serviço pelo período de 11/03/2021 a 11/03/2031, conforme documentação em anexo.

1

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 15 de dezembro de 2020.


CIBELE BORGES BARBOSA
OAB/DF 38.570

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOM DIA
Almir Franco ArnaldoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 59.477.240/0001-24

KISS TELECOMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EVALDO VASCONCELOS	032.824.208-03	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá

Usuário: [almir.mc](#) - Almir Franco Arnaldo

Data: 07/04/2021

Hora: 08:57:16



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 279.767.838-90

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Mongaguá
		NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Bertioga
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Diretor (SÓCIA-ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Cosmópolis
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	TV	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	GTVD	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	FM	--	SP	Sumaré
		NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Sócio	225000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mongaguá
		NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Sócio	225000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bertioga
		RADIO SOCIEDADE MARCONI LTDA	05.147.231/0001-46	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Paulo
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Sócio	125	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Cosmópolis
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
		SUPER RADIO TUPI AM LTDA	49.374.440/0001-06	Sócio	12000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Caetano do Sul

Usuário: almir.mc - Almir Franco Arnaldo


Data: 07/04/2021

Hora: 08:59:20

Serviço	Quantidade	Observações	Situação Legal
OM Nac	1	1 em SP (São Caetano do Sul) - Sócia.	OK. Máx. 2 no País.
FM	6	6 em SP (São Paulo - Sócia. Arujá, Bertioga, Mongaguá, Cosmópolis - Sócia e Diretora. Sumaré - Diretora).	OK. Máx: 6 no País por qualificação na empresa.
TV / TVD	1	1 em SP (Francisco Morato) - Diretora.	OK. Máx. 10 no País, 2 por UF.

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 032.824.208-03

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EVALDO VASCONCELOS	032.824.208-03	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá

Usuário: [almir.mc - Almir Franco Arnaldo](#)

Data: [07/04/2021](#)

Hora: [08:58:23](#)

https://remoto.mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e65744\$\$\$siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoCompos... 1/1

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SRD » Relatórios » **Outorga**

internet

teia

menu

ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SPMunicípio: Arujá

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
KISS TELECOMUNICACOES LTDA	Arujá	11/03/1991	

Usuário: **almir.mc - Almir Franco Arnaldo** Data: **07/04/2021** Hora: **08:49:52**

Registro 1 até 1 de 2 registros

➡ Páginas: [1] 2 [Ir] [Reg] 1

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:56:05 do dia 07/04/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/05/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Data de Envio:

07/04/2021 11:30:00

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@mtic.gov.br>

Para:

cgfm@mtic.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 53115.024939/2020-91@processo@

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Gratos.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4167/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá / SP, referente ao seguinte período: 11/03/2021 a 11/03/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. prova de regularidade perante a Fazenda **federal**, na forma da lei;

3.2. prova de regularidade relativa à seguridade social.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 08/04/2021, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6991049** e o código CRC **80CA5ADD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 7653/2021/MCOM

Brasília, 07 de abril de 2021.

À Senhora
Representante Legal da
KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24)
Avenida Paulista, nº 2200, 15º andar, bairro Cerqueira Cesar
01310-300 São Paulo / SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.024939/2020-91.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4167/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de 30/06/2021, conforme estabelecido pela Portaria MCOM nº 2.344, de 06/04/2021.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 08/04/2021, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6991082** e o código CRC **B4173757**.

Data de Envio:

08/04/2021 21:26:29

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mtic.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6991082.html
Nota_Tecnica_6991049.html

Re: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

cgfm@mctic.gov.br <cgfm@mctic.gov.br>

Sex, 09/04/2021 10:35

Para: MCOM <corr@mtic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" <corr@mtic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Quarta-feira, 7 de abril de 2021 11:30:02

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.024939/2020-91@processo@

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Gratos.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Re: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

cgfm@mctic.gov.br <cgfm@mctic.gov.br>

Sex, 09/04/2021 10:35

Para: MCOM <corr@mtic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" <corr@mtic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Quarta-feira, 7 de abril de 2021 11:30:02

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.024939/2020-91@processo@

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Gratos.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Data de Envio:

12/05/2021 23:05:10

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br

rocaorg@rocacontabil.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Considerando a suspensão de prazos da qual trata a Portaria MCOM nº 2.344, de 16 de abril de 2021, o prazo para o atendimento desta exigência fica prorrogado por 30 dias, contado a partir de 30/06/2021.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6991082.html

Nota_Tecnica_6991049.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 6616/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá / SP, referente ao seguinte período: 11/03/2021 a 11/03/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 4167/2021/SEI-MCTIC (SEI nº 991049), concluiu pela expedição do Ofício n.º 7653/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.013390/2021-90, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios/diretores, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) cédula de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (e) carteira profissional; (f) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (g) passaporte.

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

3.2. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Arujá / SP, encontra-se com o status "C1", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7465025** e o código CRC **A7FC468D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 11608/2021/MCOM

Brasília, 25 de maio de 2021.

À Senhora
Representante Legal da
KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24)
Avenida Paulista, nº 2200, 15º andar, bairro Cerqueira Cesar
01310-300 São Paulo / SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.024939/2020-91.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6616/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7465097** e o código CRC **050C0C58**.

Data de Envio:

28/05/2021 19:27:40

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7465097.html
Nota_Tecnica_7465025.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 11395/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

INTERESSADO: KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Arujá/SP, referente ao seguinte período: **11/03/2021 a 11/03/2031**.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6616/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 11608/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI7465025 e 7465097). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o n.º 53115.020337/2021-45, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. **declaração**, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: **a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;**

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. **declaração**, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: **inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.**

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Arujá/SP, encontra-se com o status "(FM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 21/09/2021, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 21/09/2021, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8130928** e o código CRC **B8F00D5D**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 20282/2021/MCOM

Brasília, 21 de setembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 59.477.240/0001-24)
Avenida Paulista, nº 2200 / 15º andar - Bela Vista
01.310-300 São Paulo/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.024939/2020-91.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 11395/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 21/09/2021, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8130961** e o código CRC **71409D4B**.

Data de Envio:

22/09/2021 16:09:36

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: -53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8130961.html

Data de Envio:

22/09/2021 16:11:18

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8130961.html
Nota_Tecnica_8130928.html

Id solicitação: 57dbac4563f0a

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: ADORE MAIS FM	
Telefone: (11) 3016-5999	E-mail: kissfm@kissfm.com.br
CNPJ: 59.477.240/0001-24	Número do Fistel: 02031635409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/03/1991	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SSR77/90;SSC36/95;RESOLUCAO ANATEL 03/97 125/99. Ato nº 5.172, de 14 de agosto de 2015, publicado na Pag. 71, Seção 1 do DOU de 18/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15	
Bairro: CERQUEIRA CESAR	Numero: 2.200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK	
Bairro: BELA VISTA	Numero: 2200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço do Transmissor		
Logradouro: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335 - MIRANTE	Complemento:	
Bairro: MIRANTE	Numero: .	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07400000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335 - MIRANTE	Complemento:	
Bairro: MIRANTE	Numero: .	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07400000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Arujá	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 271	Frequência: 102.1 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: -kW
HCI: 74 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 9222316	Número Indicativo: ZYM681
Data Último Licenciamento: 01/01/1998	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23°23'33" S	Longitude: 46°17'55" W	Cota da base: 880 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017098ANQ0587	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 13.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 280 °	Polarização:	HCI: 74 m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 14.45	5°: 0	10°: 10.93	15°: 0	20°: 6.44	25°: 0	30°: 2.9	35°: 0	40°: 1.18	45°: 0	50°: 0.42	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0.18	95°: 0	100°: 0.78	105°: 0	110°: 1.6	115°: 0
120°: 2.29	125°: 0	130°: 2.75	135°: 0	140°: 3.1	145°: 0	150°: 3.3	155°: 0	160°: 3.35	165°: 0	170°: 3.26	175°: 0
180°: 3.03	185°: 0	190°: 2.55	195°: 0	200°: 1.92	205°: 0	210°: 1.49	215°: 0	220°: 1.2	225°: 0	230°: 1.09	235°: 0
240°: 1.71	245°: 0	250°: 3.08	255°: 0	260°: 5.18	265°: 0	270°: 8.43	275°: 0	280°: 14.32	285°: 0	290°: 21.36	295°: 0
300°: 25.58	305°: 0	310°: 24.5	315°: 0	320°: 20.58	325°: 0	330°: 17.28	335°: 0	340°: 16.25	345°: 0	350°: 15.83	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 003996XXX0518	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 13.600 kW

Transmissor Auxiliar 2	

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	104	Portaria	MC	09/03/1990	13/03/1990	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	266	Portaria	MC	28/10/1991		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	49	Decreto Legislativo	CN	08/03/1991	11/03/1991	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	21	Portaria	MC	19/01/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	7	Portaria	MC	24/01/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	1330	Portaria	MC	07/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	234	Portaria	MC	14/07/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	20	Portaria	MC	18/03/1999	29/03/1999	Transferência Indireta	Jurídico
9999	26	Portaria	MC	05/04/1999	08/04/1999	Multa	Jurídico
9999	276	Portaria	MC	08/06/2009	17/09/2010	Multa	Jurídico
9999	531	Portaria	MC	28/05/2013	31/05/2013	Multa	Jurídico
53504.015393/2012-93	2798	Portaria	MCTIC	16/08/2016	28/10/2016	Multa	Jurídico
535040026942012	2585	Portaria	MCTIC	22/08/2016	21/10/2016	Multa	Jurídico
53500.066747/2017-11	10840	Ato	ORLE	02/08/2017	30/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504.002833/2013-23	4719	Portaria	MCTIC	25/08/2017	29/08/2017	Multa	Técnico
53500.048625/2021-11	5388	Ato	ORLE	16/07/2021	26/07/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

LESTE: Do ponto 17 segue pelo citado igarapé, a montante, confrontando com a Área Indígena Kayapó, até o Marco SAT-01 de coordenadas geográficas 07 14' 52,38" S e 53 06'15,81" Wgr., daí, segue por uma linha reta no rumo geral sudeste, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Kayapó, com distância de 32.260,09 metros, até o Marco SAT-22/A de coordenadas geográficas 07 32' 13,38" S e 53 03'59,75" Wgr., situado na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé Ananã, próximo de sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta, no rumo geral sudeste, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Kayapó, com distância de 30.187,26 metros até o Marco SAT-22 de coordenadas geográficas 07 47'07,67" S e 52 57' 12,41" Wgr., situado próximo cabeceira do Igarapé Ananãzinho; daí, segue pelo igarapé Ananãzinho, a jusante, com a distância de 33.750,00 metros até o Marco 21 de coordenadas geográficas 07 40' 00,86" S e 52 44'57,17" Wgr., situado na confluência com o Rio Xingú; daí, segue por este, a montante, pela margem esquerda, até o Marco SAT-15 de coordenadas geográficas 09 50' 36,81" S e 52 47'30,50" Wgr., localizado no limite com a Área Indígena Capoto/Jarina.

SUL: Do marco SAT-15 segue por uma linha reta confrontando com a Área Indígena Capoto/Jarina, no rumo geral noroeste, com distância de 13.853,22 metros, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Capoto/Jarina, até Marco MA-14 de coordenadas geográficas 09 50'29,43" S 52 55'05,03" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Igarapé Tokokran, daí, segue por uma linha reta confrontando com a Área Indígena Capoto/Jarina, no rumo geral noroeste, com distância de 23.694,17 metros, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Capoto/Jarina, até Marco SAT-13 de coordenadas geográficas 09 47' 43,46" S e 53 07' 44,21" Wgr., situado na cabeceira de um braço formador afluente da margem direita de um igarapé sem denominação; daí segue por este, a jusante, até o Marco MA-12 de coordenadas geográficas 09 43'32,01" S e 53 05' 36,00" Wgr., situado na confluência com o igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o Marco MA-11 de coordenadas geográficas 09 43'36,78" S e 53 10'40,19" Wgr., situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 272 28'15,4" e 638,32 metros até o Marco SAT-10 de coordenadas geográficas 09 43'35,75" S e 53 11' 01,10" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o Marco MA-09 de coordenadas geográficas 09 39'37,00" S e 53 27'56,00" Wgr., situado na confluência com um braço afluente de sua margem esquerda; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 270 00'00" e 42.600,00 metros, até o Ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 09 39'30" S e 53 51'00" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação.

OESTE: Do ponto 28 segue pelo divisor de águas dos Rios Iriri e Iriri Novo, com distância aproximada de 18.000,00 metros, até o Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 09 30'50" S e 53 51' 20" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 09 18'00" S e 53 54'50" Wgr., situado na confluência com o Rio Iriri; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 09 17'20" S e 53 55'05" Wgr., situado na confluência com o Rio Ipiranga; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 09 16'40" S e 53 57'20" Wgr., situado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas 09 06'20" S e 54 09'30" Wgr., situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 72 42'00" e 3.000,00 metros, até o Ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 09 05'45" S e 54 07'40" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas 08 48'30" S e 54 02'00" Wgr., situado na confluência com o Rio Xixé; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas 08 54'00" S e 54 22'50" Wgr., situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 242 00'00" e 3.000,00 metros, até o Ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas 08 54'50" S e 54 24'20" Wgr., situado na cabeceira de um braço formador afluente da margem direita do Rio Curuás; daí, segue pelo referido braço, a jusante, até o Ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 08 50'40" S e 54 27'00" Wgr., situado na confluência com o Rio Curuás; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Ponto 01, início deste memorial.

II - DETERMINAR que, para efeito de controle administrativo, a área em referência denominar-se-á **ÁREA INDÍGENA MENKACNOTI**, subordinada à Administração Regional de Altamira - 4ª Superintendência Executiva Regional / 4ª SUPER.

III - VETAR o ingresso de não índios na área ora interdita, sem expressa autorização da FUNAI.

IRIS PEDRO DE OLIVEIRA

(Of. nº 73/90)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 09 DE MARÇO DE 1990.

Nº 089/90. Outorga permissão à ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE CESÁRIO LANGE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 062/89).

Nº 090/90. Outorga permissão à ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO TRÉVISAN LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 093/89).

Nº 091/90. Outorga permissão à FM ITUBERA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ituberá, Estado da Bahia. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 096/89).

Nº 092/90. Outorga permissão à RADIO MORRO VERDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Mairi, Estado da Bahia. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 231/88).

Nº 093/90. Outorga permissão à RADIO CIDADE DE CABREÚVA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 265/88).

Nº 094/90. Outorga permissão à RADIO ALTEROSA DE BRASOPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brasópolis, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 043/89).

Nº 095/90. Outorga permissão à RADIO OBJETIVA I LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Paraguaçu, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 133/89).

(Guias nºs 5591 a 5597 - 09-03-90 - NCz\$ 1.112,00 cada)

Nº 096/90. Outorga permissão à RADIO JOVEM PIRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Piraí, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 055/89).

Nº 097/90. Outorga permissão à ORGANIZAÇÃO AMARAL GURGEL DE RADIODIFUSÃO S/C LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 020/89).

Nº 098/90. Outorga permissão à RADIO SALAMANCA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 044/89).

Nº 099/90. Outorga permissão à RADIO REGIONAL DOS LAGOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 085/89).

Nº 100/90. Outorga permissão à RADIO A VOZ DE SÃO PEDRO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 097/89).

Nº 101/90. Outorga permissão à ÔMEGA RADIO DIFUSÃO S/C LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 065/89).

Nº 102/90. Outorga permissão à LIDER RADIO E TELEVISÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 083/89).

Nº 103/90. Outorga permissão à RADIO CIDADE DE BASTOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 077/89).

Nº 104/90. Outorga permissão à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 065/89).

Nº 105/90. Outorga permissão à RADIO CLUBE DE ITAPIRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapira, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 074/89).

Nº 106/90. Outorga permissão à RADIO CAMPOS DOURADOS FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 242/88).

Nº 107/90. Outorga permissão à RADIO MOSTARDAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 307/88).

Nº 108/90. Outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 123/89).

Nº 109/90. Outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Aquino da Prata, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 288/89).

Nº 110/90. Outorga permissão à RADIODIFUSÃO BROTO DA SERRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 239/88).

Nº 111/90. Outorga permissão à RADIÓ CACIQUE DE CAPÃO BONITO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 290/88).

Nº 112/90. Outorga permissão à RADIO MODELO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 047/89).

Nº 113/90. Outorga permissão à RADIO FM 103 LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 079/89).

Nº 114/90. Outorga permissão à RADIO PARANDA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Marília, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 023/89).

Nº 115/90. Outorga permissão à RADIO STEREO FM LAGOA SANTA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 131/89).

Nº 116/90. Outorga permissão à RADIO VIZINHANÇA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 261/90).

Nº 117/90. Outorga permissão à FUNDAÇÃO JOSE BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADE, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

Nº 118/90. Renova a permissão outorgada à RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

(Guias nºs 5.598 a 5.620 - 12/03/90 - NCZ\$ 1.112,00)

SECRETARIA GERAL

Secretaria de Serviços de Radiodifusão

PORTARIA Nº 84, DE 09 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, usando de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Portaria-SG nº 208, de 02 de setembro de 1980, publicada no Diário Oficial da União do dia 05 subsequente, resolve:

I - Alterar o Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, aprovado pela Portaria-SG nº 53, de 03 de julho de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 1987, conforme o abaixo indicado:

! MUNICÍPIO POR ! ! UNIDADE DA ! ! FEDERAÇÃO !	! CANAL !	! CLASSE !	! POT. EFETIVA IRRADIADA (ERP) ! ! LIMITAÇÃO PARA: !	! kW !	! OBS. !
--	-----------	------------	---	--------	----------

ONDE SE LÊ:

PERNAMBUCO PE
! Gravata ! 222 ! B ! ! ! !

MINAS GERAIS MG
! Cláudio ! 296 ! C ! ! ! !

RIO GRANDE DO SUL RS
! Porto Alegre ! 257 ! A ! ! ! !

LEIA-SE:

PERNAMBUCO PE
! Gravata ! 222 ! A ! Caruaru - PE ! 4,50108°11'54"S
! ! ! ! ! 135°33'38"W

MINAS GERAIS MG
! Cláudio ! 296 ! B ! Campo do Meio-MG ! 0,50120°27'26"S
! ! ! ! ! 144°44'18"W

RIO GRANDE DO SUL RS
! Porto Alegre ! 257 ! E ! 270° a 360° ! 10,00130°03'40"S
! ! ! ! ! 7,50151°10'50"W
! ! ! ! ! 7,501

II - Determinar que as emissoras que tiveram suas características técnicas alteradas encaminhem ao DENTEL, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta portaria, projeto contendo as alterações necessárias à sua adaptação às novas características.

II.1 - O prazo para adaptação à classe será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de aprovação, pelo DENTEL, do projeto mencionado no item II.

III - Definir, de acordo com a Norma Técnica em vigor, que a alteração de classe em Porto Alegre-RS, por pertencer à zona de coordenação com as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai, estará sujeita a eventuais modificações em suas características.

IV - Incluir no referido Plano Básico, o seguinte:

CEARA CE
! Santa Quitéria ! 247 ! C ! ! ! !
! Várzea Alegre ! 266 ! C ! ! ! !



Diário Oficial

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXIX — Nº 47

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO CONGRESSO NACIONAL	4397
ATOS DO PODER EXECUTIVO	4399
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	4405
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	4409
MINISTÉRIO DA SAÚDE	4409
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	4438
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	4442
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA	4442
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS	4442
INEDITORIAIS	4467
ÍNDICE	4472

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 45, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Itarema, Estado do Ceará, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, a que se refere o Decreto nº 98.924, de 2 de fevereiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 46, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Pederneiras, Estado de São

Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 55, de 5 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 47, DE 1991

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 1º de março de 1989, a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão sonora em onda média, objeto do Decreto nº 98.482, de 7 de dezembro de 1989.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 48, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 162, de 15 de setembro de 1989, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 49, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo, atos a que se referem as Portarias n.ºs 101 e 104, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 74, de 8 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 109, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 1991

Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 60, de 6 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 161, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 43, de 22 de fevereiro de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 55, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissão à RÁDIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, e à PLANALTO FM STEREO SOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissão à RÁDIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 0039449/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO OFICIAL - Seção I
Órgão destinado à publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 16 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

SRD - Licenciamento

Version 1.0

Canais

Solicitações

Canais Excluídos

Todos

+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF	Data
		59477240000:									(Todas)					
Editar dados da Outorga	(FM-C4) Canal Licenciado	59477240000124	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	02031635409	271	102.1	E3	230	FM		Comercial	P	2	Arujá	SP	2023-0

Id solicitação: 57dbac4563f0a

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: ADORE MAIS FM	
Telefone: (11) 3016-5999	E-mail: kissfm@kissfm.com.br
CNPJ: 59.477.240/0001-24	Número do Fistel: 02031635409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/03/1991	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 13/03/2030	
Observações: SSR77/90;SSC36/95;RESOLUCAO ANATEL 03/97 125/99. Ato nº 5.172, de 14 de agosto de 2015, publicado na Pag. 71, Seção 1 do DOU de 18/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15	
Bairro: CERQUEIRA CESAR	Numero: 2.200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK	
Bairro: BELA VISTA	Numero: 2200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Arujá	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 271	Frequência: 102.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 30.3766kW
HCI: 74 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 9222316	Número Indicativo: ZYM681
Data Último Licenciamento: 10/02/2023	Número da Licença: 53500.005650/2023-71

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 23' 33.00" S	Longitude: 46° 17' 55.00" W	Cota da base: 859.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017098anq00587	Modelo: FM-35T
Fabricante: Broadcast Electronics Inc.	Potência de Operação: 13.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HJ-11-50-Heliox	Fabricante: Andrew Corporations		
Comprimento da Linha: 85 m	Atenuação: 0.4 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMB6015-2/2-BOX	Fabricante: Shively Labs				
Ganho: 3.84 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 80 °	Polarização: Circular	HCI: 74 m	ERP Máxima: 30.38 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 13.98	5°: 11.87	10°: 10.17	15°: 8.64	20°: 7.33	25°: 5.93	30°: 4.73	35°: 3.68	40°: 2.73	45°: 2.05	50°: 1.41	55°: 0.92
60°: 0.45	65°: 0.26	70°: 0.09	75°: 0.13	80°: 0.18	85°: 0.49	90°: 0.82	95°: 1.06	100°: 1.31	105°: 1.67	110°: 2.05	115°: 2.38
120°: 2.73	125°: 3.04	130°: 3.35	135°: 3.48	140°: 3.61	145°: 3.68	150°: 3.74	155°: 3.74	160°: 3.74	165°: 3.74	170°: 3.74	175°: 3.61
180°: 3.48	185°: 3.29	190°: 3.1	195°: 2.85	200°: 2.62	205°: 2.27	210°: 1.94	215°: 2.62	220°: 1.31	225°: 1.36	230°: 1.41	235°: 1.78
240°: 2.16	245°: 2.91	250°: 3.74	255°: 4.66	260°: 5.68	265°: 7.13	270°: 8.87	275°: 10.46	280°: 12.4	285°: 14.89	290°: 18.42	295°: 23.1
300°: 33.98	305°: 26.02	310°: 21.94	315°: 20	320°: 18.42	325°: 18.42	330°: 18.42	335°: 19.17	340°: 20	345°: 20	350°: 20	355°: 16.48

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°12'36.16" S Lon 46°17'55" W	5°: Lat 23°11'13.62" S Lon 46°16'44.63" W	10°: Lat 23°10'16.67" S Lon 46°15'22.27" W	15°: Lat 23°9'0.28" S Lon 46°13'40.69" W	20°: Lat 23°8'17.07" S Lon 46°11'52.52" W	25°: Lat 23°8'19.45" S Lon 46°10'11.83" W	30°: Lat 23°8'6.54" S Lon 46°8'13.52" W	35°: Lat 23°7'58.25" S Lon 46°6'3.6" W	40°: Lat 23°8'33.24" S Lon 46°4'14.49" W	45°: Lat 23°9'28.86" S Lon 46°2'37.69" W	50°: Lat 23°10'57.67" S Lon 46°0'36.86" W	55°: Lat 23°12'32.43" S Lon 46°0'49.98" W
60°: Lat 23°13'49.79" S Lon 45°5'9'37.74" W	65°: Lat 23°14'9.28" S Lon 45°56'2.94" W	70°: Lat 23°15'17.16" S Lon 45°53'18" W	75°: Lat 23°17'6.04" S Lon 51'51.54" W	80°: Lat 23°19'12.58" S Lon 45°5'1'20.55" W	85°: Lat 23°21'22.4" S Lon 45°51'17.11" W	90°: Lat 23°23'30.81" S Lon 45°5'1'41.58" W	95°: Lat 23°25'33.5" S Lon 45°52'28.36" W	100°: Lat 23°27'33.54" S Lon 45°5'2'55.61" W	105°: Lat 23°29'24.07" S Lon 45°5'3'58.98" W	110°: Lat 23°31'1.51" S Lon 45°55'26.3" W	115°: Lat 23°32'29.75" S Lon 45°5'6'56.17" W
120°: Lat 23°33'42.42" S Lon 45°5'8'41.22" W	125°: Lat 23°34'12.72" S Lon 46°1'16.85" W	130°: Lat 23°34'35.37" S Lon 46°3'32.86" W	135°: Lat 23°35'8.33" S Lon 46°5'15.73" W	140°: Lat 23°35'55.54" S Lon 46°6'34.7" W	145°: Lat 23°37'18.18" S Lon 46°7'24.1" W	150°: Lat 23°37'8.03" S Lon 46°9'21.27" W	155°: Lat 23°38'3.21" S Lon 46°10'31.98" W	160°: Lat 23°39'2.06" S Lon 46°11'45.8" W	165°: Lat 23°39'37.21" S Lon 46°13'12.91" W	170°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°14'39.42" W	175°: Lat 23°40'31.12" S Lon 46°16'17.74" W
180°: Lat 23°40'20.78" S Lon 46°17'55" W	185°: Lat 23°40'16.94" S Lon 46°19'30.9" W	190°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°2'1'10.58" W	195°: Lat 23°40'27.6" S Lon 22'51.86" W	200°: Lat 23°40'4.44" S Lon 24'29.04" W	205°: Lat 23°39'42.02" S Lon 46°26'8.44" W	210°: Lat 23°38'58.86" S Lon 7'38.74" W	215°: Lat 23°37'45.35" S Lon 8'46.72" W	220°: Lat 23°37'51.65" S Lon 46°31'1.94" W	225°: Lat 23°36'35.39" S Lon 46°32'9.56" W	230°: Lat 23°35'2.76" S Lon 32'52.86" W	235°: Lat 23°33'13.04" S Lon 2'59.79" W
240°: Lat 23°31'27.72" S Lon 46°3'2'53.12" W	245°: Lat 23°30'10.08" S Lon 46°3'3'25.37" W	250°: Lat 23°28'49.31" S Lon 46°33'44.9" W	255°: Lat 23°27'32.13" S Lon 4'11.26" W	260°: Lat 23°26'3.35" S Lon 33'29.08" W	265°: Lat 23°24'41.17" S Lon 2'12.19" W	270°: Lat 23°23'32.49" S Lon 0'37.17" W	275°: Lat 23°22'36.15" S Lon 9'37.56" W	280°: Lat 23°21'55.92" S Lon 46°27'52.8" W	285°: Lat 23°21'31.88" S Lon 46°26'6.5" W	290°: Lat 23°21'28.79" S Lon 46°24'6.36" W	295°: Lat 23°21'47.72" S Lon 46°22'0.81" W
300°: Lat 23°22'34.89" S Lon 46°1'9'44.62" W	305°: Lat 23°21'45.53" S Lon 46°2'0'42.15" W	310°: Lat 23°23'21'8.17" S Lon 46°21'2.96" W	315°: Lat 23°20'40.26" S Lon 46°21'3.1" W	320°: Lat 23°18'47.75" S Lon 2'15.57" W	325°: Lat 23°18'4.68" S Lon 46°22'5.27" W	330°: Lat 23°18'22.88" S Lon 46°21'9.94" W	335°: Lat 23°18'17.06" S Lon 46°20'35.4" W	340°: Lat 23°17'38.69" S Lon 46°20'15.4" W	345°: Lat 23°17'17.132" S Lon 19'49.25" W	350°: Lat 23°16'25.65" S Lon 9'17.03" W	355°: Lat 23°14'13.15" S Lon 46°18'48.3" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 22.92	10°: 24.98	15°: 27.91	20°: 30.1	25°: 31.13	30°: 33.03	35°: 35.23	40°: 36.25	45°: 36.84	50°: 36.25	55°: 35.52
60°: 35.96	65°: 41.09	70°: 44.6	75°: 45.92	80°: 45.92	85°: 45.48	90°: 44.6	95°: 43.43	100°: 43.14	105°: 42.11	110°: 40.65	115°: 39.33

120°: 37.72	125°: 34.5	130°: 31.86	135°: 30.4	140°: 29.96	145°: 31.13	150°: 29.08	155°: 29.66	160°: 30.54	165°: 30.83	170°: 31.86	175°: 31.57
180°: 31.13	185°: 31.13	190°: 31.86	195°: 32.45	200°: 32.59	205°: 33.03	210°: 33.03	215°: 32.15	220°: 34.64	225°: 34.2	230°: 33.18	235°: 31.27
240°: 29.37	245°: 29.08	250°: 28.64	255°: 28.64	260°: 26.88	265°: 24.39	270°: 21.61	275°: 20	280°: 17.21	285°: 14.43	290°: 11.21	295°: 7.69
300°: 3.59	305°: 5.79	310°: 6.96	315°: 7.54	320°: 11.5	325°: 12.38	330°: 11.06	335°: 10.77	340°: 11.65	345°: 12.52	350°: 13.4	355°: 17.36

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 055890xxx00518	Modelo: FM 25000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 13.600 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 30.38 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	104	Portaria	MC	09/03/1990	13/03/1990	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	266	Portaria	MC	28/10/1991		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	49	Decreto Legislativo	CN	08/03/1991	11/03/1991	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	21	Portaria	MC	19/01/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	7	Portaria	MC	24/01/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	1330	Portaria	MC	07/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	234	Portaria	MC	14/07/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	20	Portaria	MC	18/03/1999	29/03/1999	Transferência Indireta	Jurídico
9999	26	Portaria	MC	05/04/1999	08/04/1999	Multa	Jurídico
9999	276	Portaria	MC	08/06/2009	17/09/2010	Multa	Jurídico
9999	531	Portaria	MC	28/05/2013	31/05/2013	Multa	Jurídico
53504.015393/2012-93	2798	Portaria	MCTIC	16/08/2016	28/10/2016	Multa	Jurídico
535040026942012	2585	Portaria	MCTIC	22/08/2016	21/10/2016	Multa	Jurídico
53500.066747/201	10840	Ato	ORLE	02/08/2017	30/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

7-11 53504.002833/2013-23	4719	Portaria	MCTIC	25/08/2017	29/08/2017	Multa	Técnico
53504.021065/2014-98	4833	Portaria	MC	20/09/2018	27/09/2018	Multa	Jurídico
53500.048625/2021-11	5388	Ato	ORLE	16/07/2021	26/07/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.345591/2022-91	9635687	Ato	ORLE	30/12/2022	13/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



NOME/RAZÃO SOCIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA				CNPJ 59477240000124	
Nº DA ESTAÇÃO 9222316	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 23' 33.00" S	LONGITUDE 46° 17' 55.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Estrada dos Fernandes, nº 2335.				DISTRITO	
BAIRRO Mirante do Arujá				MUNICÍPIO Arujá	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 13/03/2030

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Arujá UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 102.1 MHz CANAL: 271

CLASSE: E3 COTA BASE DA TORRE: 859.8

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYM681

NOME FANTASIA: ADORE MAIS FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Arujá

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Estrada dos Fernandes BAIRRO: Mirante do Arujá

MUNICÍPIO: Arujá UF: SP

NUMERO: 2335 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Broadcast Electronics Inc. MODELO: FM-35T

CÓDIGO: 017098anq00587 POTÊNCIA: 13.600 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MTA Eletrônica Industrial Ltda. MODELO: FM 25000

CÓDIGO: 055890xxx00518 POTÊNCIA: 13.600 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Shively Labs MODELO: FMB6015-2/2-BOX

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.84 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 80 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 74 m BEAM TILT: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Andrew Corporations MODELO: HJ-11-50-Heliox

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/10/2023 16:38:42

APLICAÇÃO

Emitido Em
10/02/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjUzOTYwYjlxNDdYw==>





BOA TARDE
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		59.477.240/0001-24									
KISS TELECOMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MIRIAN MORATO	034.174.798-00	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/10/2023

Hora: 17:46:19



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		034.174.798-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MIRIAN MORATO	034.174.798-00	RADIO CULTURA DE RIBEIRAO PRETO LTDA	55.973.937/0001-35	Sócio	11200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Preto
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
		REDE CBS DE RADIO LTDA	33.627.787/0001-75	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Padre Bernardo

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/10/2023

Hora: 17:46:26



Agência
de Telecomunicações

BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 279.767.838-90											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	KISS FM RIO SISTEMA DE COMUNICACOES LTDA	30.352.568/0001-32	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RJ	São Gonçalo
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Diretor (SÓCIA-ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Cosmópolis
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	TV	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	GTVD	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	FM	--	SP	Sumaré
		SUPER RADIO TUPI AM LTDA	49.374.440/0001-06	Sócio	12000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Caetano do Sul
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Sócio	125	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Cosmópolis
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
		RADIO SOCIEDADE MARCONI LTDA	05.147.231/0001-46	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Paulo
		KISS FM RIO SISTEMA DE COMUNICACOES LTDA	30.352.568/0001-32	Sócio	3613024	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São Gonçalo
		SUPER RADIO TUPI AM LTDA	49.374.440/0001-06	Sócio	12000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Caetano do Sul

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/10/2023

Hora: 17:46:41



BOA TARDE
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	59.477.240/0001-24

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 26/10/2023 Hora: 17:49:32



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:41:18 do dia 25/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **ANDRE LUIS TELES GHILLIONI**

Data/Hora: **25/10/2023 15:58:11**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

Nº FISTEL: 02031635409

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 59477240000124

Situação: Ativa

Data Validade: 11/03/2001

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não - E

Tipo Usuário:

Integral

UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: AVENIDA PAULISTA 2.200 - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15

Bairro: CERQUEIRA CESAR

Município: São Paulo

CEP: 01310-300

UF: SP

End. Corresp.: AVENIDA PAULISTA 2200 TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK

Bairro: BELA VISTA

Município: São Paulo

CEP: 01310-300

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	0	1991	31/03/1991	R\$ 0,00	30/10/1991	13.597,02	0,00	0001	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	397.386,80	15/03/1994	22.788,54	22.788,54	0002		
					31/01/1995	59,19			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	10.066,34	31/01/1995	46,70	46,70	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	53,61	31/03/1995	36,28	36,28	0004	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1995	27/01/1995	0,00	27/01/1995	72,56	72,56	0005	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	29/03/1996	44,42	44,42	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	53,61	09/05/1997	56,39	56,39	0007	Quitado	0,00
1660	0	1997	20/01/1998	565,05	20/01/1998	514,64	514,64	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 500,00	21/08/1998	2.900,00	500,00	0009	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1998	26/07/2002	R\$ 18.100,80		0,00	0,00	0010	Cancelado	0,00
8766 - TFI	1	1998	25/10/1998	R\$ 5.800,00	14/09/1998	5.800,00	5.800,00	0011	Quitado	0,00
9999	0	1998	21/08/1998	R\$ 0,00	21/08/1998	2.400,00	0,00	0012	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.900,00	29/10/1999	3.821,04	3.821,04	0013	Quitado	0,00
1660	0	1999	24/05/1999	R\$ 563,30	14/04/1999	563,30	563,30	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	0015	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	29/03/2001	2.900,00	2.900,00	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	28/03/2002	2.900,00	2.900,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	31/03/2003	2.900,00	2.900,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	31/03/2004	2.900,00	2.900,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	31/03/2005	2.900,00	2.900,00	0020	Quitado	0,00
1550	0	2004	22/03/2005	R\$ 1.840,58	23/03/2012	2.911,27	2.911,27	0021	Quitado - DOU	0,00
1550	0	2004	22/03/2005	R\$ 1.752,93		0,00	0,00	0022	Cancelado	0,00
1550	0	2004	23/05/2005	R\$ 1.752,93	23/03/2012	2.772,64	2.772,64	0023	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	30/03/2006	2.900,00	2.900,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	30/03/2007	2.900,00	2.900,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	26/03/2008	2.900,00	2.900,00	0027	Quitado	0,00

1660	0	2008	23/06/2008	R\$ 613,52		0,00	0,00	0028	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	23/03/2009	2.610,00	2.610,00	0029	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	26/05/2009	290,00	290,00	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	01/03/2010	2.610,00	2.610,00	0032	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	01/03/2010	290,00	290,00	0033	Quitado	0,00
1660	0	2010	30/10/2010	R\$ 3.067,60	24/09/2010	3.067,60	3.067,60	0034	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	25/03/2011	2.610,00	2.610,00	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	25/03/2011	290,00	290,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	16/03/2012	1.914,00	1.914,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	16/03/2012	290,00	290,00	0038	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	25/03/2013	1.914,00	1.914,00	0039	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	25/03/2013	290,00	290,00	0040	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	26/03/2014	1.914,00	1.914,00	0041	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	26/03/2014	290,00	290,00	0042	Quitado	0,00
1666	0	2013	07/07/2013	R\$ 547,79	30/03/2015	749,87	749,87	0043	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	30/03/2015	1.914,00	1.914,00	0044	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	0045	Quitado	0,00
1889	0	2015	20/06/2015	R\$ 7.680,00	29/12/2016	9.421,94	9.421,94	0046	Quitado - RN - DOU	0,00
1660	0	2015	10/03/2019	R\$ 11.493,86	31/10/2019	19.379,42	19.379,42	0047	Quitado - RN - DOU	0,00
1889	0	2015	19/10/2015	R\$ 3.840,00	31/10/2019	6.543,51	6.543,51	0048	Quitado - RN - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	18/03/2016	1.914,00	1.914,00	0049	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	18/03/2016	290,00	290,00	0050	Quitado	0,00
1660	0	2016	18/07/2016	R\$ 2.298,77	29/10/2018	3.193,18	3.193,18	0051		
					31/10/2019	42,21	42,21		Quitado - DOU	0,00
1660	0	2016	25/09/2017	R\$ 7.676,45	14/05/2019	9.926,06	9.926,06	0052	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2016	18/09/2017	R\$ 24.308,74	31/10/2019	32.467,20	32.467,20	0053	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	31/03/2017	1.914,00	1.914,00	0054	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	31/03/2017	290,00	290,00	0055	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	09/10/2017	R\$ 200,00	20/09/2017	200,00	200,00	0056	Quitado	0,00
1660	0	2013	09/03/2019	R\$ 11.493,86	31/10/2019	22.080,15	22.080,15	0057	Quitado - RN - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	27/03/2018	1.914,00	1.914,00	0058	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	27/03/2018	290,00	290,00	0059	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	28/03/2019	1.914,00	1.914,00	0060	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	28/03/2019	290,00	290,00	0061	Quitado	0,00
1660	0	2017	30/11/2019	R\$ 9.211,73	07/11/2019	9.211,73	9.211,73	0062	Quitado	0,00
1660	0	2018	04/12/2019	R\$ 13.817,60	25/11/2019	13.817,60	13.817,60	0063	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	30/09/2020	2.122,63	2.122,63	0066	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	30/09/2020	321,61	321,61	0067	Quitado	0,00
1660	0	2018	13/03/2021	R\$ 16.157,91	16/04/2021	18.132,41	18.132,41	0068	Quitado	0,00

25/10/2023, 15:58

systemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	26/03/2021	1.914,00	1.914,00	0069	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	26/03/2021	290,00	290,00	0070	Quitado	0,00
1660	0	2019	18/05/2021	R\$ 105.144,78	25/06/2021	129.735,97	129.735,97	0071	Quitado - RN - DOU	0,00
7242 - PPDUR	1	2021	14/08/2021	R\$ 280,70	15/07/2021	280,70	280,70	0072	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 1.914,00	31/03/2022	1.914,00	1.914,00	0073	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 290,00	31/03/2022	290,00	290,00	0074	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	28/01/2023	R\$ 611,85	29/12/2022	611,85	611,85	0075	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	20/03/2023	R\$ 7.800,00	08/02/2023	7.800,00	7.800,00	0076	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	0077	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	0078	Quitado	0,00
Total devido em 25/10/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 25/10/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)										
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)										
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança										
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado										
RJ - Lançamento com Recurso Judicial										
RN - Lançamento com Recurso Denegado										
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União										
CD - Lançamento Inscrito no CADIN										
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa										
E - Lançamento em Execução Judicial										
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006										
MO - Multa de Ofício										
LO - Lançamento de Ofício										
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado										
PA - Parcelamento: Parcela										
BF - Benefício Fiscal										

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 59.477.240/0001-24 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 17/11/1988</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KISS</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV PAULISTA</div>	<div>NÚMERO 2200</div>	<div>COMPLEMENTO EDIF CENTRAL PARK ANDAR 15</div>	
<div>CEP 01.310-300</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CERQUEIRA CESAR</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>	<div>UF SP</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@PADVOGADOS.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (11) 3016-5999/ (11) 3016-5987</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/04/2004</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/10/2023 às 16:00:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	59.477.240/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	KISS TELECOMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MIRIAN MORATO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/10/2023 às 16:00 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 59.477.240/0001-24
Razão Social: KISS TELECOMUNICACOES LTDA
Endereço: AV. PAULISTA 2198 IL 02 CENTRAL PARK / JARDINS / SAO PAULO / SP / 01244-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/10/2023 a 06/11/2023

Certificação Número: 2023100801382491645252

Informação obtida em 25/10/2023 16:01:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 59.477.240/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:01:46 do dia 25/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/04/2024.

Código de controle da certidão: **C4DB.8440.4E76.E1CD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certidão nº: 59185648/2023

Expedição: 25/10/2023, às 16:02:14

Validade: 22/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.477.240/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **KISS TELECOMUNICACOES LTDA**

CPF/CNPJ: **59.477.240/0001-24**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:31:36 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: xtE1mPtWUBl6pkhm7Qdi

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO ESPECÍFICA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

AS INFORMAÇÕES DO CAMPO "OUTROS ARQUIVAMENTOS" SÃO RELATOS DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE ARQUIVAMENTOS SELECIONADOS PELO REQUERENTE E PODEM TER SOFRIDO ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ALTERAÇÕES POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35208282369	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 07/10/1988	INÍCIO DAS ATIVIDADES 07/10/1988	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA.					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 59.477.240/0001-24	ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA			NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15 ANDAR EDIF		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01310-300	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 100.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME MIRIAN MORATO							
ENDEREÇO RUA BOM PASTOR				NÚMERO 753	COMPLEMENTO		
BAIRRO IPIRANGA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04203-050	RG 111295865	
CPF 034.174.798-00	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 1.000,00			

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA							
ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA				NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15AND.ESC.151		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 01310-300	RG 267800411	
CPF 279.767.838-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 99.000,00	

DENOMINAÇÕES ANTERIORES
RADIO KISS LTDA.

OUTROS ARQUIVAMENTOS		
DATA 20/05/1993	NÚMERO 077.617/93-9	
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA DR JOSE MANUEL, 116, 5 ANDAR, SANTA CECILIA, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020.		
DATA 09/11/1993	NÚMERO 174.612/93-0	
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 704, 6 ANDAR, PERDIZES, SAO PAULO - SP, CEP 05013-001.		
A ANULACAO DA MUDANCA DE ENDERECO CONSTANTE DA ALTERACAO REGISTRADA SOB O NO 71617/939.		
DATA 02/08/1995	NÚMERO 124.496/95-7	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE ANDRE GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 039.095.698-78 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 5054921 - SP, RESIDENTE À RUA BARAO DE CAPANEMA, 235, 6 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 01411-011, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.900,00.		
ADMITIDO LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.		
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA ANTONIO ALVES DE LIMA, 186, SALA B, CENTRO, ARUJA - SP, CEP 07400-000.		
DATA 18/12/1996	NÚMERO 224.477/96-1	
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.		
ADMITIDO PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.		
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV PAULISTA, 2198, LOJA 02, JARDINS, SAO PAULO - SP.		
DATA 09/04/1999	NÚMERO 052.022/99-7	
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF:		

071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ADMITIDO LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

ADMITIDO RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

DATA	NÚMERO
05/04/2001	060.978/01-6

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ADMITIDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 326432702 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

DATA	NÚMERO
09/05/2002	092.351/02-5

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

REMANESCENTE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.643.270-2, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 10/12/2003	NÚMERO 298.781/03-7	
<p>TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N& 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N& 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N& 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS).ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.</p> <p>INCLUSÃO DE CNPJ 59.477.240/0001-24</p>		
DATA 19/02/2004	NÚMERO 091.242/04-6	
<p>CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4.975.379 - SP, RESIDENTE À RUA PROFESSOR ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO. 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05520-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO. 62, VILLAGGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.</p> <p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.543.270-2 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO.42, VILLAGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.</p> <p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>		
DATA 04/01/2005	NÚMERO 006.058/05-0	
<p>TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N& 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N& 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N& 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS).ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.</p>		
DATA 12/12/2005	NÚMERO 338.102/05-0	
<p>ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 08/04/2005 AS 11:00 HORAS - ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICA E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 01 DE JANEIRO DE 2004 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.</p>		
DATA 13/03/2006	NÚMERO 075.027/06-9	
<p>EM ATENCAO A LINEA "I"DO ARTIGO 38 DA LEI 4.117 DE 27/08/1962 COM REDACAO DADA PELA LEI 10.610 DE 20/12/2002,PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23/12/2002 E PARA OS DEVIDOS FINS,ARQUIVO DECLARACAO DA</p>		

COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL		
DATA 13/07/2006	NÚMERO 179.817/06-1	
ATA DE REUNIAO REALIZADA NO DIA 08 DE MARCO DE 2006 AS 11:00ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2005 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		
DATA 09/03/2007	NÚMERO 075.940/07-3	
REGISTRO DE DECLARACAO DE COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL REFERENTE AO ANO DE 2006		
DATA 29/08/2007	NÚMERO 308.265/07-5	
ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 20 DE MARCO DE 2007, AS 10:00 HORAS. ORDEM DO DIA : EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2006 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006.		
DATA 24/01/2008	NÚMERO 034.906/08-3	
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO		
DATA 12/01/2010	NÚMERO 017.424/10-0	
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO		
DATA 21/10/2010	NÚMERO 363.599/10-1	
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903885831, SITUADA À: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335, MIRANTE, ARUJA - SP, CEP 07400-970. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.		
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA PAULISTA, 2200, 15 ANDAR EDIF, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300.		
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 18/10/2010.		
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.		
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.		
ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 33999163873, SITUADA À: AVENIDA RIO BRANCO, 245, 37A. SL.3707, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20040-009. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 31/05/2011	NÚMERO 196.010/11-1	

PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORO EM FM 102,1 MEGAHERTZ NA CIDADE DE ARUJA ESTADO DE SAO PAULO DECLARA EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI 4117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962		
DATA 17/02/2012	NÚMERO 079.375/12-1	
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO		
DATA 06/11/2012	NÚMERO 467.294/12-4	
ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 08/03/2012. APOS A LEITURA DOS DOCUMENTOS MENCIONADOS NA ORDEM DO DIA, COLOCADOS A DISPOSICAO DE TODOS OS SOCIOS, TRINTA DIAS ANTES, CONFORME RECEBIDO, POSTOS EM DISCUSSAO E VOTACAO, FORAM APROVADOS SEM RESERVAS E RESTRICOES.		
DATA 08/02/2013	NÚMERO 049.084/13-6	
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA, EM ATENCAO A LINEA 'I' DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS, DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE , DE PELO MENOS SETENTA CAPITAL, NA DATA DE 31/12/2012 CONFORME ABAIXO ESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00(OITENTE MIL REAIS) NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: PAULO MASCI		
DATA 08/10/2013	NÚMERO 387.562/13-8	
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES ,DO BALANCO PATRIMONIAL DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMOSTRACOES FINCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL 1 DE JANEIRO DE 2012 E ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO 2012		
DATA 28/08/2017	NÚMERO 398.877/17-8	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).		
ADMITIDO TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15A.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 18/10/2018	NÚMERO 491.864/18-8	
ADMITIDO EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03,		

RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.		
DATA 01/02/2019	NÚMERO 068.075/19-4	
DECLARACAO DE COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL. KISS TELECOMUNICACOES LTDA,PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA , EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI ? 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1.962 , COM A REDACAO DADA PELA LEI ? 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS ,QUE A COMPOSICAO SOCIETARIA DE SEU CAPITAL SOCIAL NA DATA DE 31/12/2018 PERTENCE INTEGRALMENTE A BRASILEIROS NATOS TITULARES DIRETAMENTE DE CEM POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE, , CONFORME ABAIXO DESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 80.000 (OITENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS NACIONALIDADE N DE COTAS VALOR R\$ TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA BRASILEIRA 99.000 R\$ 99.000,00 EVALDO VASCONCELOS BRASILEIRO 1.000 R\$ 1.000,00 TOTAL 100.000 R\$ 100.000,00, DATADA DE: 31/12/2018.		
DATA 16/06/2023	NÚMERO 246.489/23-6	
<p>ADMITIDO MIRIAN MORATO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 034.174.798-00, RG/RNE: 11129586-5 - SP, RESIDENTE À RUA BOM PASTOR, 753, IPIRANGA, SAO PAULO - SP, CEP 04203-050, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.</p> <p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.</p> <p>REMANESCENTE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.</p> <p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>		

FILIAIS			
NIRE 35903885831		CNPJ	
ENDEREÇO ESTRADA DOS FERNANDES		NÚMERO 2335	COMPLEMENTO
BAIRRO MIRANTE	MUNICÍPIO ARUJA	UF SP	CEP 07400-970
NIRE 33999163873		CNPJ	
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO		NÚMERO 245	COMPLEMENTO 37A. SL.3707
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ	CEP 20040-009

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO	
16/06/2023	246.489/23-6	
<p>ADMITIDO MIRIAN MORATO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 034.174.798-00, RG/RNE: 11129586-5 - SP, RESIDENTE À RUA BOM PASTOR, 753, IPIRANGA, SAO PAULO - SP, CEP 04203-050, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.</p>		
<p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.</p>		
<p>REMANESCENTE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.</p>		
<p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35208282369
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/06/2023



documento
assinado
digitalmente

Certidão Específica. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 210301486, quarta-feira, 21 de junho de 2023 às 19:06:23.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11.129.586-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/JAN/2010

NOME MIRIAN MORATO

FILIAÇÃO CELSO GRAÇA MORATO

E CECILIA MORATO

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 16/AGO/1948

DOC. ORIGEM SÃO PAULO-SP PERDIZES

CN: LV.A48 / FLS.169 / N.040934

CPF: 03417479800

16 Delegado Divisionário
CARLOS ANTONIO G. DE SEQUEIRA de Polícia IIRGD.SP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DALINT

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

536-07712

CARTEIRA DE IDENTIDADE



AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica, conforme o original a mim apresentado, de que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME MIRIAN MORATO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF 11129586 SSP/SP

CPF 034.174.798-00 DATA NASCIMENTO 16/08/1948

FILIAÇÃO CELSO GRAÇA MORATO

CECILIA MORATO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. B

Nº REGISTRO 02318864642 VALIDADE 19/11/2017 1ª HABILITAÇÃO 01/02/1977

OBSERVAÇÕES

SAO PAULO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL SAO PAULO, SP DATA EMISSÃO 23/11/2012

55534445545

SP567280802

DETRAN-SP (SAO PAULO)



AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica, conforme o original a mim apresentado, de que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

Data de Envio:

25/10/2023 16:30:26

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.024939/2020-91

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **KISS TELECOMUNICACOES LTDA**

CPF/CNPJ: **59.477.240/0001-24**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:31:36 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: xtE1mPtWUBl6pkhm7Qdi

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº:
53115.024939/2020-91**

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 25/10/2023 18:39

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá/SP, responder aos processos nº 53000.023780/2011-93, 53000.018753/2011-07, 53504.015393/2012-93, 53504.005367/2012-57, 53504.002694/2012-57, 53504.003857/2013-08, 53504.021065/2014-98, 53504.005284/2015-19 não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 25 de outubro de 2023 16:30

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.024939/2020-91

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Diário Oficial

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXIX — Nº 47

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO CONGRESSO NACIONAL	4397
ATOS DO PODER EXECUTIVO	4399
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	4405
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	4409
MINISTÉRIO DA SAÚDE	4409
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	4438
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	4442
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA	4442
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS	4442
INEDITORIAIS	4467
ÍNDICE	4472

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Itarema, Estado do Ceará, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, a que se refere o Decreto nº 98.924, de 2 de fevereiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Pederneiras, Estado de São

Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 55, de 5 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1991

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 1º de março de 1989, a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão sonora em onda média, objeto do Decreto nº 98.482, de 7 de dezembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 162, de 15 de setembro de 1989, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO-DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO-DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo, atos a que se referem as Portarias nºs 101 e 104, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 74, de 8 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 109, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 1991

Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguaruna, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguaruna, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 60, de 6 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RADIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RADIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 161, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 43, de 22 de fevereiro de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 55, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissão à RADIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, e à PLANALTO FM STEREO SOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissão à RADIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX 061) 321-5666; Telex: 0611 1356 DIMN BR
Fax: 0611 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO OFICIAL - Seção I

Órgão destinado à publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 16 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICON/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.



Portaria nº 104, de 9 de Março de 1990.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004636/89, (Edital nº 065/89), resolve:

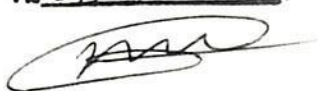
I - Outorgar permissão à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III - Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.D.S. nº 106 / 1990
Fls. 08




1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35208282369	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 07/10/1988	INÍCIO DAS ATIVIDADES 07/10/1988	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA.					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 59.477.240/0001-24	ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA			NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15 ANDAR EDIF		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01310-300	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 100.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME MIRIAN MORATO							
ENDEREÇO RUA BOM PASTOR				NÚMERO 753	COMPLEMENTO		
BAIRRO IPIRANGA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04203-050	RG 111295865	
CPF 034.174.798-00	CARGO SÓCIO					QUANTIDADE COTAS 1.000,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA							
ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA				NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15AND.ESC.151		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 01310-300	RG 267800411	
CPF 279.767.838-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 99.000,00	

FILIAIS							
NIRE 35903885831	CNPJ						
ENDEREÇO ESTRADA DOS FERNANDES				NÚMERO 2335	COMPLEMENTO		
BAIRRO	MUNICÍPIO				UF	CEP	

MIRANTE	ARUJA	SP	07400-970
NIRE 33999163873	CNPJ		
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO	NÚMERO 245	COMPLEMENTO 37A. SL.3707	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ	CEP 20040-009

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 16/06/2023	NÚMERO 246.489/23-6	
ADMITIDO MIRIAN MORATO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 034.174.798-00, RG/RNE: 11129586-5 - SP, RESIDENTE À RUA BOM PASTOR, 753, IPIRANGA, SAO PAULO - SP, CEP 04203-050, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
REMANESCENTE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35208282369
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 27/10/2023



documento
assinado
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 223567242, sexta-feira, 27 de outubro de 2023 às 12:57:43.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.024939/2020-91**Entidade:** KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**CNPJ nº:** 59.477.240/0001-24**FISTEL nº:** 02031635409**Localidade:** Arujá/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 15/12/2020**Período:** 11/03/2021 a 11/03/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6247678 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pela representante legal da entidade à época, Tais Rothschild de Abreu Lilla (SUPER 6247678 - Págs. 65-78).
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8292118	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11184478 Págs. 7-10	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11188361	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	

4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6247678 Págs. 83	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11184498 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11184498 Pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
		E 6247678 Pág. 85 M 6247678 Pág. 86		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11184478 Pág. 11	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11184498 Pág. 4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
		FGTS 11184498 Pág. 3		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11184498 Pág. 5	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Mirian Morato 11184632 Tais Rothschild de Abreu Lilla 7921709, Pág. 1	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11184478 Pág. 6	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11184478 Págs. 12-16	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11185266	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	

14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11184676	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	
--	--------------------	----------	---	--

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990;	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184408** e o código CRC **0367E103**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19143/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Kiss Telecomunicações Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 59.477.240/0001-24** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arujá/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02031635409** referente ao período de 11 de março de 2021 a 11 de março de 2031.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Kiss Telecomunicações Ltda** outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 104, de 9 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de março de 1990 e Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1991 (SUPER 11187021).

7. Concernente ao período de **2001-2011**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 6 de novembro de 2000, gerando o protocolo nº 53830.001161/2000-12, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de setembro de 2000 e 11 de dezembro de 2000. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. Concernente ao período de **2011-2021**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 4 de agosto de 2011, gerando o protocolo nº 53000.011432/2011-73, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de setembro de 2010 e 11 de dezembro de 2010. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, alusivo ao período de **2011-2021**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

12. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

13. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

14. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SUPER 11187035).

15. Pela análise dos autos, observa-se que, em **15 de dezembro de 2020**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 6247678 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021.

16. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER11184408). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

17. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11184408).

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26 de outubro de 2023 (SUPER 11184478 - Págs. 7-10).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão.

21. Por sua vez, a sócia administradora Taís Rothschild de Abreu Lilla compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de São Gonçalo/RJ, Cosmópolis/SP, Sumaré/SP, São Paulo/SP e São Caetano do Sul/SP, bem como o serviço de sons e imagens, na localidade Francisco Morato/SP. Já a sócia Mirian Morato compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Ribeirão Preto/SP e Padre Bernardo/GO.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER11184478 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11185266).

23. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11184408).

24. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11184498 - Pág. 1).

25. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63* e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

26. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de fevereiro de 2023, com validade até 13 de março de 2030 (SUPER 11184478 - Págs. 1 e 6).

30. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 25 de outubro de 2023 (SUPER11184478 - Pág. 11). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER11184478 - Págs. 12-16). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arujá/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11187035).**

CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 30/10/2023, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 22:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187022** e o código CRC **0D16F420**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11187063)
- Minuta de Exposição de Motivos (11187064)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.024939/2020-91,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, número de inscrição no FISTEL nº 02031635409, a partir de 11 de março de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 30/10/2023, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 22:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187063** e o código CRC **B6ADE244**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 30/10/2023, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 22:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187064** e o código CRC **C4D19897**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10882, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A **MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA** informa o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.024939/2020-91,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, número de inscrição no FISTEL nº 02031635409, a partir de 11 de março de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193886** e o código CRC **629170C2**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 31 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10882, de 31 de outubro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193889** e o código CRC **40515E05**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43452/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10882/2023(11193886) e Exposição de Motivos nº 381/2023 (11193889)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 19143/2023/MCOM (11187022), encaminho a Portaria nº 10882/2023(11193886) e Exposição de Motivos nº 381/2023 (11193889), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 16/11/2023, às 19:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193920** e o código CRC **2369679A**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/11/2023 | Edição: 222 | Seção: 1 | Página: 21

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.882, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.024939/2020-91, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, número de inscrição no FISTEL nº 02031635409, a partir de 11 de março de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac4563f0a

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: ADORE MAIS FM	
Telefone: (11) 3016-5999	E-mail: kissfm@kissfm.com.br
CNPJ: 59.477.240/0001-24	Número do Fistel: 02031635409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/03/1991	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 13/03/2030	
Observações: SSR77/90;SSC36/95;RESOLUCAO ANATEL 03/97 125/99. Ato nº 5.172, de 14 de agosto de 2015, publicado na Pag. 71, Seção 1 do DOU de 18/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15	
Bairro: CERQUEIRA CESAR	Numero: 2.200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK	
Bairro: BELA VISTA	Numero: 2200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Arujá	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 271	Frequência: 102.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 30.3766kW
HCI: 74 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 9222316	Número Indicativo: ZYM681
Data Último Licenciamento: 10/02/2023	Número da Licença: 53500.005650/2023-71

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 23' 33.00" S	Longitude: 46° 17' 55.00" W	Cota da base: 859.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017098anq00587	Modelo: FM-35T
Fabricante: Broadcast Electronics Inc.	Potência de Operação: 13.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HJ-11-50-Heliox	Fabricante: Andrew Corporations		
Comprimento da Linha: 85 m	Atenuação: 0.4 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMB6015-2/2-BOX	Fabricante: Shively Labs				
Ganho: 3.84 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 80 °	Polarização: Circular	HCI: 74 m	ERP Máxima: 30.38 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 13.98	5°: 11.87	10°: 10.17	15°: 8.64	20°: 7.33	25°: 5.93	30°: 4.73	35°: 3.68	40°: 2.73	45°: 2.05	50°: 1.41	55°: 0.92
60°: 0.45	65°: 0.26	70°: 0.09	75°: 0.13	80°: 0.18	85°: 0.49	90°: 0.82	95°: 1.06	100°: 1.31	105°: 1.67	110°: 2.05	115°: 2.38
120°: 2.73	125°: 3.04	130°: 3.35	135°: 3.48	140°: 3.61	145°: 3.68	150°: 3.74	155°: 3.74	160°: 3.74	165°: 3.74	170°: 3.74	175°: 3.61
180°: 3.48	185°: 3.29	190°: 3.1	195°: 2.85	200°: 2.62	205°: 2.27	210°: 1.94	215°: 2.62	220°: 1.31	225°: 1.36	230°: 1.41	235°: 1.78
240°: 2.16	245°: 2.91	250°: 3.74	255°: 4.66	260°: 5.68	265°: 7.13	270°: 8.87	275°: 10.46	280°: 12.4	285°: 14.89	290°: 18.42	295°: 23.1
300°: 33.98	305°: 26.02	310°: 21.94	315°: 20	320°: 18.42	325°: 18.42	330°: 18.42	335°: 19.17	340°: 20	345°: 20	350°: 20	355°: 16.48

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°12'36.16" S Lon 46°17'55" W	5°: Lat 23°11'13.62" S Lon 46°16'44.63" W	10°: Lat 23°10'16.67" S Lon 46°15'22.27" W	15°: Lat 23°9'0.28" S Lon 46°13'40.69" W	20°: Lat 23°8'17.07" S Lon 46°11'52.52" W	25°: Lat 23°8'19.45" S Lon 46°10'11.83" W	30°: Lat 23°8'6.54" S Lon 46°8'13.52" W	35°: Lat 23°7'58.25" S Lon 46°6'3.6" W	40°: Lat 23°8'33.24" S Lon 46°4'14.49" W	45°: Lat 23°9'28.86" S Lon 46°2'37.69" W	50°: Lat 23°10'57.67" S Lon 46°1'36.86" W	55°: Lat 23°12'32.43" S Lon 46°0'49.98" W
60°: Lat 23°13'49.79" S Lon 45°5'9'37.74" W	65°: Lat 23°14'9.28" S Lon 45°56'2.94" W	70°: Lat 23°15'17.16" S Lon 45°53'18" W	75°: Lat 23°17'6.04" S Lon 45°51'51.54" W	80°: Lat 23°19'12.58" S Lon 45°51'20.55" W	85°: Lat 23°21'22.4" S Lon 45°51'17.11" W	90°: Lat 23°23'30.81" S Lon 45°51'41.58" W	95°: Lat 23°25'33.5" S Lon 45°52'28.36" W	100°: Lat 23°27'33.54" S Lon 45°52'55.61" W	105°: Lat 23°29'24.07" S Lon 45°53'58.98" W	110°: Lat 23°31'1.51" S Lon 45°55'26.3" W	115°: Lat 23°32'29.75" S Lon 45°56'17" W
120°: Lat 23°33'42.42" S Lon 45°5'8'41.22" W	125°: Lat 23°34'12.72" S Lon 46°1'16.85" W	130°: Lat 23°34'35.37" S Lon 46°3'32.86" W	135°: Lat 23°35'8.33" S Lon 46°5'15.73" W	140°: Lat 23°35'55.54" S Lon 46°6'34.7" W	145°: Lat 23°37'18.18" S Lon 46°7'24.1" W	150°: Lat 23°37'8.03" S Lon 46°9'21.27" W	155°: Lat 23°38'3.21" S Lon 46°10'31.98" W	160°: Lat 23°39'2.06" S Lon 46°11'45.8" W	165°: Lat 23°39'37.21" S Lon 46°13'12.91" W	170°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°14'39.42" W	175°: Lat 23°40'31.12" S Lon 46°16'17.74" W
180°: Lat 23°40'20.78" S Lon 46°17'55" W	185°: Lat 23°40'16.94" S Lon 46°19'30.9" W	190°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°21'10.58" W	195°: Lat 23°40'27.6" S Lon 46°22'51.86" W	200°: Lat 23°40'4.44" S Lon 46°24'29.04" W	205°: Lat 23°39'42.02" S Lon 46°26'8.44" W	210°: Lat 23°38'58.86" S Lon 46°27'38.74" W	215°: Lat 23°37'45.35" S Lon 46°28'46.72" W	220°: Lat 23°37'51.65" S Lon 46°31'1.94" W	225°: Lat 23°36'35.39" S Lon 46°32'9.56" W	230°: Lat 23°35'2.76" S Lon 46°32'52.86" W	235°: Lat 23°33'13.04" S Lon 46°32'59.79" W
240°: Lat 23°31'27.72" S Lon 46°3'2'53.12" W	245°: Lat 23°30'10.08" S Lon 46°3'3'25.37" W	250°: Lat 23°28'49.31" S Lon 46°33'44.9" W	255°: Lat 23°27'32.13" S Lon 46°34'11.26" W	260°: Lat 23°26'3.35" S Lon 46°33'29.08" W	265°: Lat 23°24'41.17" S Lon 46°32'12.19" W	270°: Lat 23°23'32.49" S Lon 46°30'37.17" W	275°: Lat 23°22'36.15" S Lon 46°29'37.56" W	280°: Lat 23°21'55.92" S Lon 46°27'52.8" W	285°: Lat 23°21'31.88" S Lon 46°26'6.5" W	290°: Lat 23°21'28.79" S Lon 46°24'6.36" W	295°: Lat 23°21'47.72" S Lon 46°22'0.81" W
300°: Lat 23°22'34.89" S Lon 46°1'9'44.62" W	305°: Lat 23°21'45.53" S Lon 46°2'0'42.15" W	310°: Lat 23°23'21'8.17" S Lon 46°21'2.96" W	315°: Lat 23°20'40.26" S Lon 46°21'3.1" W	320°: Lat 23°18'47.75" S Lon 46°21'15.57" W	325°: Lat 23°18'4.68" S Lon 46°22'5.27" W	330°: Lat 23°18'22.88" S Lon 46°21'9.94" W	335°: Lat 23°18'17.06" S Lon 46°20'35.4" W	340°: Lat 23°17'38.69" S Lon 46°20'15.4" W	345°: Lat 23°17'17.132" S Lon 46°19'49.25" W	350°: Lat 23°16'25.65" S Lon 46°19'17.03" W	355°: Lat 23°14'13.15" S Lon 46°18'48.3" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 22.92	10°: 24.98	15°: 27.91	20°: 30.1	25°: 31.13	30°: 33.03	35°: 35.23	40°: 36.25	45°: 36.84	50°: 36.25	55°: 35.52
60°: 35.96	65°: 41.09	70°: 44.6	75°: 45.92	80°: 45.92	85°: 45.48	90°: 44.6	95°: 43.43	100°: 43.14	105°: 42.11	110°: 40.65	115°: 39.33

120°: 37.72	125°: 34.5	130°: 31.86	135°: 30.4	140°: 29.96	145°: 31.13	150°: 29.08	155°: 29.66	160°: 30.54	165°: 30.83	170°: 31.86	175°: 31.57
180°: 31.13	185°: 31.13	190°: 31.86	195°: 32.45	200°: 32.59	205°: 33.03	210°: 33.03	215°: 32.15	220°: 34.64	225°: 34.2	230°: 33.18	235°: 31.27
240°: 29.37	245°: 29.08	250°: 28.64	255°: 28.64	260°: 26.88	265°: 24.39	270°: 21.61	275°: 20	280°: 17.21	285°: 14.43	290°: 11.21	295°: 7.69
300°: 3.59	305°: 5.79	310°: 6.96	315°: 7.54	320°: 11.5	325°: 12.38	330°: 11.06	335°: 10.77	340°: 11.65	345°: 12.52	350°: 13.4	355°: 17.36

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 055890xxx00518						Modelo: FM 25000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.						Potência de Operação: 13.600 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 30.38 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	104	Portaria	MC	09/03/1990	13/03/1990	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	266	Portaria	MC	28/10/1991		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	49	Decreto Legislativo	CN	08/03/1991	11/03/1991	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	21	Portaria	MC	19/01/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	7	Portaria	MC	24/01/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	1330	Portaria	MC	07/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	234	Portaria	MC	14/07/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	20	Portaria	MC	18/03/1999	29/03/1999	Transferência Indireta	Jurídico
9999	26	Portaria	MC	05/04/1999	08/04/1999	Multa	Jurídico
9999	276	Portaria	MC	08/06/2009	17/09/2010	Multa	Jurídico
9999	531	Portaria	MC	28/05/2013	31/05/2013	Multa	Jurídico
53504.015393/2012-93	2798	Portaria	MCTIC	16/08/2016	28/10/2016	Multa	Jurídico
535040026942012	2585	Portaria	MCTIC	22/08/2016	21/10/2016	Multa	Jurídico
53500.066747/201	10840	Ato	ORLE	02/08/2017	30/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

7-11 53504.002833/2013-23	4719	Portaria	MCTIC	25/08/2017	29/08/2017	Multa	Técnico
53504.021065/2014-98	4833	Portaria	MC	20/09/2018	27/09/2018	Multa	Jurídico
53500.048625/2021-11	5388	Ato	ORLE	16/07/2021	26/07/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.345591/2022-91	9635687	Ato	ORLE	30/12/2022	13/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115024939202091	10882	Portaria	MC	31/10/2023	23/11/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44362/2023/MCOM

Brasília, 23 de novembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 381 (11193889)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10882/2023/SEI-MCOM (1230757), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 381 (11193889), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 23/11/2023, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11232239** e o código CRC **A8B89632**.

Brasília, 27 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10882, de 31 de outubro de 2023, publicada em 23 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34843/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.024939/2020-91.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/11/2023, às 12:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11238595** e o código CRC **9A6EDAB5**.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	
CNPJ:	59.477.240/0001-24	CEP da sede:	01.310-300
Endereço da sede:		Av. Paulista, nº 2200, Ed. Central Park, 15º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP	
E-mail de contato:		gerencia@mundialcom.com.br	
Serviço a ser renovado:		<input checked="" type="checkbox"/> (x) Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> () em frequência modulada <input type="checkbox"/> () em ondas curtas <input type="checkbox"/> () em ondas médias <input type="checkbox"/> () em ondas tropicais <input type="checkbox"/> () Radiodifusão de sons e imagens	
Localidade da renovação:	Arujá	UF:	SP
Período de renovação:	11/03/2021 a 11/03/2031		
FISTEL Nº	02031635409	Frequência:	102,1 MHz

Eu, **TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA**, inscrito no CPF sob o nº **279.767.838-90**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

TRA

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

São Paulo, 16 de outubro de 2020.



TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

TRA

SE 53115.024939/2020-91 / pg. 4 (6247678) 102749

Por este instrumento particular de contrato social, os abaixo assinados: ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, brasileiro, casado, administrador de empresas, com residência e domicílio na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na Rua Pacheco Miranda, nº 38, portador da Carteira de Identidade, RG. nº 5.054.921-SSP/SP. e, com inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob código 039.095.698-89 e, MARIZIL DA ARCHANJO, brasileira, divorciada, radialista, com residência e domicílio na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Jaime da Fonsenca Rodrigues, nº 620, portadora da Carteira de Identidade, RG. nº 5.355.208-SSP/SP. e, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob código 071.041.188-02, resolvem entre si e, na melhor forma de direito, constituírem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que reger-se-á, pelas cláusulas a seguir elencadas:

Cláusula 1ª A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e, girará sob a denominação social de **RÁDIO KISS LIMITADA** e, terá sua sede na Rua Cardoso de Almeida nº 704, 6º andar, conjunto 162, na Comarca da Capital deste Estado, CEP. 05013, podendo abrir filiais, sucursais, ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional.

§ Primeiro A sociedade identificar-se-á, ainda, com denominação fantasia de **RÁDIO KISS**.

Cláusula 2ª A sociedade terá por objetivo as atividades, delineadas nos parágrafos abaixo:

§ Primeiro Serviços de radiodifusão, assim, como, a distribuição, produção, venda, licenciamento de programação nacional e estrangeira e, ainda a divulgação de pro

10

5. 16-02-91 / pg. 5
histórico, informativo, recreativo, divulgativo, noticiários, de lazer, de esportes, infantil, financeiro, entre outros, promovendo ao mesmo tempo, marketing, a publicidade comercial, para satisfazer os encargos da empresa e sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, nos limites fixados e formas estabelecidas em legislação específica.

§ Segundo Poderá, também, obter proventos, decorrentes do aluguel de receptores especificamente desenhados e projetados para recepção de sinais gerados

Cláusula 3ª A sociedade poderá participar de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

Cláusula 4ª A duração da sociedade será por tempo indeterminado e iniciará suas atividades de imediato.

Cláusula 5ª O capital social será de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados, dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um cruzado), cada uma, inteiramente subscrito pelos sócios da seguinte forma:

1- André Gilberto de Camargo Dreyfuss, subcreve 1.000.000 (um milhão) de quotas, no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados);

2- Marizilda Archanjo, subcreve 1.000.000 (um milhão) de quotas, no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados).

AD
Mao

corrente no País, a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito, na importância de G\$. 1.000.000,00 (um milhão de cruzados) e, obrigam-se a integralizar os restantes 50% (cinquenta por cento), também em dinheiro, no valor total de G\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Quotistas	Quotas	Valor
André Gilberto de Camargo Dreyfuss	1.000.000	G\$ 1.000.000,00
Marizilda Archanjo	1.000.000	G\$ 1.000.000,00
<hr/>		<hr/>
Total	2.000.000	G\$ 2.000.000,00

§ Primeiro A responsabilidade dos sócios quotistas na forma do artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919 fica expressamente limitada a importância do capital social.

Cláusula 6ª A gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios, assim como o uso da denominação social, da forma a seguir:

§ Primeiro Para firmar contratos em geral, inclusive de empréstimos, títulos de crédito, cheques e quaisquer outros documentos, sejam de que natureza forem que envolvam responsabilidade da sociedade, far-se-à necessária a assinatura de ambos os sócios. Todavia, na ausência destes, poderão outorgar mandato àquele que permanecer, não havendo necessidade de se-ja através de instrumento público, bastando, para tanto, o instrumento particular.

AD

na, no tocante a expedição de correspon-
dência, recibos e endossos de cheques
para depósito em contas bancárias da so-
ciedade, será necessária apenas a assi-
natura individual de qualquer dos só-
cios.

§ Terceiro Na constituição de procuradores em nome
da sociedade, deverão os respectivos ins-
trumentos especificar os atos que pode-
rão ser praticados, além de terem prazo
de validade determinados.

§ Quarto É expressamente vedado o emprego da de-
nominação social em fianças, avais, acei-
tes, endossos ou outros documentos, que
não constituam atos de interesse para
a sociedade ou que importem em mera li-
beralidade.

Cláusula 7ª Os sócios ficam dispensados de caução e
a título de "pro labore", terão direito
a uma retirada mensal, fixada de comum
acordo, a qual será levada a conta de
despesas gerais.

Cláusula 8ª Em caso de morte, incapacidade, exclu-
são ou retirada de um dos sócios, a so-
ciedade não se dissolverá. Ocorrendo um
desses eventos, os haveres do sócio mor-
to, incapacitado, excluído ou retirante
serão calculados com base no último ba-
lance levantado pela sociedade e serão
pagos em 36 (trinta e seis) parcelas,
iguais, mensais e sucessivas, acresci-
das de correção monetária, de acordo
com a variação nominal das Obrigações
do Tesouro Nacional (OTN's), além dos
juros legais.

AD

Cláusula 9ª A sociedade se compromete a observar com rigor, as leis, decretos, regulamentos e quaisquer decisões do Ministério das Comunicações, referentes a legislação de radiodifusão sonora e de serviços especiais em geral, incluindo de sons.

Cláusula 10ª A sociedade não poderá executar, serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora e de serviços especiais de sons no País, além dos limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula 11ª Em 31 de dezembro de cada ano, será levantado um balanço geral do ativo e passivo, sendo apurados os lucros ou prejuízos, os quais, serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas partes do capital social. Assim como, poderá, a sociedade levantar balanços intermediários, trimestrais ou semestrais para a distribuição dos lucros apurados.

Cláusula 12ª Os casos não previstos no contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 3708 de 10 de janeiro de 1919 e a Lei nº 4726 de 13 de julho de 1965.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, para os efeitos legais e de direito.

Os sócios declaram por fim, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de deder atividades mercantis.

AD
AP

André

André Dreyfuss
Gilberto de Camargo Dreyfuss

Marizilda Archanjo

Marizilda Archanjo

Testemunhas:

1) Isabel Correa Dantes

2) *[Signature]*

1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS e, MARIZILDA ARCHANJO, únicos sócios da Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, RÁDIO KISS LIMITADA., conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 35.208.282.369 em 07.10.1988, resolvem de pleno e comum acordo o que se segue:

- I. Alterar a denominação social de RÁDIO KISS LIMITADA. para KISS TELECOMUNICAÇÕES LIMITADA., e a denominação fantasia de "RADIO KISS", para "KISS";
- II. Retificar o endereço da sede social, que no contrato constou como: Rua Cardoso de Almeida, nº 704, 6º andar, conjunto 162, para: Rua Cardoso de Almeida, nº 704, 16º andar, aptº 162, nesta Capital;
- III. Incluir, no contrato social, as cláusulas 13ª, 14ª e 15ª, adiante reproduzidas na consolidação aqui aprovada;
- IV. Em decorrência dessas deliberações, resolvem os quotistas consolidar o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Contrato Social da KISS TELECOMUNICAÇÕES LIMITADA.,

CLÁUSULA 1ª

A Sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e, girará sob

AD

O capital social será de CZ\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de CZ\$1,00 (um cruzado), cada uma, inteiramente subscrito pelos sócios da seguinte forma:

1-André Gilberto de Camargo Dreyfuss, subscrive 1.000.000(um milhão) de quotas, no valor total de CZ\$1.000.000,00(um milhão de cruzados);

2-Marizilda Archanjo, subscrive 1.000.000 (um milhão) de quotas, no valor total de CZ\$1.000.000,00 (um milhão de cruzados).

Os sócios realizam neste ato, em moeda corrente no País, a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito, na importância de CZ\$1.000.000,00 (um milhão de cruzados) e, obrigam-se a integralizar os restantes 50% (cinquenta por cento), também em dinheiro, no valor total de CZ\$1.000.000,00(um milhão de cruzados), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Quotistas	Quotas	Valor
André Gilberto de		
Camargo Dreyfuss	1.000.000	CZ\$1.000.000,00
Marizilda Archanjo	1.000.000	CZ\$1.000.000,00
	<hr/>	<hr/>
	Total 2.000.000	CZ\$2.000.000,00

§ Primeiro - A responsabilidade dos sócios quotistas na forma do artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919, fica expressamente limitada à importância do capital social.

CLÁUSULA 6ª

A gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios, assim como o uso da denominação social, da forma a seguir:

Mao

AA

mos, títulos de crédito, cheques e quaisquer outros documentos, sejam de que natureza forem, que envolvam responsabilidade da sociedade, far-se-á necessária a assinatura de ambos os sócios. Todavia, na ausência destes, poderão outorgar mandato àquele que permanecer, não havendo necessidade de que seja através de instrumento público, bastando, para tanto, o instrumento particular.

§ Segundo - Para a prática de atos de simples rotina, no tocante a expedição de correspondência, recibos e endossos de cheques para depósito em contas bancárias da sociedade será necessária apenas a assinatura individual de qualquer dos sócios.

§ Terceiro - Na constituição de procuradores em nome da sociedade, deverão os respectivos instrumentos especificar os atos que poderão ser praticados, além de terem prazo de validade determinados.

§ Quarto - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, avais, aceites, endossos ou outros documentos, que não constituam atos de interesse para a sociedade ou que importem em mera liberalidade.

CLÁUSULA 7ª

Os sócios ficam dispensados de caução e, a título de "pro labore", terão direito a uma retirada mensal, fixada de comum acordo, a qual será levada a conta de despesas gerais.

CLÁUSULA 8ª

Em caso de morte, incapacidade, exclusão ou retirada de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá. Ocorrendo um desses eventos ,

ms
AD

calculados com base no último balanço levantado pela sociedade e serão pagos em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas acrescidas de correção monetária, de acordo com a variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN's), além dos juros legais.

CLÁUSULA 9ª

A Sociedade se compromete a observar com rigor, as leis, decretos, regulamentos e quaisquer decisões do Ministério das Comunicações, referentes a legislação de radiodifusão sonora e de serviços especiais em geral, incluindo de sons.

CLÁUSULA 10ª

A Sociedade não poderá executar, serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora e de serviços especiais de sons no País, além dos limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA 11ª

Em 31 de dezembro de cada ano, será levantado um balanço geral do ativo e passivo, sendo apurados os lucros ou prejuízos, os quais, serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas partes do capital social. Assim como, poderá, a sociedade levantar balanços intermediários, trimestrais ou semestrais, para distribuição dos lucros apurados.

CLÁUSULA 12ª

Os casos não previstos no contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e a Lei nº 4.726 de 13 de julho de 1.965.

[assinatura]

[assinatura]

SEI 59115.024939/2020-91 / pg. 14
Petição (6247678)
As quotas ou ações representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

CLÁUSULA 14ª

Nenhuma alteração contratual ou estatutária poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 15ª

Os Administradores deverão ser brasileiros natos e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações."

Elege-se o foro desta Comarca, para dirimir quaisquer controvérsias que possam surgir deste instrumento.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, para os efeitos de direito.

São Paulo, 16 de novembro de 1988

André Gilberto de Camargo Dreyfuss
ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS

Marizilda Archanjo
MARIZILDA ARCHANJO

Testemunhas:

Diogo Fernando de Souza
DIOGO FERNANDO DE SOUZA

Laura Cavalcante de Luna
LAURA CAVALCANTE DE LUNA





C.G.C. 59.477.240/0001-24

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO
DE CONTRATO SOCIAL

184938

Pelo presente instrumento de alteração e re-ratificação de Contrato Social, os abaixo assinados, ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS e MARIZILDA ARCHANJO, únicos sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, Kiss Telecomunicações Limitada, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 35.208.282.369 em 07/10/1988, e 1ª Alteração de Contrato Social arquivada na JUCESP sob nº 662.519 de 24/11/1988, resolvem de pleno e comum acordo o que se segue:

I - Re-Ratificar a 1ª alteração do Contrato Social de 24/11/1988 para incluir na cláusula 2ª, item a: "Serviços de Radiodifusão".

II - Introduzir um novo item na cláusula 2ª, que será o item C, com a seguinte redação:

"Produção, copiagem, gravação e distribuição de filmes e vídeo-tapes".

III- Em vista da re-ratificação e da alteração acima citadas no item I e II, a cláusula 2ª passa a ter a seguinte redação: "A sociedade terá por objetivo as atividades abaixo delimitadas:

a) Serviços de Radiodifusão, assim como, a distribuição, produção, venda, licenciamento de programação nacional e estrangeira e, ainda a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, informativo, recreativo, divulgati-

[Handwritten signature]

AD

entre outros, promovendo ao mesmo tempo, marketing, a publicidade comercial, para satisfazer os encargos da empresa e sua necessária expansão de acordo com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, nos limites fixados e formas estabelecidas em legislação específica.

b) Aluguel de receptores especificamente desenhados e projetados para a recepção de sinais gerados.

c) Produção, cópiagem, gravação e distribuição de filmes e vídeo-tapes".


IV - Alterar a cláusula 15ª, que passa a ter a seguinte redação:


"Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações".

V - Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato Social, não modificadas por este instrumento.

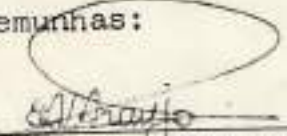
E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, para os efeitos de direito.

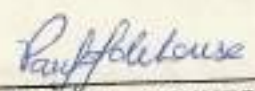
São Paulo, 06 de dezembro de 1988.


ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS


MARIZILDA ARCHANJO

Testemunhas:


ESTELA ALVES DE LIMA ARAUJO


PAULA TERESA GOUVEIA DE SOUZA



SEI 53115.024939/2020-91 / pg. 17 (6247678) Petição (6247678)

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

3. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Os signatários deste instrumento:

1 - ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Barão de Capanema, n. 235 - 6. andar, portador da RG. n. 5.054.921 e do CPF. n. 039.095.698-78, e

2 - MARIZILDA ARCHANJO, brasileira, divorciada, dirigente de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, n. 116 - apto. 51, portadora da cédula de identidade. n. 5.355.208 e CPF. n. 071.041.188-02,

únicos sócios componente da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, constituída conforme Contrato Social registrado na Jucesp. sob n. 35.208.282.369 em sessão de 07-10-88; primeira alteração sob n. 662.519 de 24-11-88 e segunda re-ratificação e alteração sob n. 669.985 de 06-12-88, resolvem pelo presente instrumento altera-lo parcialmente como segue:

1a. Mudança de endereço da sede da sociedade para a Rua Antonio Alves de Lima, n. 186 - sala 8 - Centro - Arujá - S.P.;

2a. Retira-se da sociedade o sócio ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, cedendo e transferindo sua quotas de capital da seguinte forma:

99% de suas quotas sociais ou seja: 990.000 quotas para a sócia MARIZILDA ARCHANJO, acima qualificada;

1% de suas quotas sociais ou seja: 10.000 quotas para o sócio admitido nesta data à sociedade LUIZ CARLOS SALVIA, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Dr. Jose Manuel, n. 116 - apto 51, portador do RG. n. 3.244.180 e do CPF. n. 273.149.608-87.

3a. Os sócios deliberam atualizar o capital social da empresa que é de CZ\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), convertendo-o ao padrão monetário nacional, o "real" e aumenta-lo para R\$10.000,00 (dez mil reais), importância esta subscrita e integralizada pelos sócios em moeda corrente do país, observando a proporção das quotas de capital que cada um possui na sociedade.

4a. Em virtude das alterações havidas, a cláusula Do Capital Social da sociedade, passa a reger-se sob a seguinte redação:

Do Capital Social

O Capital Social é de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 10.000 (dez mil) quotas do valor nominal de R\$1,00 (hum real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

MA
Luis gpm
AB

MARIZILDA ARCHANJO 9.900 quotas - R\$ 9.900,00
 LUIZ CARLOS SALVIA 100 quotas - R\$ 100,00
 TOTAIS 10.000 quotas - R\$10.000,00


Parágrafo único: A responsabilidade dos sócios fica limitada a importância total do capital social.

5a. A Administração da sociedade e o uso da firma passa a ser feita somente pela sócia MARIZILDA ARCHANJO.

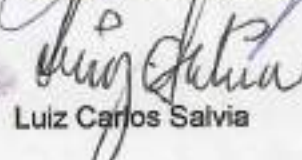
6a. Continuam em pleno vigor e forma as demais cláusulas do mencionado Contrato Social e Alterações posteriores, que não foram atingidas pela presente Alteração.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que se produzam os efeitos legais.

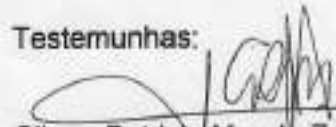
São Paulo, 13 de junho de 1.995.


 André Gilberto de Camargo Dreyfuss


 Marizilda Archanjo


 Luiz Carlos Salvia

Testemunhas:

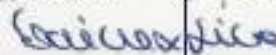

 Cilene Patricia Mende Zambelli


 Waldir da Silva

Visto:


 Levy Pacheco

129 CARTÓRIO DE NOTAS - HONORÉ SANTI - TABELADO
 Al. Santos, 1470 - Fone: 288-6277 Nº 950620171909
 Reconheço por semelhança a firma: ANDRÉ GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS,
 a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
 São Paulo, 20 de junho de 1995
 Eu testemunho _____ da verdade.
 MANOEL CELESTINO DOS S. NICOLAU - ESC. AUTORIZ.
 Valores: Firmas: R\$ 0,47 | Proc. dados: R\$ 0,47 | Total: R\$ 0,94





NOTAS
 1470
 Fialho
 arizada

Cartório de Notas - Paulo Augusto Rodrigues Cruz
 Avingos de Morais, 1788 - Fone: 574-8944 Nº 238695170357
 Reconheço por semelhança as firmas de: LUIZ CARLOS SALVIA, MARIZILDA A
 ARCHANJO, as quais conferem com os padrões arquivados em Cartório.
 Valores Firmas R\$...: 0,46
 P. Dados R\$...: 0,46
 Total R\$...: 1,84
 São Paulo, 23 de Junho de 1995
 Eu testemunho _____ da verdade.
 Marcos Juliano Foster Esc. Autorizado



**C. G. C.
SINGULAR**



JUCESP PROTOCOLO
497059/96-4



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

**CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS
MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE
MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **MARIZILDA ARCHANJO**, brasileira, divorciada, dirigente de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, nº 116 - apto. 51, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.355.208 e do CPF/MF nº 071.041.188-02 e **LUIZ CARLOS SÁLVIA**, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, nº 116 - apto. 51, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.244.180 e do CPF/MF nº 273.149.608-87, únicos sócios componentes da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede e fóro na cidade de Arujá, Estado de São Paulo, a Rua Antonio Alves de Lima, 186 - sala 8 - Centro, inscrita no CGC/MF sob nº 59.477.240/0001-24, com Instrumento de Contrato Social arquivado na JUCESP sob nº 35.208.282.369, em sessão de 07/10/88 e última alteração contratual registrada sob nº 124.496/95-7, e ainda na qualidade de novo sócio **PAULO MASCI DE ABREU**, brasileiro, advogado, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.975.379 e do CPF/MF nº 339.119.598-34, residente e domiciliado no Estado de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360, apto. 21, Bairro do Morumbi, resolvem de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

II.1.1 - A cotista **MARIZILDA ARCHANJO**, possuidora de 9.900 (nove mil e novecentas) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) cede e transfere a **PAULO MASCI DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, 4.900 (quatro mil e novecentas) cotas, totalizando a importância de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), dando a cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.1.2 - O cotista **LUIZ CARLOS SÁLVIA**, possuidor de 100 (cem) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 100,00 (cem reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas a **PAULO MASCI DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, dando o cotista cedente, plena, raza e total quitação;

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

11.1.3 - Em consequência de cessão e transferência de cotas, fica modificada a Cláusula 5ª do Contrato Social, que passa a obedecer à seguinte redação:

"CLÁUSULA 5ª

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
MARIZILDA ARCHANJO	5.000	R\$ 5.000,00
PAULO MASCI DE ABREU	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAIS	10.000	R\$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social".

II.2 - MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE

II.2.1 - A sociedade que mantinha sua sede à Rua Antonio Alves de Lima, 186 - sala 8 - Centro - Arujá - SP, passa a mantê-la à Avenida Paulista, 2.198 - loja 2 - Edifício Central Park - São Paulo - Capital, ficando, de conseguinte, alterada a Cláusula 1ª do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 1ª

A sociedade tem sua sede na cidade de São Paulo - Capital, à Avenida Paulista, 2.198 - loja 2 - Edifício Central Park - CEP 01244-010, e poderá abrir filiais, sucursais ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional".

II.3 - MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

II.3.1- Tendo em vista as modificações ocorridas na sociedade, esta passa a ser administrada, unicamente, pelo cotista **PAULO MASCI DE ABREU**, ficando, de conseguinte, alterada a Cláusula 6º do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 6ª

A sociedade será administrada unicamente pelo sócio **PAULO MASI DE ABREU**, nas funções de **GERENTE**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e sua investidura nos cargos, somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente."

II.4 - Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato de constituição e suas alterações, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas ora modificadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

São Paulo, 12 de Dezembro de 1996

Marizilda Archanjo
MARIZILDA ARCHANJO

Luiz Carlos Sálvia
LUIZ CARLOS SÁLVIA

Paulo Masci de Abreu
PAULO MASI DE ABREU



Testemunhas:

1- *Euclides Zimbbasti* Euclides Zimbbasti
CPF 844.390.768-15

2- *Roberto Teodoro de Camargo* Roberto Teodoro de Camargo
RG. 13348562 SSP-SP

03 *Wilma Correa* Wilma Correa
13.162.356-4 SSP-SP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA KISS
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **MARIZILDA ARCHANJO**, brasileira, divorciada, dirigente de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Dr. José Manuel, nº 116 - apto. 51, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.355.208-SSP/SP e do CPF/MF nº 071.041.188-02 e **PAULO MASI DE ABREU**, brasileiro, advogado, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.975.379-SSP/SP e do CPF/MF nº 339.119.598-34, residente e domiciliado no Estado de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360, apto. 21, Bairro do Morumbi únicos sócios componentes da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede e fôro na cidade de São Paulo, Capital, à Avenida Paulista, 2.198 - loja 2 - Edifício Central Park, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na JUCESP sob nº 35.208.282.369, em sessão de 07/10/88 e ainda na qualidade de novos sócios **LUCI ROTHSCILD DE ABREU**, brasileira, orientadora pedagógica, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.607.662-SSP/SP e do CPF/MF nº 875.100.068-72, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360 - apto. 21 e **RAUL ROTHSCILD DE ABREU**, brasileiro, solteiro, emancipado, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Professor Alexandre Correia, 360 - apto 21, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.146.886-0-SSP/SP e CPF/MF nº 267.325.088-30, resolvem, de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

II.1.1 - A cotista **MARIZILDA ARCHANJO**, possuidora de 5.000 (cinco mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo: a **LUCI ROTHSCILD DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas, totalizando a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), e a **RAUL ROTHSCILD DE ABREU**, que ora ingressa na sociedade, 500 (quinhentas) cotas, totalizando a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dando a cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.1.2 - Em consequência da presente cessão de cotas, fica modificada a Cláusula 5ª do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

X R R A



CLÁUSULA 5ª

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
PAULO MASI DE ABREU	5.000	R\$ 5.000,00
LUCI ROTHSCHILD DE ABREU	4.500	R\$ 4.500,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	500	R\$ 500,00
TOTAIS	10.000	R\$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto 3708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

II.2 - Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato de constituição e suas alterações, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo com a cláusula ora alterada, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

22 MAR 1999

São Paulo,

Marizilda Archanjo
MARIZILDA ARCHANJO

Paulo Masci de Abreu
PAULO MASI DE ABREU

Luci Rothschild de Abreu
LUCI ROTHSCHILD DE ABREU

Raul R. de Abreu
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU



Testemunhas:

1- JOSE ROBERTO DA SILVA
RG 17.145.270-7-SSP-SP

2- ANORCIA CORREIA DA SILVA
RG 24.977.102-0-SSP-SP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE A
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
143055/01-0

KISS

CESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COTAS



I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular,

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 – apto.21 – Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4.975.379 – SSP – SP e do CPF nº 339.119.598-34;

Luci Rothschild de Abreu, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 – apto.21 – Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 6.607.662 – SSP – SP e do CPF. Nº 875.100.068-72;

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 – apto.21 – Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 25.146.886-0 – SSP – SP e do CPF. Nº 267.325.088-30;

Únicos sócios integrantes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sediada no Município de São Paulo - Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.200 – loja.2 Edifício Central Park – Cerqueira César, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas C.N.P.J. sob o nº 59.477.240/0001-24, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na JUCESP sob o nº 35.208.282.369 e última alteração contratual registrada sob o nº 52.022/99-7.

Tem entre si justa e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes;

II - DELIBERAÇÕES

Retira-se da sociedade a sócia **LUCI ROTHSCILD DE ABREU**, que neste ato e na melhor forma de direito dá plena geral e rasa quitação de todos os seus haveres.

RRQ.

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Entra na sociedade CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, brasileira, solteira, menor residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa, 360 - apto.21 - Morumbi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº32.643.270-2 - SSP - SP e do CPF. Nº 339.119.598-34, neste ato assistida por seu pai PAULO MASCI DE ABREU, já qualificado.

III - CESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COTAS

A cotista LUCI ROTHSCHILD DE ABREU, possuidora de 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas a PAULO MASCI DE ABREU, já cotista, dando a cedente, plena, rasa e total quitação.

O cotista PAULO MASCI DE ABREU, possuidor de 5.000 (cinco mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passa a ter 9.500 (nove mil e quinhentas) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando a importância de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais); cede e transfere a quantia de 500 (quinhentas) cotas, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) à sócia CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, nova cotista, dando o cedente, plena, rasa e total quitação.

Em consequência à cessão de cotas fica modificada a Cláusula Quinta do Contrato Social, que passa a vigorar com a redação seguinte:

O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representados por 10.000 (dez mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, em moeda corrente nacional da seguinte forma:

SÓCIO	COTAS	VALOR
PAULO MASCI DE ABREU	9.000	R\$ 9.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	500	R\$ 500,00
CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU	500	R\$ 500,00
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00

Parágrafo único - De acordo com o artigo 2º "in-fine" do Decreto nº3.078, de 10 de janeiro de 1.919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

IV - DA GERÊNCIA

A sociedade será administrada pelo sócio PAULO MASCI DE ABREU, nas funções de GERENTE, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda assinatura de todos os papéis, títulos, documentos relativos a gestão social e comercial da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

Paulo Masci de Abreu

Raul Rothschild de Abreu

Cintia Rothschild de Abreu

[Assinatura] 2

V - DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

Permanecem em vigor as demais cláusulas de contrato de constituição e suas alterações subsequentes, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E por estarem de pleno acordo com a cláusula ora alterada, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

São Paulo, 29 de janeiro de 2001.


PAULO MASCI DE ABREU

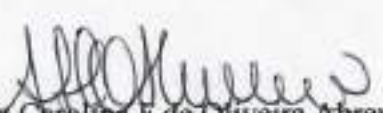

LUCI ROTHSCCHILD DE ABREU

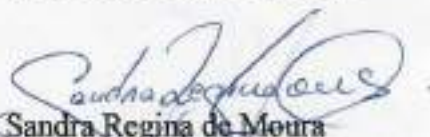

RAUL ROTHSCCHILD DE ABREU


CINTIA ROTHSCCHILD DE ABREU

Assistida por seu pai Paulo Masci de Abreu

TESTEMUNHAS:


1) **Ana Carolina F. de Oliveira Abreu**
RG nº 21.321.940-2 SSP/SP


2) **Sandra Regina de Moura**
RG nº 14.252.837-SSP/SP



SEI 53115.024939/2020-91 / pg. 27
Petição (6247678)

Kiss Telecomunicações Ltda.

CNPJ: 39.477.240/0001-24

NIRE : 35.208.282.369

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Os abaixo assinados:

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital à rua Prof. Alexandre Correa n° 360 - apto 21 – Morumbi, Portador da Cédula de Identidade R.G n° 4.975.379 – SSP / SP e do CPF n° 339.119.598-34;

Cintia Rothschild de Abreu, brasileira, solteira, menor, estudante, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 – Morumbi, portadora da cédula de identidade R.G n° 32.643.270-2-SSP/ SP e do CPF n° 220.793.778-09, assistida neste ato por seu pai PAULO MASCI DE ABREU, já qualificado;

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador da cédula de identidade R.G n° 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF n° 267.325.088-30 residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 - Morumbi; e

Únicos sócios integrantes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista n° 2198 – Loja 2 – Ed. Central Park, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob n° 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n° 35.208.282.369 e ultima alteração contratual também registrada na Jucesp sob n° 60.978/01-6 em 05/04/2001.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme clausulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – Re - Ratificação.

Pelo motivo do CPF da sócia – recém admitida - Cintia Rothschild de Abreu, haver sido digitado com erro, por engano, deliberam os sócios promover a necessária Re - Ratificação neste número refletindo efeitos na alteração de Contrato Social registrado e arquivado na JUCESP em 05 de abril de 2001 sob número 60.978/01-6, constou o número 339.119.598-34, quando o correto é 220.793.778-09.



Segunda - Consolidar as Cláusulas do Contrato Social.

Preâmbulo :

PAULO MASCI DE ABREU, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital à rua Prof. Alexandre Correa n° 360 - apto 21 - Morumbi, Portador da Cédula de Identidade R.G n° 4.975.379 - SSP / SP e do CPF n° 339.119.598-34;

CINTIA ROTHSCILD DE ABREU, brasileira, solteira, menor, estudante, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 - Morumbi, portadora da cédula de identidade R.G n° 32.643.270-2-SSP/ SP e do CPF n° 220.793.778-09, assistida neste ato por seu pai **PAULO MASCI DE ABREU**, já qualificado;

RAUL ROTHSCILD DE ABREU, brasileiro, solteiro, maior, do comércio, portador da cédula de identidade R.G n° 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF n° 267.325.088-30, residente e domiciliado nesta capital à Rua Prof. Alexandre Correa n° 360-apto 21 - Morumbi; e

Únicos sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, resolvem consolidar e unificar num só instrumento as cláusulas do contrato social da mesma, conforme segue:

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "**Kiss Telecomunicações Ltda**".

Parágrafo Único : A sociedade adota a Denominação Social de Fantasia - **Radio Kiss**.

Segunda- Objetivo Social

O objetivo social da empresa, de acordo com o artigo 3° do Decreto n° 52.795, de 31/10/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será : a divulgação de programas de caráter educativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.



Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

A empresa tem sede e domicílio legal nesta capital do Estado de São Paulo à Avenida Paulista, 2198 - Loja 02 - Edifício Central Park - Cerqueira César.

Parágrafo Único: A Empresa poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta - Prazo.

O prazo de duração da sociedade é Indeterminado.

Nos termos da Legislação vigente as atividades da empresa se iniciam a partir da data em que o Poder Concedente defere o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome.

Se necessária for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta - Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

Sétima - Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representantes do capital social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e inalienáveis a estrangeiros.


Oitava - Quadro Societário.

Poderão fazer parte da Sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do Capital Social, sem direito a voto, e pertencente exclusivamente e nominalmente à brasileiros.

Nona - Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe: as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emana-

RRA



dos do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a viger, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões, de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei n° 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00(um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$
PAULO MASCI DE ABREU	9.000	9.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	500	500,00
CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU	500	500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único :Nos termos do parágrafo segundo, "in fine", do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919,a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor total do Capital Social.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Décima Terceira - Deliberações Sociais.

As cotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade e a cada uma delas corresponderá o direito a um voto nas deliberações dos quotistas, que serão tomadas pela maioria simples de votos.

Décima Quarta - Gerência da Sociedade.

A sociedade será gerida e administrada, isoladamente, pelo sócio gerente: PAULO MASCI DE ABREU, que recebe, por este instrumento, os mais amplos poderes para representá-la isoladamente frente a estabelecimentos bancários, de crédito, repartições fiscais e entidades afins, ativa e passivamente, em Juízo e fora dele.

O sócio - gerente poderá constituir procuradores para representá-los perante a sociedade e terceiros, ativa, passivamente e em juízo.

Não é permitida a utilização da denominação social em obrigações de mero favor, notadamente :fianças, avais e correlatos.

O sócio gerente esta dispensado de presta caução.

PARÁGRAFO ÚNICO : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mis de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radio-difusão, sómente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.


Décima Quinta - Exercício Social e Pró Labore.

O exercício social é coincidente com o ano civil, iniciando-se ,portanto, em 01 de Janeiro e terminando em 31 de Dezembro de cada ano civil , data em que será levantado um balanço geral complementado por um demonstrativo de Lucros e Perdas.

Ocorrendo prejuízo o mesmo será suportado pelos sócios em partes proporcionais ao número de quotas de cada um.

Os sócios gerentes terão direito a retiradas mensais a título de pró - labore, em valores estabelecidos de comum e livre acordo, respeitando-se a legislação vigente e aplicável ao tipo societário da empresa.

Poderá haver a distribuição de resultados nos encerramentos dos exercícios sociais , bem com antecipações dos mesmos , desde que satisfeitas às exi-



SEI 53115.024939/2020-91 / pg. 32 Petição (6247678)

gências legal tributárias em valores e percentuais que poderão ser livremente acordados entre as partes.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima - Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n° 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava - FORO.



Será o FORO central da cidade e comarca de São Paulo, com renúncia desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

Décima Nona – Regência.

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelo Disposto no Decreto n° 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919, e subsidiariamente pela Lei n° 6.404 / 76 a cuja fiel observância se obrigam diretores e sócios.

Vigésima – Desimpedimento para o Exercício do Comércio.

Os sócios declaram expressamente, por este instrumento, que não estão incurso em nenhum dos crimes, previstos em Lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis, submetendo-se às penas da Lei por falso testemunho.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e as demais para as partes contratantes.

São Paulo, 16 de Novembro de 2.001.

PAULO MASCI DE ABREU

CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU

RAUL ROTHSCHILD DE ABREU

Testemunhas:

Euclides Bimbatti Filho
RG 6.558.922 SSP/SP

José Roberto da Silva
RG. 17.145.270-7-SSP-SP

1ª Tabelião de Notas - Dr. Paulo Tupinambá Vampiro
Rua Antonio de Aguiar, 94 - Pinheiros - São Paulo - SP
CEP: 05418-010 - Fone: (11) 3061-0200 - Fax: (11) 3066-0200

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, PAULO MASCI DE ABREU, PAULO MASCI DE ABREU

São Paulo, 23 de Novembro de 2001 Cod. 599.2073/20321. 11:20:21

Lado reconhecimento de firma: 1910AA076523

1ª Tabelião de Notas - Dr. Paulo Tupinambá Vampiro
Rua Antonio de Aguiar, 94 - Pinheiros - São Paulo - SP
CEP: 05418-010 - Fone: (11) 3061-0200 - Fax: (11) 3066-0200

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, PAULO MASCI DE ABREU, PAULO MASCI DE ABREU

São Paulo, 23 de Novembro de 2001 Cod. 599.2073/20321. 11:20:21

Lado reconhecimento de firma: 1910AA076523

SECRETARIA DE JUSTIÇA E FISCOS
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
JES 00078048 TRIGO
SECRETARIO GERAL

92.351/02-5

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
928496/03-0



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE AL
DE SOCIEDADE LIMITADA,
TELECOMUNICAÇÕES LTDA**

NIRE Nº 35.208.282.369

- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS
- AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL
- ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – PARTE ESPECIAL – LIVRO II – DO DIREITO DE EMPRESA – TÍTULO II – DA SOCIEDADE – CAPÍTULO IV – DA SOCIEDADE LIMITADA, BEM COMO À LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, SEÇÃO 1, COM CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **PAULO MASCI DE ABREU**, brasileiro, casado, advogado, domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista nº 2.200 – 7º andar – conjunto 71 – Cerqueira César e residente na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Professor Alexandre Correia, nº 360 - apto. 21 - Bairro do Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.975.379-SSP/SP e CPF/MF nº 339.119.598-34, **CINTIA ROTHSCILD DE ABREU**, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 32.543.270-2-SSP/SP e CPF/MF nº 220.793.778-09, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Itapaiuna, nº 1.800 -apto 42 – Edifício Portis Thamyris – Villaggio Panamby – Morumbi e **RAUL ROTHSCILD DE ABREU**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.146.886-0-SSP/SP e CPF/MF nº 267.325.088-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Itapaiuna, nº 1.800 -apto 62 – Edifício Portis Thamyris – Villaggio Panamby – Morumbi, sócios componentes da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2200 – Térreo – Loja 2 – Edifício Central Park – CEP 01310-300, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.477.240/0001-

RPA

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

SEI 53115.0242939/2020-91 / pg. 35
Petição (6247678)

24, com Instrumento de Contrato Social arquivado na JUCESP sob nº 35.208.282.369, em sessão de 07 de outubro de 1988 e alterações contratuais subsequentes devidamente registradas na JUCESP, resolvem, de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

II.1.1 – A cotista, **CINTIA ROTHSCILD DE ABREU**, possuidora de 500 (quinhentas) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade das suas cotas a **PAULO MASCI DE ABREU**, já remanescente da sociedade, dando a cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.2 – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

II.2.1 – Por consenso dos sócios remanescentes, o capital social da empresa, que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fica, nesta oportunidade, elevado para R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo o valor a ser aumentado, vale dizer, R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às cotas que cada um possui na sociedade.

II.2.2 – Em decorrência da presente cessão e transferência de cotas e do aumento de capital social, fica modificada a Cláusula Décima Segunda do Contrato Social, que passa a redigir-se da forma seguinte:

“CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), representado por 80.000 (oitenta mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelas sócias da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
PAULO MASCI DE ABREU	76.000	R\$ 76.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	4.000	R\$ 4.000,00
TOTALS	80.000	R\$ 80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."

II.3 - ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – PARTE ESPECIAL – LIVRO II – DO DIREITO DE EMPRESA – TÍTULO II – DA SOCIEDADE – CAPÍTULO IV – DA SOCIEDADE LIMITADA, BEM COMO À LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, SEÇÃO 1, COM CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL

II.3.1 – Face aos novos comandos dimanantes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito de Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV – Da Sociedade Limitada, e tendo em vista a promulgação da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, edição de 23 de dezembro de 2002 – Seção 1 – página 2, cujo teor dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 222 da Constituição Federal, bem como altera os artigos 38 e 64 da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, o parágrafo 3º do artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e dá outras providências, resolvem os atuais sócios da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, consolidar e unificar, num só instrumento, as cláusulas de seu contrato social, ficando o compromisso assim redigido:

CONTRATO SOCIAL

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

PAULO MASCI DE ABREU

Brasileiro, casado, advogado, domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista n° 2.200 - 7° andar - conjunto 71 - Cerqueira César e residente na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Professor Alexandre Correia, n° 360 - apto. 21 - Bairro do Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG n° 4.975.379-SSP/SP e CPF/MF n° 339.119.598-34 e

RAUL ROTHSCILD DE ABREU

Brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 25.146.886-0-SSP/SP e CPF/MF n° 267.325.088-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Itapaiuna, n° 1.800 -apto 62 - Edifício Portis Thamyris - Villaggio Panamby - Morumbi.

CONSOLIDAM, entre si, e na melhor forma de direito, sociedade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, e terá como finalidade a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de radiocomunicação de interesses público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigentes e serviços de produção em estúdio para rádio e televisão.

RDA.

A

[Signature]

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o regulamento dos serviços de radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportação dos encargos da empresa e sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e fôro da sociedade têm como endereço a cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2200 – Térreo – Loja 1 – Edifício Central Park – CEP 01310-300.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e se necessário for a sua dissolução, tal deliberação deverá ser tomada pela maioria absoluta dos sócios, conforme determina o artigo 1033, inciso III da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUINTA

Toda e qualquer modificação do contrato social, depende, para sua validade, de votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social, nos termos do artigo 1.076, inciso I, combinado com o artigo 1.071, inciso V da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEXTA

A Sociedade se compromete por seus Diretores e Sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia autorização do Poder Concedente, desde que tais alterações impliquem na modificação dos objetivos sociais, mudança do quadro diretivo, cessão de cotas ou aumento de capital social que resultem em alteração do controle societário, bem como transferência da concessão, permissão e ou autorização.



CLÁUSULA SÉTIMA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

CLÁUSULA OITAVA

Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital votante, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes a legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA

A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

RDA

IA X

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade não poderá executar serviços, nem de concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), representado por 80.000 (oitenta mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelas sócias da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
PAULO MASCI DE ABREU	76.000	R\$ 76.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	4.000	R\$ 4.000,00
TOTALS	80.000	R\$ 80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O Capital Social da empresa encontra-se totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

As cotas são indivisíveis em relação à Sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A sociedade será administrada, unicamente, pelo sócio **PAULO MASCI DE ABREU**, na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe, ainda, a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os diretores terão como remuneração mensal, a quantia fixada em comum até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima Quinta deste Instrumento, é vedado em finanças, avais e outros atos de favor, estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e desde que resultem na alteração do controle societário da empresa, de autorização prévia do Poder Concedente, nos termos do estipulado na Cláusula Sexta deste Contrato Social e para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

PARÁGRAFO ÚNICO

O sócio cedente, responde solidariamente com o adquirente, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelas obrigações por ele assumidas perante a sociedade e terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, desde que esteja totalmente integralizado. O Capital Social poderá ser reduzido depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis ou se for excessivo em relação ao objeto da sociedade. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, deverão designar quem os representará na Sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Poder Concedente e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente contrato social e o seu registro na MM. Junta Comercial em São Paulo.



CLAÚSULA VIGÉSIMA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reserva, até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

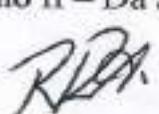
A 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme determinação do artigo 1065 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

CLAÚSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito De Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV - Da Sociedade Limitada.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social Consolidado, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

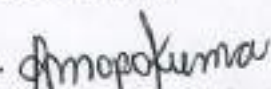
São Paulo, 23 de Setembro de 2003.



PAULO MASCI DE ABREU


RAUL ROTHSCHILD DE ABREU


CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU

Testemunhas:

1-  - Adriana Morakuma
RG. 20.606.332-3

2-  - Fernando Antonio Penazzo
RG 7.190.597-SS0/SP



JUCESP

21.00.00

Kiss Telecomunicações Ltda.

CNPJ: 59.477.240/0001-24

NIRE: 35.208.282.369

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Sociedade Empresária.

8ª Alteração Contratual.

Os abaixo assinados:

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, advogado, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Paulista nº 2.200, 7º andar, conjunto 71, Cerqueira César, CEP: 01310-300, portador da Cédula de Identidade R.G nº 4.975.379 – SSP / SP e do CPF nº 339.119.598-34; e

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 19/10/1978, administrador de empresas, portador da cédula de identidade R.G nº 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF nº 267.325.088-30 residente e domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Itapaiuna nº 1.800, apartamento 62, Edifício Portis Thamuris, Villaggio Panamby, Morumbi, CEP: 05705-901.

Únicos sócios integrantes da sociedade empresária denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista nº 2.200 – Térreo - Loja 2 – Ed. Central Park – CEP: 01310-300, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob nº 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.208.282.369 (NIRE) em 07/10/1988 e última alteração contratual também registrada na Jucesp sob nº 91.242/04-6 em 19/02/2.004.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – Atualização de Dados Cadastrais dos Sócios.

O sócio Paulo Masci de Abreu, comunica alteração de seu domicílio para: Avenida Paulista nº 2.200, 16º andar, conjunto 162, Cerqueira César, CEP: 01310-300, São Paulo, SP.

O sócio Raul Rothschild de Abreu, comunica alteração em seu estado civil para "casado com separação total de bens" e em seu domicílio, para: Avenida Paulista nº 2.200, 17º andar, conjunto 172, Cerqueira César, CEP: 01310-300, São Paulo, SP.

Segunda – Alteração no endereço da sede. Aberturas de filiais.

Deliberam os quotistas :

Alterar a sede da sociedade para a Avenida Paulista nº 2.200 , Edifício Central Park , 15º andar , Cerqueira César , CEP : 01310-300, Município de São Paulo , Estado de São Paulo; abrir duas filiais , sendo:

a primeira no município de Arujá , estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335 , Mirante , CEP: 07400-970;

e a segunda , no município do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245 , 37º andar , sala 3.707 , Centro , Freguesia de São José, CEP : 20040-009.

Por esse motivo a cláusula Quarta do contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo , Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park -Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá , estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335 , Mirante , CEP: 07400-970.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245 , 37º andar , sala 3.707 , Centro , Freguesia de São José, CEP : 20040-009.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Kiss Telecomunicações Ltda. Consolidação de Cláusulas do Contrato Social.

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "Kiss Telecomunicações Ltda".

Segunda- Finalidade.

Executar serviços de radiodifusão em geral , quer de onda média , frequência modulada , sons e imagens (televisão) , onda curta e onda tropical , mediante autorização do Poder Concedente , na forma da Lei e da Legislação vigente.

Terceira - Objetivo Social

O objetivo social da empresa , de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795 , de 31/10/1963 , que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será : a divulgação

de programas de caráter educativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park -Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá, estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335, Mirante, CEP: 07400-970.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245, 37º andar, sala 3.707, Centro, Freguesia de São José, CEP: 20040-009.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta – Prazo e Início das Atividades.

A sociedade iniciou suas atividades em 07 de Outubro de 1.988, data em que o Poder Concedente deferiu o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução, serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta – Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a submeter previamente ao Poder Concedente, antes de levar a registro, as alterações contratuais cujos objetos sejam aqueles previstos no Título XI do Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963 e Os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, na redação a estes conferida pelo artigo 7º da Lei nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representativas do capital social, pertencerão, sempre, na razão de 70% (setenta por cento) a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e inalienáveis a estrangeiros.

Poderão fazer parte da Sociedade, pessoas jurídicas, nacionais e estrangeiras, com participação de até 30% (trinta por cento) no Capital Social.

Oitava – Quadro Societário.

A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

As empresas efetivamente controladas, mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos não poderão ter participação total superior a trinta por cento no capital social, total e votante, das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Nona – Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe : as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões, de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei nº 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) dividido em 80.000 (oitenta mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$
PAULO MASCI DE ABREU	76.000	76.000,00
RAUL ROTHSCHILD DE ABREU	4.000	4.000,00

TOTAL

80.000

80.000,00

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente pelo Sr. Paulo Masci de Abreu , já qualificado , que está dispensado de prestar caução.

O administrador está investido de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

O administrador terá direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Décima Quinta - Exercício Social .

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro.

No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima – Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n.º 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava – FORO.

Será o FORO central da cidade e comarca de São Paulo, com renúncia desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

Décima Nona – Regência.

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelo Disposto na Lei n.º 10.606 de 10 de Janeiro de 2.002, e subsidiariamente pela Lei n.º 6.404 / 76, à cuja fiel observância se obrigam diretores e sócios.

Vigésima-Declaração de Desimpedimento para o Exercício da Administração.

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, não estando impedidos por qualquer lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (artigo 1.011, §1º Código Civil).

Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.

A sociedade não possui Conselho Fiscal, de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002.

Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações, demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.

Remuneração dos Administradores.

Os administradores terão direito a remuneração, à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.

Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

A parcela de distribuição de resultados será estabelecida de livre e comum acordo entre os quotistas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em seguida para registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e as demais para as partes contratantes.



São Paulo, 18 de Outubro de 2010

PAULO MASCI DE ABREU



RAUL ROTHSCHILD DE ABREU

Testemunhas:

Eudides Bimbatti Filho
Eudides Bimbatti Filho
R.G : 6.558.922 SSP/SP

Mario Luiz Bimbatti Filho
Mario Luiz Bimbatti Filho
R.G : 24.610.780-7 SSP/SP



JUCESP
28 08 17
Kiss Telecomunicações Ltda.
CNPJ: 59.477.240/0001-24
NIRE : 35.208.282.369



JUCESP PROTOCOLO
0.841.473/17-1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Sociedade Empresária.
9ª Alteração Contratual.

Os abaixo assinados:

Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Paulista nº 2.200, 16º andar, escritório 163, Cerqueira César, CEP : 01310-300, portador da Cédula de Identidade R.G nº 4.975.379-4 – SSP / SP e do CPF nº 339.119.598-34;

Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade R.G nº 25.146.886-0 SSP/SP e do CPF nº 267.325.088-30 residente e domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Paulista nº 2.200, 17º andar, escritório 172, Cerqueira César, CEP : 01310-300.

Únicos sócios integrantes da sociedade empresária denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista nº 2.200 – 15º andar – Ed. Central Park – CEP: 01310-300, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob nº 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.208.282.369 (NIRE) em 07/10/1988 e ultima alteração contratual também registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 363.599/10-1 em 21/10/2010.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes:

Primeira – Alteração de Sócios. Aumento de Capital Social.

O quotista Raul Rothschild de Abreu, já qualificado, detentor de 4.000 (quatro mil) quotas, que se encontram totalmente livres e desembaraçadas de

RAA
TRA

TRA

Por esse motivo a cláusula Décima Segunda do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00(um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	100.000	100.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

A Sra Tais Rothschild de Abreu Lilla , nos termos do inciso IV do art. 1.033 da Lei nº 10.406/2002 , terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para recompor a pluralidade societária ou promover a transformação do tipo societário , desta , para EIRELLI. Neste período a sociedade permanecerá sob a condição de unipessoal.

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.
Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Segunda – Administração da Sociedade.

A sociedade passa a ser administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada , que adquire por esse instrumento os mais amplos poderes, reformando a redação da Cláusula Décima Quarta , conforme abaixo:

Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla, já qualificada , que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir

[Assinatura]
RA. TRA

procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais, garantias e outras ações para favor de terceiros.

Os administradores terão direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

Kiss Telecomunicações Ltda.
Consolidação de Cláusulas do Contrato Social.

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "**Kiss Telecomunicações Ltda**".

Segunda- Finalidade.

Executar serviços de radiodifusão em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Poder Concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

Terceira - Objetivo Social

O objetivo social da empresa, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31/10/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será: a divulgação de programas de caráter educativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

Quarta - Sede Social e Domicílio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park - Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá, estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335, Mirante, CEP: 07400-970, NIRE : 35903885831 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº : 59.477.240/0002-05.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245, 37º andar, sala 3.707, Centro, CEP : 20040-009, NIRE : 3399163873 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº 59.477.240/0003-96.

DUCE SP

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta – Prazo e Início das Atividades.

A sociedade iniciou suas atividades em 07 de Outubro de 1.988 , data em que o Poder Concedente deferiu o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução , serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta – Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete , por seus diretores e sócios , a informar ao Poder Concedente, em até 60 (sessenta) dias , as alterações contratuais.

Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representativas do capital social ,pertencerão , sempre , na razão de 70% (setenta por cento) a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos , e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas , e inalienáveis a estrangeiros.

Poderão fazer parte da Sociedade , pessoas jurídicas , nacionais e estrangeiras , com participação de até 30% (trinta por cento) no Capital Social .

Oitava – Quadro Societário.

A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

As empresas efetivamente controladas, mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos não poderão ter participação total superior a trinta por cento no capital social, total e votante, das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Nona – Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar , com o rigor que se impõe : as Leis , Decretos, Regulamentos , Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados , vigentes ou a viger e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

DUCESP

Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a viger e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões, de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei nº 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	100.000	100.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

A Sra Tais Rothschild de Abreu Lilla, nos termos do inciso IV do art. 1.033 da Lei nº 10.406/2002, terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para recompor a pluralidade societária ou promover a transformação do tipo societário, desta, para EIRELLI. Neste período a sociedade permanecerá sob a condição de unipessoal.

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

[Assinatura]
PRA

TRA

DUCESP

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei n º 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada , que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora terá direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, sómente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Décima Quinta - Exercício Social .

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro.

TRA

No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima – Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n º 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava – FORO.


TRA

Será o FORO central da cidade e comarca de São Paulo , com renúncia desde já a qualquer outro , por mais privilegiado que seja , para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

Décima Nona – Regência.

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelo Disposto na Lei n ° 10.606 de 10 de Janeiro de 2.002 ,e subsidiariamente pela Lei n ° 6.404/ 76, à cuja fiel observância se obrigam diretores e sócios.

Vigésima-Declaração de Desimpedimento para o Exercício da Administração.

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, não estando impedidos por qualquer lei especial, ou em virtude de condenação criminal , ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.(artigo 1.011 , §1 ° Código Civil).

Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.

A sociedade não possui Conselho Fiscal , de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei n ° 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002.

Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações , demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.



TRA

Remuneração dos Administradores.

Os administradores terão direito a remuneração, à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.

Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

A parcela de distribuição de resultados será estabelecida de livre e comum acordo entre os quotistas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais para as partes contratantes.

São Paulo, 04 de Agosto de 2017

PAULO MASCI DE ABREU

RAUL ROTHSCHILD DE ABREU

TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA

JUCESP

28 AGO 2017



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CONTINHO O REGISTRO
DO C. A. 300000

FLÁVIA R. BRITO BARRETO
SECRETARIA GERAL

398.877/17-8



JUCESP

Testemunhas:

Euclides Bimbatti Filho

Euclides Bimbatti Filho
R.G : 6.558.922 SSP/SP

Divanda de Oliveira Silva

Divanda de Oliveira Silva
R.G : 29.418.015-1 SSP/SP



NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA							
NACIONALIDADE Brasileira	ESTADO CIVIL Casado(a)	CPF 279.767.838-90	RG/RE 26780041	ORIGEM 1	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/2012	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP	UF SP
Avenida Paulista						NÚMERO 2300	
COMPLEMENTO 15A.ESC.151		BARRIO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01310-300	
MUNICÍPIO São Paulo						UF SP	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIO/DIRETOR/ADMINISTRADOR OU REPRESENTANTE LEGAL							
LOCALIDADE São Paulo - SP		DATA 16/08/2017		ASSINATURA <i>Tais Rothschild de Abreu Lilla</i>			
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA (Administrador)							



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

NOME TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA							
NACIONALIDADE Brasileira	ESTADO CIVIL Casado(a)	CPF 279.767.838-00	RG/RE 26780041	QUETO 1	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/2012	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP	UF SP
Avenida Paulista						NÚMERO 2260	
COMPLEMENTO 15A.ESC.151		BARRIO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01310-300	
MUNICÍPIO São Paulo						UF SP	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIO/DIRETOR/ADMINISTRADOR OU REPRESENTANTE LEGAL							
LOCALIDADE Rio Preto - SP	DATA 18/08/2017						
NOME TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA (Administrador)	ASSINATURA <i>Tais Rothchild de Abreu Lilla</i>						

Kiss Telecomunicações

CNPJ: 59.477.240/001

NIRE: 35.208.282.1



**JUCESP PROTOCOLO
0.988.619/18-0**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Sociedade Empresária.
10ª Alteração Contratual.

Pelo presente Instrumento Particular:

Tais Rothschild de Abreu Lilla, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, comunicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 26.780.041-1 SSP/SP e CPF nº 279.767.838-90, domiciliada em São Paulo-SP, na Avenida Paulista nº 2.200 – 15º andar – escritório 151 –Bela Vista - CEP: 01310-300 – São Paulo – SP

Única sócia integrante da sociedade empresária denominada **Kiss Telecomunicações Ltda**, sediada no Estado de São Paulo, Município de São Paulo Av. Paulista nº 2.200 – 15º andar – Ed. Central Park – Bela Vista - CEP: 01310-300, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da SRF sob nº 59.477.240/0001-24, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.208.282.369 (NIRE) em 07/10/1988.

Têm entre si justo e contratada a alteração do contrato desta sociedade conforme cláusulas e condições seguintes:

Primeira – Alteração de Sócios. Recomposição da Pluralidade Societária.

É admitido na sociedade **IVALDO VASCONCELOS**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 13/01/1960, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 13.733.712-7 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 032.824.208-03, residente e domiciliado na cidade de Osasco, Estado de São Paulo na Avenida Flora nº 483, Apartamento 74, Jaguaribe, CEP: 06053-040 mediante a cessão à título oneroso realizada pela, até então, única sócia **Tais Rothschild de Abreu Lilla**, já qualificada, detentora do total de 100.000 (cem mil) quotas cada uma de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real) totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, de 1.000 (hum mil) quotas de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando esta cessão R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

A cedente declara já haver recebido em boa, líquida e corrente moeda nacional o valor avençados pela cessão de quotas, outorgando pelo presente a mais ampla geral, raza

Tais Rothschild de Abreu Lilla

e irrevogável quitação quanto ao feito descrito, para nada mais vir a reclamar, por si, seus herdeiros e eventuais sucessores.

O cessionário declara-se ciente do Ativo e Passivo da sociedade.

Cedente, cessionário e a sociedade, igualmente, outorgam-se mutuamente a mais ampla geral, raza e irrevogável quitação.

Por esse motivo a cláusula Décima Segunda do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00(um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor - R\$	Percentual
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	99.000	99.000,00	99%
EVALDO VASCONCELOS	1.000	1.000,00	1%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei n ° 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Kiss Telecomunicações Ltda.

Consolidação de Cláusulas do Contrato Social.

Primeira - Denominação Social

A denominação social da empresa é "Kiss Telecomunicações Ltda".

Segunda- Finalidade.

Executar serviços de radiodifusão em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Poder Concedente, na forma da Lei e da Legislação vigente.

Terceira - Objetivo Social

O objetivo social da empresa, de acordo com o artigo 3 ° do Decreto n ° 52.795, de 31/10/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão,

Tais Rothschild de Abreu Lilla

será : a divulgação de programas de caráter educativo , cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo , a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

Quarta - Sede Social e Domicilio Legal

SEDE:

A sociedade tem sede e domicilio legal no Município de São Paulo , Estado de São Paulo na Avenida Paulista, 2.200 – 15º andar - Edifício Central Park -Cerqueira César – CEP: 01310-300.

FILIAIS:

Possue duas filiais:

Filial 1 - no município de Arujá , estado de São Paulo na Estrada dos Fernandes nº 2.335 , Mirante , CEP: 07400-970 , NIRE : 35903885831 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº : 59.477.240/0002-05.

Filial 2 - no município do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco nº 245 , 37º andar , sala 3.707 , Centro , CEP : 20040-009, NIRE : 3399163873 com início de atividades em 18/10/2010 inscrita no CNPJ sob nº 59.477.240/0003-96.

Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir filiais em qualquer ponto do Território Nacional ou do Exterior, observadas as posturas legais em vigor.

Quinta – Prazo e Início das Atividades.

A sociedade iniciou suas atividades em 07 de Outubro de 1.988 , data em que o Poder Concedente deferiu o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução , serão observados os dispositivos da Lei.

Sexta – Alterações Contratuais.

A Sociedade se compromete , por seus diretores e sócios , a informar ao Poder Concedente, em até 60 (sessenta) dias , as alterações contratuais.

Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.

As quotas representativas do capital social ,pertencerão , sempre , na razão de 70% (setenta por cento) a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas , e inalienáveis a estrangeiros.

Poderão fazer parte da Sociedade , pessoas jurídicas , nacionais e estrangeiras , com participação de até 30% (trinta por cento) no Capital Social .

Oitava – Quadro Societário.

Tm Rthall de Abreu L. H.

DUCESP

A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

As empresas efetivamente controladas, mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos não poderão ter participação total superior a trinta por cento no capital social, total e votante, das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Nona – Subordinação Legislativa.

A sociedade se obriga a observar , com o rigor que se impõe : as Leis , Decretos, Regulamentos , Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados , vigentes ou a viger e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos , ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Para exercício das funções de administrador , procurador , locutor , responsável pelas instalações técnicas e , principalmente , para o encargo ou orientação de natureza intelectual , direta ou indiretamente , a sociedade se obriga , desde já , a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Décima Primeira – Limite de Concessões.

A sociedade não poderá executar serviços , nem deter concessões ou permissões , de radiodifusão sonora no País , além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei n ° 236 de 28 de Fevereiro de 1.967.

Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$	PERCENTUAL
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	99.000	99.000,00	99%
EVALDO VASCONCELOS	1.000	1.000,00	1%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

Tm Rothschild de Abreu Lilla

JUCESP
18 10 18

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

Parágrafo Único : Nos termos do artigo 1.052 da Lei n.º 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada , que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora terá direito à remuneração que for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

Parágrafo Único : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Décima Quinta - Exercício Social .

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro.

No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.

Tais Rothschild de Abreu Lilla

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

Décima Sétima – Apuração de Haveres.

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros, ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou, em seu novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento, ou interdição, após seis meses da data de aprovação do balanço geral anual.

Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (VINTE) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres.

O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução n.º 29/92, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 1.992.

Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido, ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido, ou interdito, estes nomes serão levados à apreciação do Poder Concedente e tendo dele a aprovação prévia, poderão integrar o quadro social, advindo, conseqüente e necessariamente, a alteração do presente contrato social e o competente registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Décima Oitava – FORO.

Será o FORO central da cidade e comarca de São Paulo, com renúncia desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

Décima Nona – Regência.

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelo Disposto na Lei n.º 10.606 de 10 de Janeiro de 2.002, e subsidiariamente pela Lei n.º 6.404/ 76, à cuja fiel observância se obrigam diretores e sócios.

Vigésima-Declaração de Desimpedimento para o Exercício da Administração.

Tm Rthall de Abra Lilla

DUCEP

A administradora declara, sob as penas da Lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, não estando impedida por qualquer lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.(artigo 1.011, §1º Código Civil).

Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.

A sociedade não possui Conselho Fiscal, de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações, demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.

Remuneração dos Administradores.

Os administradores terão direito a remuneração, à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.

Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

A parcela de distribuição de resultados será estabelecida de livre e comum acordo entre os quotistas.

Tm Robell de Abreu Lila

JUCESP

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais para as partes contratantes.

São Paulo, 04 de Agosto de 2017

16º
Tais Rothchild de Abreu Lilla

TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA

16º
EVALDO VASCONCELOS

Testemunhas:

16º
Euclides Bimbatti Filho

Euclides Bimbatti Filho
R.G : 6.558.922 SSP/SP

16º
Paulo Masci de Abreu
R.G : 4.975.379-4 SSP/SP



CARTÓRIO DO 16º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
Rua Augusta, 1538/1642 Cep: 01304-001
Fábio Tavares Bisognin - Tabelião

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A(S) FIRM(A)S
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA(315469),
EVALDO VASCONCELOS(349990), EUCLIDES
BIMBATTI FILHO(316495), PAULO MASCI DE
ABREU(372146)
São Paulo, 18 de setembro de 2018,
EM TEST. DA VERDADE.

ATO DO VALOR ECONÔMICO
CDD: 531.15.024939/2020-91
VALIDO SEMPRE COM SELLO DE AUTENTICIDADE
ETIQUETA Nº 0,30 Nº TOTAL R\$ 37,00
DISTRIBUIDOR: Alexandre 10144837



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
KISS TELECOMUNICACOES LTDA.		
TIPO: LIMITADA UNIPESSOAL		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35208282369	07/10/1988	08/12/2020 16:02:51
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
07/10/1988	59.477.240/0001-24	

CAPITAL
Cz\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZADOS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA DR JOSE MANUEL	NÚMERO: 116	
BAIRRO: SANTA CECILIA	COMPLEMENTO: 5 ANDAR	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01232-020	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00
MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.900,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 077.617/93-9 SESSÃO: 20/05/1993
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA DR JOSE MANUEL, 116, 5 ANDAR, SANTA CECILIA, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020.
NUM.DOC: 174.612/93-0 SESSÃO: 09/11/1993
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 704, 6 ANDAR, PERDIZES, SAO PAULO - SP, CEP 05013-001.
A ANULACAO DA MUDANCA DE ENDERECO CONSTANTE DA ALTERACAO REGISTRADA SOB O NO 71617/939.
NUM.DOC: 124.496/95-7 SESSÃO: 02/08/1995
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
RETIRA-SE DA SOCIEDADE ANDRE GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 039.095.698-78 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 5054921 - SP, RESIDENTE À RUA BARAO DE CAPANEMA, 235, 6 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 01411-011, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.900,00.
ADMITIDO LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA ANTONIO ALVES DE LIMA, 186, SALA B, CENTRO, ARUJA - SP, CEP 07400-000.
NUM.DOC: 224.477/96-1 SESSÃO: 18/12/1996
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.
ADMITIDO PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV PAULISTA, 2198, LOJA 02, JARDINS, SAO PAULO - SP.
NUM.DOC: 052.022/99-7 SESSÃO: 09/04/1999
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
ADMITIDO LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.
ADMITIDO RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.
NUM.DOC: 060.978/01-6 SESSÃO: 05/04/2001
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-

34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ADMITIDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 326432702 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

NUM.DOC: 092.351/02-5 SESSÃO: 09/05/2002

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

REMANESCENTE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.643.270-2, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 298.781/03-7 SESSÃO: 10/12/2003

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N° 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N° 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N° 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS).ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.

INCLUSÃO DE CNPJ 59.477.240/0001-24

NUM.DOC: 091.242/04-6 SESSÃO: 19/02/2004

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4.975.379 - SP, RESIDENTE À RUA PROFESSOR ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO. 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05520-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO. 62, VILLAGGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.543.270-2 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO.42, VILLAGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 006.058/05-0 SESSÃO: 04/01/2005

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N° 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N° 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N° 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM

<p>COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.</p>	
NUM.DOC: 338.102/05-0	SESSÃO: 12/12/2005
<p>ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 08/04/2005 AS 11:00 HORAS - ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICA E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 01 DE JANEIRO DE 2004 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.</p>	
NUM.DOC: 075.027/06-9	SESSÃO: 13/03/2006
<p>EM ATENCAO A LINEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI 4.117 DE 27/08/1962 COM REDACAO DADA PELA LEI 10.610 DE 20/12/2002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23/12/2002 E PARA OS DEVIDOS FINS, ARQUIVO DECLARACAO DA COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL</p>	
NUM.DOC: 179.817/06-1	SESSÃO: 13/07/2006
<p>ATA DE REUNIAO REALIZADA NO DIA 08 DE MARCO DE 2006 AS 11:00 ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2005 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005</p>	
NUM.DOC: 075.940/07-3	SESSÃO: 09/03/2007
<p>REGISTRO DE DECLARACAO DE COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL REFERENTE AO ANO DE 2006</p>	
NUM.DOC: 308.265/07-5	SESSÃO: 29/08/2007
<p>ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 20 DE MARCO DE 2007, AS 10:00 HORAS. ORDEM DO DIA : EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2006 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006.</p>	
NUM.DOC: 034.906/08-3	SESSÃO: 24/01/2008
<p>OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO</p>	
NUM.DOC: 017.424/10-0	SESSÃO: 12/01/2010
<p>OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO</p>	
NUM.DOC: 363.599/10-1	SESSÃO: 21/10/2010
<p>ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903885831, SITUADA À: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335, MIRANTE, ARUJA - SP, CEP 07400-970. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.</p>	
<p>ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA PAULISTA, 2200, 15 ANDAR EDIF, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300.</p>	
<p>ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 18/10/2010.</p>	
<p>ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.</p>	
<p>ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.</p>	
<p>ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 33999163873, SITUADA À: AVENIDA RIO BRANCO, 245, 37A. SL.3707, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20040-009. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.</p>	
<p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>	
NUM.DOC: 196.010/11-1	SESSÃO: 31/05/2011
<p>PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORO EM FM 102,1 MEGAHERTZ NA CIDADE DE ARUJA ESTADO DE SAO PAULO DECLARA EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI 4117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962</p>	
NUM.DOC: 079.375/12-1	SESSÃO: 17/02/2012
<p>OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO</p>	
NUM.DOC: 467.294/12-4	SESSÃO: 06/11/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 08/03/2012. APOS A LEITURA DOS DOCUMENTOS MENCIONADOS NA ORDEM DO DIA, COLOCADOS A DISPOSICAO DE TODOS OS SOCIOS, TRINTA DIAS ANTES, CONFORME RECEBIDO, POSTOS EM DISCUSSAO E VOTACAO, FORAM APROVADOS SEM RESERVAS E RESTRICOES.

NUM.DOC: 049.084/13-6 SESSÃO: 08/02/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA, EM ATENCAO A LINEA 'I' DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS, DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE , DE PELO MENOS SETENTA CAPITAL, NA DATA DE 31/12/2012 CONFORME ABAIXO ESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00(OITENTE MIL REAIS) NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: PAULO MASCI

NUM.DOC: 387.562/13-8 SESSÃO: 08/10/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES ,DO BALANCO PATRIMONIAL DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMOSTRACOES FINCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL 1 DE JANEIRO DE 2012 E ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO 2012

NUM.DOC: 398.877/17-8 SESSÃO: 28/08/2017

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

ADMITIDO TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15A.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 491.864/18-8 SESSÃO: 18/10/2018

ADMITIDO EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.

NUM.DOC: 068.075/19-4 SESSÃO: 01/02/2019

DECLARACAO DE COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL. KISS TELECOMUNICACOES LTDA, PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA , EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI ? 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1.962 , COM A REDACAO DADA PELA LEI ? 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS ,QUE A COMPOSICAO SOCIETARIA DE SEU CAPITAL SOCIAL NA DATA DE 31/12/2018 PERTENCE INTEGRALMENTE A BRASILEIROS NATOS TITULARES DIRETAMENTE DE CEM POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE, , CONFORME ABAIXO DESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 80.000 (OITENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS NACIONALIDADE N DE COTAS VALOR R\$ TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA BRASILEIRA 99.000 R\$ 99.000,00 EVALDO VASCONCELOS BRASILEIRO 1.000 R\$ 1.000,00 TOTAL 100.000 R\$ 100.000,00, DATADA DE: 31/12/2018.

DENOMINAÇÕES ANTERIORES

RADIO KISS LTDA.



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 144234621, terça-feira, 8 de dezembro de 2020 às 16:02:51.

Balanço Patrimonial

Folha: 1

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

ATIVO

ATIVO	2.496.382,15
ATIVO CIRCULANTE	571.634,94
DISPONIVEL	110.593,65
CAIXA GERAL	43.730,66
CAIXA MATRIZ	43.730,66
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA	66.862,99
BANCO SANTANDER S/A	66.862,99
CREDITOS	461.041,29
CLIENTES NACIONAIS	427.769,66
DUPLICATAS A RECEBER	427.769,66
CREDITOS COM FUNCIONARIOS	4.461,01
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.461,01
TRIBUTOS A RECUPERAR	28.810,62
IRF A RECUPERAR - APLICAÇÃO FINANCEIRA	28.810,62
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.924.747,21
IMOBILIZADO LIQUIDO	1.924.747,21
IMOBILIZADO EM USO	1.874.643,03
VEÍCULOS	227.687,37
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	85.326,56
EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO	532.366,91
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	94.811,89
INSTALAÇÕES	268.342,51
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	666.107,79
INTANGIVEL	1.559.746,11
OUTORGAS E CONCESSOES	1.559.746,11
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(1.509.641,93)
(-) DEPRECIACÃO S/ VEÍCULOS	(166.584,10)
(-) DEPRECIACÃO S/ EQUIP. INFORMÁTICA	(85.326,56)
(-) DEPRECIACÃO S/ EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	(532.366,91)
(-) DEPRECIACÃO S/ MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(94.811,89)
(-) DEPRECIACÃO S/ INSTALAÇÕES	(189.731,78)
(-) DEPRECIACÃO S/ MÁQUINAS E EQUIPAMENT	(440.820,69)

PASSIVO

PASSIVO	2.496.382,15
PASSIVO CIRCULANTE	255.989,51
OBRIGACOES TRABALHISTAS	53.275,96
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	53.275,96
SALARIOS A PAGAR	36.260,00
INSS A PAGAR	7.411,56
FGTS A PAGAR	5.639,24
IRRF S/SALARIOS A PAGAR	3.965,16
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	34.642,38
IMPOSTOS A RECOLHER	33.125,50
PIS A RECOLHER	4.180,89
COFINS A RECOLHER	19.296,41
CPRB A RECOLHER	9.648,20
TRIBUTOS NA FONTE A RECOLHER	1.516,88
IRF S/SERVIÇOS A RECOLHER	521,70
PCC (PIS, COFINS, CSLL) NA FONTE A RECOL	995,18
PROVISÕES	168.071,17
TRIBUTARIAS S/ LUCRO A PAGAR	168.071,17
CSLL A PAGAR	46.152,82

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

AVENIDA PAULISTA 2200 15 ANDAR - SAO PAULO - SP - 01310-300 - Fone: (0)1130165999

Balanço Patrimonial

Folha: 2

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

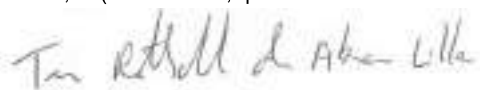
CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

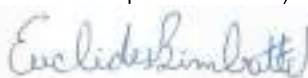
IRPJ A PAGAR	121.918,35
PATRIMONIO LIQUIDO	2.240.392,64
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
RESERVAS	16.000,00
RESERVAS DE LUCROS	16.000,00
RESERVA LEGAL	16.000,00
RESULTADO ACUMULADO	2.124.392,64
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO	2.124.392,64
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO	2.124.392,64

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 2.496.382,15 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e dois Reais e quinze Centavos)



SOCIA ADMINISTRADORA
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
CPF: 279.767.838-90



Contador
EUCLIDES BIMBATTI FILHO
CTCRC: 1SP113009/O-0

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

AVENIDA PAULISTA 2200 15 ANDAR - SAO PAULO - SP - 01310-300 - Fone: (11)30165999

Demonstração do Resultado do Exercício

Folha: 1

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/12/2019 a 31/12/2019

Receitas Brutas	
VENDAS DE SERVIÇOS	6.981.881,98 C
Total:	6.981.881,98 C
(-) Deduções	
CONTRIBUICAO PREV.ID.S/REC.BRUTA	105.710,57 D
PIS S/FATURAMENTO	45.807,92 D
COFINS S/FATURAMENTO	211.421,21 D
Total:	362.939,70 D
= Receita Líquida	6.618.942,28 C
= Lucro Bruto	6.618.942,28 C
(-) Despesas Administrativas	
DESPESAS COM SALARIOS E ORDENADOS	558.658,49 D
BOLSA AUXILIO-ESTAGIO E APRENDIZ	88.761,98 D
DESPESAS COM INSS	32.660,11 D
DESPESAS COM FGTS	60.983,64 D
DESPESAS COM FÉRIAS	56.751,00 D
DESPESAS COM 13º SALARIO	49.711,22 D
DESPESAS COM PREMIO DE SEGUROS	478,20 D
DESPESAS COM REFEIÇÕES	178.309,84 D
DESPESAS COM VALE TRANSPORTE	32.381,91 D
DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.923,68 D
DESPESAS C/ RESCISOES E ACORDOS TRAB.	63.470,90 D
DESPESAS COM AGUA	8.027,32 D
DESPESAS COM ENERGIA ELETRICA	523.919,36 D
DESP.C/ TELEFONE E COMUNICAÇÕES	191.378,90 D
DESPESAS COM VIAGENS E ESTADIA	870,00 D
DESPESAS C/DIREITOS AUTORAIS	38.040,64 D
DESPESAS COM DEPRECIACAO	108.845,04 D
DESPESAS COM BENS DE PEQUENO VALOR	614,97 D
Total:	1.998.787,20 D
(-) Despesas Financeiras	
DESPESAS COM JUROS	1.958,32 D
DESPESAS COM IOF	301,31 D
DESPESAS COM DESCONTOS CONCEDIDOS	2.534,70 D
DESPESAS BANCARIAS	11.416,25 D
Total:	16.210,58 D
(-) Despesas Gerais	
DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	21.117,06 D
DESPESAS COM COPA, COZINHA E LIMPEZA	17.114,89 D
DESP. C/ COMBUSTIVEL/MANUT.VEICULOS	39.889,58 D
DESPESAS COM MANUTENCAO DO IMOBILIZADO	61.363,44 D
DESPESAS COM ASSINATURAS	240,00 D
DESPESAS COM CORREIOS	17.533,56 D
DESPESAS COM CUSTAS JUDICIAIS FEDERAIS	15.141,42 D
DESPESAS COM INFORMATICA	1.306,00 D
DESPESAS COM GRAFICA	6.240,00 D
DESPESAS COM FRETE	700,00 D
DESPESAS COM BRINDES	435,00 D
VIGILANCIA E SEGURANCA	10.302,00 D
Total:	191.382,95 D
(-) Despesas Tributárias	
DESPESAS COM IPTU	9.489,88 D
DESPESAS COM TAXAS, CUSTAS, EMOLUMENTOS	117.182,29 D

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

AVENIDA PAULISTA 2200 15 ANDAR - SAO PAULO - SP - 01310-300 - Fone: (11)30165999

Demonstração do Resultado do Exercício

Folha: 2

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Período: 01/12/2019 a 31/12/2019

	Total:	126.672,17 D
(-) Outras Despesas Operacionais		
DESPESAS COM ASSISTENCIA CONTABIL - PJ		7.554,80 D
DESPESAS COM ASSISTENCIA ADMINISTRATIVA		79.260,59 D
DESPESAS COM SERVIÇOS TECNICOS - PF		17.284,59 D
DESPESAS COM SERVIÇOS TECNICOS - PJ		18.000,00 D
DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS - PF		3.500,00 D
DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS - PJ		1.625.443,39 D
	Total:	1.751.043,37 D
(+) Receitas Financeiras		
RECEITA DE JUROS		469,99 C
RECEITA DE DESCONTOS OBTIDOS		12,00 C
	Total:	481,99 C
= Lucro Operacional		2.535.328,00 C
= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social		2.535.328,00 C
(-) Contribuição Social		
DESPESAS C/ CSLL		204.094,41 D
	Total:	204.094,41 D
= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda		2.331.233,59 C
(-) Imposto de Renda		
DESPESAS C/ IRPJ		542.871,41 D
	Total:	542.871,41 D
= Lucro		1.788.362,18 C
= Lucro Líquido do Período		1.788.362,18 C

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

SOCIA ADMINISTRADORA
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
CPF: 279.767.838-90

Contador
EUCLIDES BIMBATTI FILHO
CTCRC: 1SP113009/O-0

KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

AVENIDA PAULISTA 2200 15 ANDAR - SAO PAULO - SP - 01310-300 - Fone: (0)1130165999



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS



CERTIDÃO Nº: 4434039

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 15/10/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

KISS TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ: 59.477.240/0001-24, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 16 de outubro de 2020.

PEDIDO Nº:

3303675





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 59.477.240/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/11/1988
NOME EMPRESARIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KISS	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PAULISTA	NÚMERO 2200	COMPLEMENTO EDIF CENTRAL PARK ANDAR 15
CEP 01.310-300	BAIRRO/DISTRITO CERQUEIRA CESAR	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR	TELEFONE (11) 3750-4111/ (11) 3758-6000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/04/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/12/2020** às **16:17:18** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 59.477.240/0001-24

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20100114255-00

Data e hora da emissão 16/10/2020 19:36:16

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0898571 - 2020

CPF/CNPJ Raiz: 59.477.240/

Contribuinte: KISS TELECOMUNICACOES LIMITADA

Liberação: 16/10/2020

Validade: 14/01/2021

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 9.567.157-9- Início atv :07/10/1988 (AV PAULISTA, 02198 - CEP: 01310-300)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 19:38:05 horas do dia 16/10/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: A1DE494A

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

BOA TARDE
EDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSE E AZEVEDOSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:20:12 do dia 08/12/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/01/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 59.477.240/0001-24

Razão Social: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

Endereço: AV. PAULISTA 2198 IL 02 CENTRAL PARK / JARDINS / SAO PAULO / SP /
01244-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/11/2020 a 25/12/2020

Certificação Número: 2020112603242323214863

Informação obtida em 08/12/2020 16:16:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certidão nº: 27331669/2020

Expedição: 16/10/2020, às 19:34:45

Validade: 13/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.477.240/0001-24**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**À COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO
COMERCIAL DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE
RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

**Assunto: Solicita renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada na cidade de Arujá/SP, para o período de
11/03/2021 a 11/03/2031.**

A KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., executante de serviço de **radiodifusão
sonora em frequência modulada na cidade de Arujá, estado de São Paulo**, inscrita
no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, vem, respeitosamente, por sua advogada
(procuração CADSEI), à presença de Vossa Senhoria, requerer renovação de outorga
para execução do serviço pelo período de 11/03/2021 a 11/03/2031, conforme
documentação em anexo.

1

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 15 de dezembro de 2020.


CIBELE BORGES BARBOSA
OAB/DF 38.570



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 59.477.240/0001-24

KISS TELECOMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EVALDO VASCONCELOS	032.824.208-03	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá

Usuário: [almir.mc](#) - Almir Franco Arnaldo

Data: 07/04/2021

Hora: 08:57:16



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 279.767.838-90

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Mongaguá
		NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Bertioga
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Diretor (SÓCIA-ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Cosmópolis
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	TV	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	GTVD	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	FM	--	SP	Sumaré
		NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Sócio	225000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mongaguá
		NASCENTE COMUNICACOES LTDA	02.374.730/0001-88	Sócio	225000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bertioga
		RADIO SOCIEDADE MARCONI LTDA	05.147.231/0001-46	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Paulo
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Sócio	125	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Cosmópolis
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
		SUPER RADIO TUPI AM LTDA	49.374.440/0001-06	Sócio	12000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Caetano do Sul


Usuário: almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 07/04/2021

Hora: 08:59:20

Serviço	Quantidade	Observações	Situação Legal
OM Nac	1	1 em SP (São Caetano do Sul) - Sócia.	OK. Máx. 2 no País.
FM	6	6 em SP (São Paulo - Sócia. Arujá, Bertioga, Mongaguá, Cosmópolis - Sócia e Diretora. Sumaré - Diretora).	OK. Máx: 6 no País por qualificação na empresa.
TV / TVD	1	1 em SP (Francisco Morato) - Diretora.	OK. Máx. 10 no País, 2 por UF.

Acesso à InformaçãoBRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO » » Consultas Gerais » » Consolidado Participação e Composiçãointernet teia menu ajuda

Dados da consultaResultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 032.824.208-03

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EVALDO VASCONCELOS	032.824.208-03	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá

Usuário: [almir.mc - Almir Franco Arnaldo](#) Data: [07/04/2021](#) Hora: [08:58:23](#)

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Arujá

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
KISS TELECOMUNICACOES LTDA	Arujá	11/03/1991	

Usuário: **almir.mc - Almir Franco Arnaldo** Data: **07/04/2021** Hora: **08:49:52**

Registro **1** até **1** de **2** registros

➡ Páginas: [1] **2** [Ir] [Reg]

[Tela Inicial](#) | [Imprimir](#) | [Exportar Excel](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:56:05 do dia 07/04/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/05/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Data de Envio:

07/04/2021 11:30:00

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mctic.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 53115.024939/2020-91@processo@

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Gratos.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4167/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá / SP, referente ao seguinte período: 11/03/2021 a 11/03/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. prova de regularidade perante a Fazenda **federal**, na forma da lei;

3.2. prova de regularidade relativa à seguridade social.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, em 08/04/2021, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6991049** e o código CRC **80CA5ADD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 7653/2021/MCOM

Brasília, 07 de abril de 2021.

À Senhora
Representante Legal da
KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24)
Avenida Paulista, nº 2200, 15º andar, bairro Cerqueira Cesar
01310-300 São Paulo / SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.024939/2020-91.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4167/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de 30/06/2021, conforme estabelecido pela Portaria MCOM nº 2.344, de 06/04/2021.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 08/04/2021, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6991082** e o código CRC **B4173757**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7653/2021/MCOM - Processo nº 53115.024939/2020-91 - Nº SEI: 6991082

Data de Envio:

08/04/2021 21:26:29

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mctic.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6991082.html
Nota_Tecnica_6991049.html

Re: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

cgfm@mctic.gov.br <cgfm@mctic.gov.br>

Sex, 09/04/2021 10:35

Para: MCOM <corr@mtic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" <corr@mtic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Quarta-feira, 7 de abril de 2021 11:30:02

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.024939/2020-91@processo@

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Gratos.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Re: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

cgfm@mctic.gov.br <cgfm@mctic.gov.br>

Sex, 09/04/2021 10:35

Para: MCOM <corr@mtic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" <corr@mtic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Quarta-feira, 7 de abril de 2021 11:30:02

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.024939/2020-91@processo@

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Gratos.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Data de Envio:

12/05/2021 23:05:10

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rocaorg@rocacontabil.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Considerando a suspensão de prazos da qual trata a Portaria MCOM nº 2.344, de 16 de abril de 2021, o prazo para o atendimento desta exigência fica prorrogado por 30 dias, contado a partir de 30/06/2021.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6991082.html
Nota_Tecnica_6991049.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 6616/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá / SP, referente ao seguinte período: 11/03/2021 a 11/03/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 4167/2021/SEI-MCTIC (SEI n.º 6991049), concluiu pela expedição do Ofício n.º 7653/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.013390/2021-90, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios/diretores, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) cédula de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (e) carteira profissional; (f) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (g) passaporte.

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

3.2. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é

requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Arujá / SP, encontra-se com o status "C1", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7465025** e o código CRC **A7FC468D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 11608/2021/MCOM

Brasília, 25 de maio de 2021.

À Senhora
Representante Legal da
KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24)
Avenida Paulista, nº 2200, 15º andar, bairro Cerqueira Cesar
01310-300 São Paulo / SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.024939/2020-91.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6616/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7465097** e o código CRC **050C0C58**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 11608/2021/MCOM - Processo nº 53115.024939/2020-91 - Nº SEI: 7465097

Data de Envio:

28/05/2021 19:27:40

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mcom.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7465097.html
Nota_Tecnica_7465025.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 11395/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.024939/2020-91

INTERESSADO: KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Arujá/SP, referente ao seguinte período: **11/03/2021 a 11/03/2031.**

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6616/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 11608/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 7465025 e 7465097). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o n.º 53115.020337/2021-45, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. **declaração**, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: **a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;**

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. **declaração**, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: **inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.**

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de

renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Arujá/SP, encontra-se com o status "(FM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 21/09/2021, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 21/09/2021, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8130928** e o código CRC **B8F00D5D**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 20282/2021/MCOM

Brasília, 21 de setembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 59.477.240/0001-24)
Avenida Paulista, nº 2200 / 15º andar - Bela Vista
01.310-300 São Paulo/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.024939/2020-91.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 11395/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 21/09/2021, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8130961** e o código CRC **71409D4B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20282/2021/MCOM - Processo nº 53115.024939/2020-91 - Nº SEI: 8130961

Data de Envio:

22/09/2021 16:09:36

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mcom.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: -53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8130961.html

Data de Envio:

22/09/2021 16:11:18

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mcom.gov.br>

Para:

ROCAORG@ROCACONTABIL.COM.BR
edio@ea.adv.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: - KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8130961.html
Nota_Tecnica_8130928.html

Id solicitação: 57dbac4563f0a

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: ADORE MAIS FM	
Telefone: (11) 3016-5999	E-mail: kissfm@kissfm.com.br
CNPJ: 59.477.240/0001-24	Número do Fistel: 02031635409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/03/1991	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SSR77/90;SSC36/95;RESOLUCAO ANATEL 03/97 125/99. Ato nº 5.172, de 14 de agosto de 2015, publicado na Pag. 71, Seção 1 do DOU de 18/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15	
Bairro: CERQUEIRA CESAR	Numero: 2.200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK	
Bairro: BELA VISTA	Numero: 2200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço do Transmissor		
Logradouro: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335 - MIRANTE	Complemento:	
Bairro: MIRANTE	Numero: .	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07400000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335 - MIRANTE	Complemento:	
Bairro: MIRANTE	Numero: .	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07400000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Arujá	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 271	Frequência: 102.1 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: -kW
HCI: 74 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 9222316	Número Indicativo: ZYM681
Data Último Licenciamento: 01/01/1998	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23°23'33" S	Longitude: 46°17'55" W	Cota da base: 880 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017098ANQ0587	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 13.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 280 °	Polarização:	HCI: 74 m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 14.45	5°: 0	10°: 10.93	15°: 0	20°: 6.44	25°: 0	30°: 2.9	35°: 0	40°: 1.18	45°: 0	50°: 0.42	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0.18	95°: 0	100°: 0.78	105°: 0	110°: 1.6	115°: 0
120°: 2.29	125°: 0	130°: 2.75	135°: 0	140°: 3.1	145°: 0	150°: 3.3	155°: 0	160°: 3.35	165°: 0	170°: 3.26	175°: 0
180°: 3.03	185°: 0	190°: 2.55	195°: 0	200°: 1.92	205°: 0	210°: 1.49	215°: 0	220°: 1.2	225°: 0	230°: 1.09	235°: 0
240°: 1.71	245°: 0	250°: 3.08	255°: 0	260°: 5.18	265°: 0	270°: 8.43	275°: 0	280°: 14.32	285°: 0	290°: 21.36	295°: 0
300°: 25.58	305°: 0	310°: 24.5	315°: 0	320°: 20.58	325°: 0	330°: 17.28	335°: 0	340°: 16.25	345°: 0	350°: 15.83	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 003996XXX0518	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 13.600 kW

Transmissor Auxiliar 2	

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	104	Portaria	MC	09/03/1990	13/03/1990	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	266	Portaria	MC	28/10/1991		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	49	Decreto Legislativo	CN	08/03/1991	11/03/1991	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	21	Portaria	MC	19/01/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	7	Portaria	MC	24/01/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	1330	Portaria	MC	07/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	234	Portaria	MC	14/07/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	20	Portaria	MC	18/03/1999	29/03/1999	Transferência Indireta	Jurídico
9999	26	Portaria	MC	05/04/1999	08/04/1999	Multa	Jurídico
9999	276	Portaria	MC	08/06/2009	17/09/2010	Multa	Jurídico
9999	531	Portaria	MC	28/05/2013	31/05/2013	Multa	Jurídico
53504.015393/2012-93	2798	Portaria	MCTIC	16/08/2016	28/10/2016	Multa	Jurídico
535040026942012	2585	Portaria	MCTIC	22/08/2016	21/10/2016	Multa	Jurídico
53500.066747/2017-11	10840	Ato	ORLE	02/08/2017	30/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504.002833/2013-23	4719	Portaria	MCTIC	25/08/2017	29/08/2017	Multa	Técnico
53500.048625/2021-11	5388	Ato	ORLE	16/07/2021	26/07/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

LESTE : Do ponto 17 segue pelo citado igarapé, a montante, confrontando com a Área Indígena Kayapó, até o Marco SAT-01 de coordenadas geográficas 07 14' 52,38" S e 53 06'15,81" Wgr., daí, segue por uma linha reta no rumo geral sudeste, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Kayapó, com distância de 32.260,09 metros, até o Marco SAT-22/A de coordenadas geográficas 07 32' 13,38" S e 53 03'59,75" Wgr., situado na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé Ananã, próximo de sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta, no rumo geral sudeste, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Kayapó, com distância de 30.187,26 metros até o Marco SAT-22 de coordenadas geográficas 07 47'07,67" S e 52 57' 12,41" Wgr., situado próximo cabeceira do Igarapé Ananãzinho; daí, segue pelo igarapé Ananãzinho, a jusante, com a distância de 33.750,00 metros até o Marco 21 de coordenadas geográficas 07 40' 00,86" S e 52 44'57,17" Wgr., situado na confluência com o Rio Xingú; daí, segue por este, a montante, pela margem esquerda, até o Marco SAT-15 de coordenadas geográficas 09 50' 36,81" S e 52 47'30,50" Wgr., localizado no limite com a Área Indígena Capoto/Jarina.

SUL : Do marco SAT-15 segue por uma linha reta confrontando com a Área Indígena Capoto/Jarina, no rumo geral noroeste, com distância de 13.853,22 metros, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Capoto/Jarina, até Marco MA-14 de coordenadas geográficas 09 50'29,43" S 52 55'05,03" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Igarapé Tokokran, daí, segue por uma linha reta confrontando com a Área Indígena Capoto/Jarina, no rumo geral noroeste, com distância de 23.694,17 metros, passando por vários marcos da demarcação da Área Indígena Capoto/Jarina, até Marco SAT-13 de coordenadas geográficas 09 47' 43,46" S e 53 07' 44,21" Wgr., situado na cabeceira de um braço formador afluente da margem direita de um igarapé sem denominação; daí segue por este, a jusante, até o Marco MA-12 de coordenadas geográficas 09 43'32,01" S e 53 06' 36,00" Wgr., situado na confluência com o igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o Marco MA-11 de coordenadas geográficas 09 43'36,78" S e 53 10'40,19" Wgr., situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 272 28'15,4" e 638,32 metros até o Marco SAT-10 de coordenadas geográficas 09 43'35,75" S e 53 11' 01,10" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o Marco MA-09 de coordenadas geográficas 09 39'37,00" S e 53 27'56,00" Wgr., situado na confluência com um braço afluente de sua margem esquerda; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 270 00'00" e 42.600,00 metros, até o Ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 09 39'30" S e 53 51'00" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação.

OESTE : Do ponto 28 segue pelo divisor de águas dos Rios Iriri e Iriri Novo, com distância aproximada de 18.000,00 metros, até o Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 09 30'50" S e 53 51' 20" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 09 18'00" S e 53 54'50" Wgr., situado na confluência com o Rio Iriri; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 09 17'20" S e 53 55'05" Wgr., situado na confluência com o Rio Ipiranga; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 09 16'40" S e 53 57'20" Wgr., situado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas 09 06'20" S e 54 09'30" Wgr., situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 72 42'00" e 3.000,00 metros, até o Ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 09 05'45" S e 54 07'40" Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas 08 48'30" S e 54 02'00" Wgr., situado na confluência com o Rio Xixá; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas 08 54'00" S e 54 22'50" Wgr., situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 242 00'00" e 3.000,00 metros, até o Ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas 08 54'50" S e 54 24'20" Wgr., situado na cabeceira de um braço formador afluente da margem direita do Rio Curuás; daí, segue pelo referido braço, a jusante, até o Ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 08 50'40" S e 54 27'00" Wgr., situado na confluência com o Rio Curuás; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Ponto 01, início deste memorial.

II - DETERMINAR que, para efeito de controle administrativo, a área em referência denominar-se-á **ÁREA INDÍGENA MENKACNOTI**, subordinada à Administração Regional de Altamira - 4ª Superintendência Executiva Regional / 4ª SUPER.

III - VETAR o ingresso de não índios na área ora interdita, sem expressa autorização da FUNAI.

IRIS PEDRO DE OLIVEIRA

(Of. nº 73/90)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 09 DE MARÇO DE 1990.

Nº 089/90. Outorga permissão à ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE CESÁRIO LANGE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 062/89).

Nº 090/90. Outorga permissão à ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO TRÉVISAN LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 093/89).

Nº 091/90. Outorga permissão à FM ITUBERA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ituberá, Estado da Bahia. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 096/89).

Nº 092/90. Outorga permissão à RADIO MORRO VERDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Mairi, Estado da Bahia. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 231/88).

Nº 093/90. Outorga permissão à RADIO CIDADE DE CABREÚVA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 265/88).

Nº 094/90. Outorga permissão à RADIO ALTEROSA DE BRASOPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brasópolis, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 043/89).

Nº 095/90. Outorga permissão à RADIO OBJETIVA I LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Paraguaçu, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 133/89).

(Guias nºs 5591 a 5597 - 09-03-90 - NCz\$ 1.112,00 cada)

Nº 096/90. Outorga permissão à RADIO JOVEM PIRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Piraçai, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 055/89).

Nº 097/90. Outorga permissão à ORGANIZAÇÃO AMARAL GURGEL DE RADIODIFUSÃO S/C LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 020/89).

Nº 098/90. Outorga permissão à RADIO SALAMANCA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 044/89).

Nº 099/90. Outorga permissão à RADIO REGIONAL DOS LAGOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 085/89).

Nº 100/90. Outorga permissão à RADIO A VOZ DE SÃO PEDRO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 097/89).

Nº 101/90. Outorga permissão à ÔMEGA RADIO DIFUSÃO S/C LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 065/89).

Nº 102/90. Outorga permissão à LIDER RADIO E TELEVISÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital nº 083/89).

Nº 103/90. Outorga permissão à RADIO CIDADE DE BASTOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 077/89).

Nº 104/90. Outorga permissão à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 065/89).

Nº 105/90. Outorga permissão à RADIO CLUBE DE ITAPIRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapira, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 074/89).

Nº 106/90. Outorga permissão à RADIO CAMPOS DOURADOS FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 242/88).

Nº 107/90. Outorga permissão à RADIO MOSTARDAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 307/88).

Nº 108/90. Outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 123/89).

Nº 109/90. Outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Aquino da Prata, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 288/89).

Nº 110/90. Outorga permissão à RADIODIFUSÃO BROTO DA SERRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 239/88).

Nº 111/90. Outorga permissão à RADIÓ CACIQUE DE CAPÃO BONITO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 290/88).

Nº 112/90. Outorga permissão à RADIO MODELO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 047/89).

Nº 113/90. Outorga permissão à RADIO FM 103 LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 079/89).

Nº 114/90. Outorga permissão à RADIO PARANDA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Marília, Estado de São Paulo. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 023/89).

Nº 115/90. Outorga permissão à RADIO STEREO FM LAGOA SANTA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 131/89).

Nº 116/90. Outorga permissão à RADIO VIZINHANÇA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição - (Edital Nº 261/90).

Nº 117/90. Outorga permissão à FUNDAÇÃO JOSE BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADE, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais. Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

Nº 118/90. Renova a permissão outorgada à RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

(Guias nºs 5.598 a 5.620 - 12/03/90 - NCZ\$ 1.112,00)

SECRETARIA GERAL

Secretaria de Serviços de Radiodifusão

PORTARIA Nº 84, DE 09 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, usando de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Portaria-SG nº 208, de 02 de setembro de 1980, publicada no Diário Oficial da União do dia 05 subsequente, resolve:

I - Alterar o Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, aprovado pela Portaria-SG nº 53, de 03 de julho de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 1987, conforme o abaixo indicado:

!MUNICÍPIO POR	!	!	!POT. EFETIVA IRRADIADA (ERP)!	!	!
!UNIDADE DA	!CANAL	!CLASSE	!	!	!
!FEDERAÇÃO	!	!	!LIMITAÇÃO PARA:	! kw	OBS.

ONDE SE LÊ:

PERNAMBUCO PE

! Gravata ! 222 ! B ! ! ! !

MINAS GERAIS MG

! Cláudio ! 296 ! C ! ! ! !

RIO GRANDE DO SUL RS

! Porto Alegre ! 257 ! A ! ! ! !

LEIA-SE:

PERNAMBUCO PE

! Gravata ! 222 ! A ! Caruaru - PE ! 4,50108°11'54"S

! ! ! ! ! 135°33'38"W

MINAS GERAIS MG

! Cláudio ! 296 ! B ! Campo do Meio-MG ! 0,50120°27'26"S

! ! ! ! ! 144°44'18"W

RIO GRANDE DO SUL RS

! Porto Alegre ! 257 ! E ! 270° a 360° ! 10,00130°03'40"S

! ! ! ! ! Campo Bom-RS ! 7,50151°10'50"W

! ! ! ! ! Rolante-RS ! 7,501

II - Determinar que as emissoras que tiveram suas características técnicas alteradas encaminhem ao DENTEL, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta portaria, projeto contendo as alterações necessárias à sua adaptação às novas características.

II.1 - O prazo para adaptação à classe será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de aprovação, pelo DENTEL, do projeto mencionado no item II.

III - Definir, de acordo com a Norma Técnica em vigor, que a alteração de classe em Porto Alegre-RS, por pertencer à zona de coordenação com as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai, estará sujeita a eventuais modificações em suas características.

IV - Incluir no referido Plano Básico, o seguinte:

CEARA	CE
! Santa Quitéria: 247 ! C ! ! ! !	
! Várzea Alegre: 266 ! C ! ! ! !	



Diário Oficial

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXIX — Nº 47

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO CONGRESSO NACIONAL	4397
ATOS DO PODER EXECUTIVO	4399
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	4405
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	4409
MINISTÉRIO DA SAÚDE	4409
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	4438
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	4442
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA	4442
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS	4442
INEDITORIAIS	4467
ÍNDICE	4472

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Itarema, Estado do Ceará, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, a que se refere o Decreto nº 98.924, de 2 de fevereiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Pederneiras, Estado de São

Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 55, de 5 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1991

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 1º de março de 1989, a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão sonora em onda média, objeto do Decreto nº 98.482, de 7 de dezembro de 1989.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 162, de 15 de setembro de 1989, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo, atos a que se referem as Portarias n.ºs 101 e 104, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 74, de 8 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 109, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 1991

Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 60, de 6 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 161, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 43, de 22 de fevereiro de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 55, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissão à RÁDIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, e à PLANALTO FM STEREO SOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissão à RÁDIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 0039449/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO OFICIAL - Seção I
Órgão destinado à publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 16 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.



SRD - Licenciamento

Version 1.0

Canais Solicitações Canais Excluídos

Todos + RTV/RTVD Secundário

1 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtrar Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF	Data
		59477240000:									(Todas)					
Editar dados da Outorga	(FM-C4) Canal Licenciado	59477240000124	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	02031635409	271	102.1	E3	230	FM		Comercial	P	2	Arujá	SP	2023-0

Id solicitação: 57dbac4563f0a

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: ADORE MAIS FM	
Telefone: (11) 3016-5999	E-mail: kissfm@kissfm.com.br
CNPJ: 59.477.240/0001-24	Número do Fistel: 02031635409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/03/1991	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 13/03/2030	
Observações: SSR77/90;SSC36/95;RESOLUCAO ANATEL 03/97 125/99. Ato nº 5.172, de 14 de agosto de 2015, publicado na Pag. 71, Seção 1 do DOU de 18/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15	
Bairro: CERQUEIRA CESAR	Numero: 2.200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK	
Bairro: BELA VISTA	Numero: 2200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Arujá	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 271	Frequência: 102.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 30.3766kW
HCI: 74 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 9222316	Número Indicativo: ZYM681
Data Último Licenciamento: 10/02/2023	Número da Licença: 53500.005650/2023-71

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 23' 33.00" S	Longitude: 46° 17' 55.00" W	Cota da base: 859.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017098anq00587	Modelo: FM-35T
Fabricante: Broadcast Electronics Inc.	Potência de Operação: 13.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HJ-11-50-Heliox	Fabricante: Andrew Corporations		
Comprimento da Linha: 85 m	Atenuação: 0.4 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMB6015-2/2-BOX	Fabricante: Shively Labs				
Ganho: 3.84 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 80 °	Polarização: Circular	HCI: 74 m	ERP Máxima: 30.38 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 13.98	5°: 11.87	10°: 10.17	15°: 8.64	20°: 7.33	25°: 5.93	30°: 4.73	35°: 3.68	40°: 2.73	45°: 2.05	50°: 1.41	55°: 0.92
60°: 0.45	65°: 0.26	70°: 0.09	75°: 0.13	80°: 0.18	85°: 0.49	90°: 0.82	95°: 1.06	100°: 1.31	105°: 1.67	110°: 2.05	115°: 2.38
120°: 2.73	125°: 3.04	130°: 3.35	135°: 3.48	140°: 3.61	145°: 3.68	150°: 3.74	155°: 3.74	160°: 3.74	165°: 3.74	170°: 3.74	175°: 3.61
180°: 3.48	185°: 3.29	190°: 3.1	195°: 2.85	200°: 2.62	205°: 2.27	210°: 1.94	215°: 2.62	220°: 1.31	225°: 1.36	230°: 1.41	235°: 1.78
240°: 2.16	245°: 2.91	250°: 3.74	255°: 4.66	260°: 5.68	265°: 7.13	270°: 8.87	275°: 10.46	280°: 12.4	285°: 14.89	290°: 18.42	295°: 23.1
300°: 33.98	305°: 26.02	310°: 21.94	315°: 20	320°: 18.42	325°: 18.42	330°: 18.42	335°: 19.17	340°: 20	345°: 20	350°: 20	355°: 16.48

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°12'36.16" S Lon 46°17'55" W	5°: Lat 23°11'13.62" S Lon 46°16'44.63" W	10°: Lat 23°10'16.67" S Lon 46°15'22.27" W	15°: Lat 23°9'0.28" S Lon 46°13'40.69" W	20°: Lat 23°8'17.07" S Lon 46°11'52.52" W	25°: Lat 23°8'19.45" S Lon 46°10'11.83" W	30°: Lat 23°8'6.54" S Lon 46°8'13.52" W	35°: Lat 23°7'58.25" S Lon 46°6'3.6" W	40°: Lat 23°8'33.24" S Lon 46°4'14.49" W	45°: Lat 23°9'28.86" S Lon 46°2'37.69" W	50°: Lat 23°10'57.67" S Lon 46°0'36.86" W	55°: Lat 23°12'32.43" S Lon 46°0'49.98" W
60°: Lat 23°13'49.79" S Lon 45°5'9'37.74" W	65°: Lat 23°14'9.28" S Lon 45°56'2.94" W	70°: Lat 23°15'17.16" S Lon 45°53'18" W	75°: Lat 23°17'6.04" S Lon 45°51'51.54" W	80°: Lat 23°19'12.58" S Lon 45°51'20.55" W	85°: Lat 23°21'22.4" S Lon 45°51'17.11" W	90°: Lat 23°23'30.81" S Lon 45°51'41.58" W	95°: Lat 23°25'33.5" S Lon 45°52'28.36" W	100°: Lat 23°27'33.54" S Lon 45°52'55.61" W	105°: Lat 23°29'24.07" S Lon 45°53'58.98" W	110°: Lat 23°31'1.51" S Lon 45°55'26.3" W	115°: Lat 23°32'29.75" S Lon 45°56'56.17" W
120°: Lat 23°33'42.42" S Lon 45°5'8'41.22" W	125°: Lat 23°34'12.72" S Lon 46°1'16.85" W	130°: Lat 23°34'35.37" S Lon 46°3'32.86" W	135°: Lat 23°35'8.33" S Lon 46°5'15.73" W	140°: Lat 23°35'55.54" S Lon 46°6'34.7" W	145°: Lat 23°37'18.18" S Lon 46°7'24.1" W	150°: Lat 23°37'8.03" S Lon 46°9'21.27" W	155°: Lat 23°38'3.21" S Lon 46°10'31.98" W	160°: Lat 23°39'2.06" S Lon 46°11'45.8" W	165°: Lat 23°39'37.21" S Lon 46°13'12.91" W	170°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°14'39.42" W	175°: Lat 23°40'31.12" S Lon 46°16'17.74" W
180°: Lat 23°40'20.78" S Lon 46°17'55" W	185°: Lat 23°40'16.94" S Lon 46°19'30.9" W	190°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°21'10.58" W	195°: Lat 23°40'27.6" S Lon 46°22'51.86" W	200°: Lat 23°40'4.44" S Lon 46°24'29.04" W	205°: Lat 23°39'42.02" S Lon 46°26'8.44" W	210°: Lat 23°38'58.86" S Lon 46°27'38.74" W	215°: Lat 23°37'45.35" S Lon 46°28'46.72" W	220°: Lat 23°37'51.65" S Lon 46°31'1.94" W	225°: Lat 23°36'35.39" S Lon 46°32'9.56" W	230°: Lat 23°35'2.76" S Lon 46°32'52.86" W	235°: Lat 23°33'13.04" S Lon 46°32'59.79" W
240°: Lat 23°31'27.72" S Lon 46°3'2'53.12" W	245°: Lat 23°30'10.08" S Lon 46°3'3'25.37" W	250°: Lat 23°28'49.31" S Lon 46°33'44.9" W	255°: Lat 23°27'32.13" S Lon 46°34'11.26" W	260°: Lat 23°26'3.35" S Lon 46°33'29.08" W	265°: Lat 23°24'41.17" S Lon 46°22'12.19" W	270°: Lat 23°23'32.49" S Lon 46°0'37.17" W	275°: Lat 23°22'36.15" S Lon 46°27'52.8" W	280°: Lat 23°21'55.92" S Lon 46°26'6.5" W	285°: Lat 23°21'31.88" S Lon 46°26'6.5" W	290°: Lat 23°21'28.79" S Lon 46°24'6.36" W	295°: Lat 23°21'47.72" S Lon 46°22'0.81" W
300°: Lat 23°22'34.89" S Lon 46°1'9'44.62" W	305°: Lat 23°21'45.53" S Lon 46°2'0'42.15" W	310°: Lat 23°23'21'8.17" S Lon 46°21'2.96" W	315°: Lat 23°20'40.26" S Lon 46°21'3.1" W	320°: Lat 23°18'47.75" S Lon 46°21'15.57" W	325°: Lat 23°18'4.68" S Lon 46°22'5.27" W	330°: Lat 23°18'22.88" S Lon 46°21'9.94" W	335°: Lat 23°18'17.06" S Lon 46°20'35.4" W	340°: Lat 23°17'38.69" S Lon 46°20'15.4" W	345°: Lat 23°17'17.132" S Lon 46°19'49.25" W	350°: Lat 23°16'25.65" S Lon 46°19'17.03" W	355°: Lat 23°14'13.15" S Lon 46°18'48.3" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 22.92	10°: 24.98	15°: 27.91	20°: 30.1	25°: 31.13	30°: 33.03	35°: 35.23	40°: 36.25	45°: 36.84	50°: 36.25	55°: 35.52
60°: 35.96	65°: 41.09	70°: 44.6	75°: 45.92	80°: 45.92	85°: 45.48	90°: 44.6	95°: 43.43	100°: 43.14	105°: 42.11	110°: 40.65	115°: 39.33

120°: 37.72	125°: 34.5	130°: 31.86	135°: 30.4	140°: 29.96	145°: 31.13	150°: 29.08	155°: 29.66	160°: 30.54	165°: 30.83	170°: 31.86	175°: 31.57
180°: 31.13	185°: 31.13	190°: 31.86	195°: 32.45	200°: 32.59	205°: 33.03	210°: 33.03	215°: 32.15	220°: 34.64	225°: 34.2	230°: 33.18	235°: 31.27
240°: 29.37	245°: 29.08	250°: 28.64	255°: 28.64	260°: 26.88	265°: 24.39	270°: 21.61	275°: 20	280°: 17.21	285°: 14.43	290°: 11.21	295°: 7.69
300°: 3.59	305°: 5.79	310°: 6.96	315°: 7.54	320°: 11.5	325°: 12.38	330°: 11.06	335°: 10.77	340°: 11.65	345°: 12.52	350°: 13.4	355°: 17.36

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 055890xxx00518						Modelo: FM 25000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.						Potência de Operação: 13.600 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 30.38 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	104	Portaria	MC	09/03/1990	13/03/1990	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	266	Portaria	MC	28/10/1991		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	49	Decreto Legislativo	CN	08/03/1991	11/03/1991	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	21	Portaria	MC	19/01/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	7	Portaria	MC	24/01/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	1330	Portaria	MC	07/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	234	Portaria	MC	14/07/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	20	Portaria	MC	18/03/1999	29/03/1999	Transferência Indireta	Jurídico
9999	26	Portaria	MC	05/04/1999	08/04/1999	Multa	Jurídico
9999	276	Portaria	MC	08/06/2009	17/09/2010	Multa	Jurídico
9999	531	Portaria	MC	28/05/2013	31/05/2013	Multa	Jurídico
53504.015393/2012-93	2798	Portaria	MCTIC	16/08/2016	28/10/2016	Multa	Jurídico
535040026942012	2585	Portaria	MCTIC	22/08/2016	21/10/2016	Multa	Jurídico
53500.066747/201	10840	Ato	ORLE	02/08/2017	30/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

7-11 53504.002833/2013-23	4719	Portaria	MCTIC	25/08/2017	29/08/2017	Multa	Técnico
53504.021065/2014-98	4833	Portaria	MC	20/09/2018	27/09/2018	Multa	Jurídico
53500.048625/2021-11	5388	Ato	ORLE	16/07/2021	26/07/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.345591/2022-91	9635687	Ato	ORLE	30/12/2022	13/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

NOME/RAZÃO SOCIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA				CNPJ 59477240000124
Nº DA ESTAÇÃO 9222316	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 23' 33.00" S	LONGITUDE 46° 17' 55.00" W


ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Estrada dos Fernandes, nº 2335.		DISTRITO	
BAIRRO Mirante do Arujá		MUNICÍPIO Arujá	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	13/03/2030		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Arujá	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	102.1 MHz	CANAL:	271
CLASSE:	E3	COTA BASE DA TORRE:	859.8
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYM681		
NOME FANTASIA:	ADORE MAIS FM	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Arujá		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Estrada dos Fernandes	BAIRRO:	Mirante do Arujá
MUNICÍPIO:	Arujá	UF:	SP
NUMERO:	2335	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Broadcast Electronics Inc.	MODELO:	FM-35T
CÓDIGO:	017098anq00587	POTÊNCIA:	13.600 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	FM 25000
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltda.	POTÊNCIA:	13.600 kW
CÓDIGO:	055890xxx00518	MODELO:	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL		MODELO:	FMB6015-2/2-BOX
FABRICANTE:	Shively Labs	GANHO:	3.84 dBd
POLARIZAÇÃO:	Circular	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	80 graus
DESCRIÇÃO:		BEAM TILT:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	74 m	MODELO:	
ANTENA AUXILIAR		GANHO:	dBd
FABRICANTE:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
POLARIZAÇÃO:		BEAM TILT:	graus
DESCRIÇÃO:		MODELO:	
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	GANHO:	
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	
FABRICANTE:		BEAM TILT:	
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL		MODELO:	
FABRICANTE:	Andrew Corporations	MODELO:	HJ-11-50-Heliasx
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/10/2023 16:38:42

APLICAÇÃO	Emitido Em 10/02/2023	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVlbnNhOjoyMDIzNjUzOTYwYjlxNDdYw==	
-----------	--------------------------	--	---



Agência
de Telecomunicações

BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		59.477.240/0001-24									
KISS TELECOMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MIRIAN MORATO	034.174.798-00	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/10/2023

Hora: 17:46:19



BOA TARDE
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		034.174.798-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MIRIAN MORATO	034.174.798-00	RADIO CULTURA DE RIBEIRAO PRETO LTDA	55.973.937/0001-35	Sócio	11200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Preto
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
		REDE CBS DE RADIO LTDA	33.627.787/0001-75	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Padre Bernardo

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/10/2023

Hora: 17:46:26



Agência
de Telecomunicações

BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 279.767.838-90											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA	279.767.838-90	KISS FM RIO SISTEMA DE COMUNICACOES LTDA	30.352.568/0001-32	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RJ	São Gonçalo
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Arujá
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Diretor (SÓCIA-ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Cosmópolis
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	TV	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	GTVD	--	SP	Francisco Morato
		FUNDACAO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL AUDIO	01.741.566/0001-37	Diretor (SECRETARIA)	0	--	--	FM	--	SP	Sumaré
		SUPER RADIO TUPI AM LTDA	49.374.440/0001-06	Sócio	12000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Caetano do Sul
		FLASH FM RADIODIFUSAO LTDA	66.781.725/0001-72	Sócio	125	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Cosmópolis
		KISS TELECOMUNICACOES LTDA	59.477.240/0001-24	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Arujá
		RADIO SOCIEDADE MARCONI LTDA	05.147.231/0001-46	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Paulo
		KISS FM RIO SISTEMA DE COMUNICACOES LTDA	30.352.568/0001-32	Sócio	3613024	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São Gonçalo
		SUPER RADIO TUPI AM LTDA	49.374.440/0001-06	Sócio	12000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Caetano do Sul

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/10/2023

Hora: 17:46:41



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	59.477.240/0001-24

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 26/10/2023 Hora: 17:49:32



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:41:18 do dia 25/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **ANDRE LUIS TELES GHILLIONI**

Data/Hora: **25/10/2023 15:58:11**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA

Nº FISTEL: 02031635409

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 59477240000124

Situação: Ativa

Data Validade: 11/03/2001

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não - E

Tipo Usuário:

Integral

UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: AVENIDA PAULISTA 2.200 - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15

Bairro: CERQUEIRA CESAR

Município: São Paulo

CEP: 01310-300

UF: SP

End. Corresp.: AVENIDA PAULISTA 2200 TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK

Bairro: BELA VISTA

Município: São Paulo

CEP: 01310-300

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	0	1991	31/03/1991	R\$ 0,00	30/10/1991	13.597,02	0,00	0001	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	397.386,80	15/03/1994	22.788,54	22.788,54	0002		
					31/01/1995	59,19			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	10.066,34	31/01/1995	46,70	46,70	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	53,61	31/03/1995	36,28	36,28	0004	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1995	27/01/1995	0,00	27/01/1995	72,56	72,56	0005	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	29/03/1996	44,42	44,42	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	53,61	09/05/1997	56,39	56,39	0007	Quitado	0,00
1660	0	1997	20/01/1998	565,05	20/01/1998	514,64	514,64	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 500,00	21/08/1998	2.900,00	500,00	0009	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1998	26/07/2002	R\$ 18.100,80		0,00	0,00	0010	Cancelado	0,00
8766 - TFI	1	1998	25/10/1998	R\$ 5.800,00	14/09/1998	5.800,00	5.800,00	0011	Quitado	0,00
9999	0	1998	21/08/1998	R\$ 0,00	21/08/1998	2.400,00	0,00	0012	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.900,00	29/10/1999	3.821,04	3.821,04	0013	Quitado	0,00
1660	0	1999	24/05/1999	R\$ 563,30	14/04/1999	563,30	563,30	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	0015	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	29/03/2001	2.900,00	2.900,00	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	28/03/2002	2.900,00	2.900,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	31/03/2003	2.900,00	2.900,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	31/03/2004	2.900,00	2.900,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	31/03/2005	2.900,00	2.900,00	0020	Quitado	0,00
1550	0	2004	22/03/2005	R\$ 1.840,58	23/03/2012	2.911,27	2.911,27	0021	Quitado - DOU	0,00
1550	0	2004	22/03/2005	R\$ 1.752,93		0,00	0,00	0022	Cancelado	0,00
1550	0	2004	23/05/2005	R\$ 1.752,93	23/03/2012	2.772,64	2.772,64	0023	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	30/03/2006	2.900,00	2.900,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	30/03/2007	2.900,00	2.900,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	26/03/2008	2.900,00	2.900,00	0027	Quitado	0,00

1660	0	2008	23/06/2008	R\$ 613,52		0,00	0,00	0028	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	23/03/2009	2.610,00	2.610,00	0029	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	26/05/2009	290,00	290,00	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	01/03/2010	2.610,00	2.610,00	0032	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	01/03/2010	290,00	290,00	0033	Quitado	0,00
1660	0	2010	30/10/2010	R\$ 3.067,60	24/09/2010	3.067,60	3.067,60	0034	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	25/03/2011	2.610,00	2.610,00	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	25/03/2011	290,00	290,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	16/03/2012	1.914,00	1.914,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	16/03/2012	290,00	290,00	0038	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	25/03/2013	1.914,00	1.914,00	0039	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	25/03/2013	290,00	290,00	0040	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	26/03/2014	1.914,00	1.914,00	0041	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	26/03/2014	290,00	290,00	0042	Quitado	0,00
1666	0	2013	07/07/2013	R\$ 547,79	30/03/2015	749,87	749,87	0043	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	30/03/2015	1.914,00	1.914,00	0044	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	0045	Quitado	0,00
1889	0	2015	20/06/2015	R\$ 7.680,00	29/12/2016	9.421,94	9.421,94	0046	Quitado - RN - DOU	0,00
1660	0	2015	10/03/2019	R\$ 11.493,86	31/10/2019	19.379,42	19.379,42	0047	Quitado - RN - DOU	0,00
1889	0	2015	19/10/2015	R\$ 3.840,00	31/10/2019	6.543,51	6.543,51	0048	Quitado - RN - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	18/03/2016	1.914,00	1.914,00	0049	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	18/03/2016	290,00	290,00	0050	Quitado	0,00
1660	0	2016	18/07/2016	R\$ 2.298,77	29/10/2018	3.193,18	3.193,18	0051		
					31/10/2019	42,21	42,21		Quitado - DOU	0,00
1660	0	2016	25/09/2017	R\$ 7.676,45	14/05/2019	9.926,06	9.926,06	0052	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2016	18/09/2017	R\$ 24.308,74	31/10/2019	32.467,20	32.467,20	0053	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	31/03/2017	1.914,00	1.914,00	0054	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	31/03/2017	290,00	290,00	0055	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	09/10/2017	R\$ 200,00	20/09/2017	200,00	200,00	0056	Quitado	0,00
1660	0	2013	09/03/2019	R\$ 11.493,86	31/10/2019	22.080,15	22.080,15	0057	Quitado - RN - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	27/03/2018	1.914,00	1.914,00	0058	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	27/03/2018	290,00	290,00	0059	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	28/03/2019	1.914,00	1.914,00	0060	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	28/03/2019	290,00	290,00	0061	Quitado	0,00
1660	0	2017	30/11/2019	R\$ 9.211,73	07/11/2019	9.211,73	9.211,73	0062	Quitado	0,00
1660	0	2018	04/12/2019	R\$ 13.817,60	25/11/2019	13.817,60	13.817,60	0063	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	30/09/2020	2.122,63	2.122,63	0066	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	30/09/2020	321,61	321,61	0067	Quitado	0,00
1660	0	2018	13/03/2021	R\$ 16.157,91	16/04/2021	18.132,41	18.132,41	0068	Quitado	0,00

1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	26/03/2021	1.914,00	1.914,00	0069	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	26/03/2021	290,00	290,00	0070	Quitado	0,00
1660	0	2019	18/05/2021	R\$ 105.144,78	25/06/2021	129.735,97	129.735,97	0071	Quitado - RN - DOU	0,00
7242 - PPDUR	1	2021	14/08/2021	R\$ 280,70	15/07/2021	280,70	280,70	0072	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 1.914,00	31/03/2022	1.914,00	1.914,00	0073	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 290,00	31/03/2022	290,00	290,00	0074	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	28/01/2023	R\$ 611,85	29/12/2022	611,85	611,85	0075	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	20/03/2023	R\$ 7.800,00	08/02/2023	7.800,00	7.800,00	0076	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	0077	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	0078	Quitado	0,00
Total devido em 25/10/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 25/10/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
 RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
 CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
 RJ - Lançamento com Recurso Judicial
 RN - Lançamento com Recurso Denegado
 DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
 CD - Lançamento Inscrito no CADIN
 DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
 E - Lançamento em Execução Judicial
 SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
 MO - Multa de Ofício
 LO - Lançamento de Ofício
 P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
 PA - Parcelamento: Parcela
 BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 59.477.240/0001-24 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 17/11/1988</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KISS</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV PAULISTA</div>	<div>NÚMERO 2200</div>	<div>COMPLEMENTO EDIF CENTRAL PARK ANDAR 15</div>	
<div>CEP 01.310-300</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CERQUEIRA CESAR</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>	<div>UF SP</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@PADVOGADOS.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (11) 3016-5999/ (11) 3016-5987</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/04/2004</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/10/2023 às 16:00:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	59.477.240/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	KISS TELECOMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MIRIAN MORATO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/10/2023 às 16:00 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 59.477.240/0001-24
Razão Social: KISS TELECOMUNICACOES LTDA
Endereço: AV. PAULISTA 2198 IL 02 CENTRAL PARK / JARDINS / SAO PAULO / SP / 01244-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/10/2023 a 06/11/2023

Certificação Número: 2023100801382491645252

Informação obtida em 25/10/2023 16:01:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 59.477.240/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:01:46 do dia 25/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/04/2024.

Código de controle da certidão: **C4DB.8440.4E76.E1CD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 59.477.240/0001-24

Certidão nº: 59185648/2023

Expedição: 25/10/2023, às 16:02:14

Validade: 22/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **KISS TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.477.240/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **KISS TELECOMUNICACOES LTDA**

CPF/CNPJ: **59.477.240/0001-24**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:31:36 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: xtE1mPtWUBl6pkhm7Qdi

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO ESPECÍFICA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

AS INFORMAÇÕES DO CAMPO "OUTROS ARQUIVAMENTOS" SÃO RELATOS DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE ARQUIVAMENTOS SELECIONADOS PELO REQUERENTE E PODEM TER SOFRIDO ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ALTERAÇÕES POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35208282369	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 07/10/1988	INÍCIO DAS ATIVIDADES 07/10/1988	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA.					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 59.477.240/0001-24	ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA			NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15 ANDAR EDIF		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01310-300	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 100.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME MIRIAN MORATO							
ENDEREÇO RUA BOM PASTOR				NÚMERO 753	COMPLEMENTO		
BAIRRO IPIRANGA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04203-050	RG 111295865	
CPF 034.174.798-00	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 1.000,00			

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA							
ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA				NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15AND.ESC.151		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 01310-300	RG 267800411	
CPF 279.767.838-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 99.000,00	

DENOMINAÇÕES ANTERIORES
RADIO KISS LTDA.

OUTROS ARQUIVAMENTOS		
DATA 20/05/1993	NÚMERO 077.617/93-9	
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA DR JOSE MANUEL, 116, 5 ANDAR, SANTA CECILIA, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020.		
DATA 09/11/1993	NÚMERO 174.612/93-0	
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 704, 6 ANDAR, PERDIZES, SAO PAULO - SP, CEP 05013-001.		
A ANULACAO DA MUDANCA DE ENDERECO CONSTANTE DA ALTERACAO REGISTRADA SOB O NO 71617/939.		
DATA 02/08/1995	NÚMERO 124.496/95-7	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE ANDRE GILBERTO DE CAMARGO DREYFUSS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 039.095.698-78 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 5054921 - SP, RESIDENTE À RUA BARAO DE CAPANEMA, 235, 6 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 01411-011, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.900,00.		
ADMITIDO LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.		
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA ANTONIO ALVES DE LIMA, 186, SALA B, CENTRO, ARUJA - SP, CEP 07400-000.		
DATA 18/12/1996	NÚMERO 224.477/96-1	
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUIZ CARLOS SALVIA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 273.149.608-87, RG/RNE: 3244180 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, CEP 01232-020, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.		
ADMITIDO PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.		
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV PAULISTA, 2198, LOJA 02, JARDINS, SAO PAULO - SP.		
DATA 09/04/1999	NÚMERO 052.022/99-7	
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIZILDA ARCHANJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF:		

071.041.188-02, RG/RNE: 5355208 - SP, RESIDENTE À RUA DR. JOSE MANUEL, 116, APTO 51, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ADMITIDO LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

ADMITIDO RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

DATA	NÚMERO
05/04/2001	060.978/01-6

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUCI TOHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 875.100.068-72, RG/RNE: 6607662 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ADMITIDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 326432702 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

DATA	NÚMERO
09/05/2002	092.351/02-5

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 560, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.000,00.

REMANESCENTE RAUL ROTHCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, JD. VITORIA REGIA, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.643.270-2, RESIDENTE À RUA PROF ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05657-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 10/12/2003	NÚMERO 298.781/03-7	
<p>TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N& 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N& 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N& 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS).ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.</p> <p>INCLUSÃO DE CNPJ 59.477.240/0001-24</p>		
DATA 19/02/2004	NÚMERO 091.242/04-6	
<p>CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO MASI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4.975.379 - SP, RESIDENTE À RUA PROFESSOR ALEXANDRE CORREIA, 360, APTO. 21, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05520-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 25.146.886-0 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO. 62, VILLAGGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.</p> <p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE CINTIA ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 220.793.778-09, RG/RNE: 32.543.270-2 - SP, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, APTO.42, VILLAGIO PANAMBY, SAO PAULO - SP, CEP 05420-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.</p> <p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>		
DATA 04/01/2005	NÚMERO 006.058/05-0	
<p>TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N& 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N& 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N& 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA).EM ANALISANDO O ASSUNTO EM PAUTA, ESSA RESPEITAVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO, BEM COMO OFICIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS).ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.</p>		
DATA 12/12/2005	NÚMERO 338.102/05-0	
<p>ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 08/04/2005 AS 11:00 HORAS - ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICA E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 01 DE JANEIRO DE 2004 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.</p>		
DATA 13/03/2006	NÚMERO 075.027/06-9	
<p>EM ATENCAO A LINEA "I"DO ARTIGO 38 DA LEI 4.117 DE 27/08/1962 COM REDACAO DADA PELA LEI 10.610 DE 20/12/2002,PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23/12/2002 E PARA OS DEVIDOS FINS,ARQUIVO DECLARACAO DA</p>		

COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL		
DATA 13/07/2006	NÚMERO 179.817/06-1	
ATA DE REUNIAO REALIZADA NO DIA 08 DE MARCO DE 2006 AS 11:00ORDEM DO DIA: EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2005 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		
DATA 09/03/2007	NÚMERO 075.940/07-3	
REGISTRO DE DECLARACAO DE COMPOSICAO SOCIETARIA DE CAPITAL SOCIAL REFERENTE AO ANO DE 2006		
DATA 29/08/2007	NÚMERO 308.265/07-5	
ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 20 DE MARCO DE 2007, AS 10:00 HORAS. ORDEM DO DIA : EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, DO BALANCO PATRIMONIAL, DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2006 E ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006.		
DATA 24/01/2008	NÚMERO 034.906/08-3	
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO		
DATA 12/01/2010	NÚMERO 017.424/10-0	
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO		
DATA 21/10/2010	NÚMERO 363.599/10-1	
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903885831, SITUADA À: ESTRADA DOS FERNANDES, 2335, MIRANTE, ARUJA - SP, CEP 07400-970. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.		
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA PAULISTA, 2200, 15 ANDAR EDIF, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300.		
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 18/10/2010.		
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PAULO MASI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.		
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.		
ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 33999163873, SITUADA À: AVENIDA RIO BRANCO, 245, 37A. SL.3707, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20040-009. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2010.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 31/05/2011	NÚMERO 196.010/11-1	

PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORO EM FM 102,1 MEGAHERTZ NA CIDADE DE ARUJA ESTADO DE SAO PAULO DECLARA EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI 4117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962		
DATA 17/02/2012	NÚMERO 079.375/12-1	
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO		
DATA 06/11/2012	NÚMERO 467.294/12-4	
ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 08/03/2012. APOS A LEITURA DOS DOCUMENTOS MENCIONADOS NA ORDEM DO DIA, COLOCADOS A DISPOSICAO DE TODOS OS SOCIOS, TRINTA DIAS ANTES, CONFORME RECEBIDO, POSTOS EM DISCUSSAO E VOTACAO, FORAM APROVADOS SEM RESERVAS E RESTRICOES.		
DATA 08/02/2013	NÚMERO 049.084/13-6	
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIOFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA, EM ATENCAO A LINEA 'I' DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS, DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE , DE PELO MENOS SETENTA CAPITAL, NA DATA DE 31/12/2012 CONFORME ABAIXO ESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00(OITENTE MIL REAIS) NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: PAULO MASCI		
DATA 08/10/2013	NÚMERO 387.562/13-8	
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - EXAME E APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES ,DO BALANCO PATRIMONIAL DO BALANCO DE RESULTADO ECONOMICO E DAS DEMAIS DEMOSTRACOES FINCEIRAS DA SOCIEDADE RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL 1 DE JANEIRO DE 2012 E ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO 2012		
DATA 28/08/2017	NÚMERO 398.877/17-8	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).		
ADMITIDO TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15A.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO MASCI DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 339.119.598-34, RG/RNE: 4975379 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 16A. CJ.162, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 76.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE RAUL ROTHSCHILD DE ABREU, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 267.325.088-30, RG/RNE: 251468860 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 17A. CJ.172, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 18/10/2018	NÚMERO 491.864/18-8	
ADMITIDO EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03,		

RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.		
DATA 01/02/2019	NÚMERO 068.075/19-4	
DECLARACAO DE COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL. KISS TELECOMUNICACOES LTDA,PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORA EM FM 102,1 MEGAHERTZ, NA CIDADE DE ARUJA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA , EM ATENCAO A ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI ? 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1.962 , COM A REDACAO DADA PELA LEI ? 10.610 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.002, PUBLICADA NO DOU NA EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.002, E PARA OS DEVIDOS FINS ,QUE A COMPOSICAO SOCIETARIA DE SEU CAPITAL SOCIAL NA DATA DE 31/12/2018 PERTENCE INTEGRALMENTE A BRASILEIROS NATOS TITULARES DIRETAMENTE DE CEM POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE, , CONFORME ABAIXO DESCRITO: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 80.000 (OITENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS NACIONALIDADE N DE COTAS VALOR R\$ TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA BRASILEIRA 99.000 R\$ 99.000,00 EVALDO VASCONCELOS BRASILEIRO 1.000 R\$ 1.000,00 TOTAL 100.000 R\$ 100.000,00, DATADA DE: 31/12/2018.		
DATA 16/06/2023	NÚMERO 246.489/23-6	
ADMITIDO MIRIAN MORATO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 034.174.798-00, RG/RNE: 11129586-5 - SP, RESIDENTE À RUA BOM PASTOR, 753, IPIRANGA, SAO PAULO - SP, CEP 04203-050, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
REMANESCENTE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FILIAIS			
NIRE 35903885831		CNPJ	
ENDEREÇO ESTRADA DOS FERNANDES		NÚMERO 2335	COMPLEMENTO
BAIRRO MIRANTE	MUNICÍPIO ARUJA	UF SP	CEP 07400-970
NIRE 33999163873		CNPJ	
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO		NÚMERO 245	COMPLEMENTO 37A. SL.3707
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ	CEP 20040-009

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO	
16/06/2023	246.489/23-6	
<p>ADMITIDO MIRIAN MORATO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 034.174.798-00, RG/RNE: 11129586-5 - SP, RESIDENTE À RUA BOM PASTOR, 753, IPIRANGA, SAO PAULO - SP, CEP 04203-050, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.</p>		
<p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.</p>		
<p>REMANESCENTE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.</p>		
<p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35208282369

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/06/2023



documento
assinado
digitalmente

Certidão Específica. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 210301486, quarta-feira, 21 de junho de 2023 às 19:06:23.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11.129.586-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/JAN/2010

NOME MIRIAN MORATO

FILIAÇÃO CELSO GRAÇA MORATO

E CECILIA MORATO

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 16/AGO/1948

DOC. ORIGEM SÃO PAULO-SP PERDIZES

CN: LV.A48 / FLS.169 / N.040934

CPF: 03417479800

16 Delegado Divisionário
CARLOS ANTONIO G. DE SEQUEIRA de Polícia IIRGD.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DALUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

536-07712



AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, de que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME MIRIAN MORATO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF 11129586 SSP/SP

CPF 034.174.798-00 DATA NASCIMENTO 16/08/1948

FILIAÇÃO CELSO GRAÇA MORATO

CECILIA MORATO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. B

Nº REGISTRO 02318864642 VALIDADE 19/11/2017 1ª HABILITAÇÃO 01/02/1977

OBSERVAÇÕES

SAO PAULO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL SAO PAULO, SP DATA EMISSÃO 23/11/2012

55534445545

SP567280802

DETRAN-SP (SAO PAULO)



SELLO DE NOTAS

STA. PAUL - CECILIA CESAR

PAULO BISCHOFF - TABELÃO

PAULARES DE MESUS - SERRAVALLE

09 OUT. 2014

AUTENTICAÇÃO: Autentico esta cópia reprográfica, conforme o original a mim apresentado, de que dou fé. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

Data de Envio:

25/10/2023 16:30:26

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.024939/2020-91

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **KISS TELECOMUNICACOES LTDA**

CPF/CNPJ: **59.477.240/0001-24**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:31:36 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: xtE1mPtWUBl6pkhm7Qdi

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº:
53115.024939/2020-91**

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 25/10/2023 18:39

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá/SP, responder aos processos nº 53000.023780/2011-93, 53000.018753/2011-07, 53504.015393/2012-93, 53504.005367/2012-57, 53504.002694/2012-57, 53504.003857/2013-08, 53504.021065/2014-98, 53504.005284/2015-19 não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 25 de outubro de 2023 16:30

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.024939/2020-91

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Diário Oficial

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXIX — Nº 47

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO CONGRESSO NACIONAL	4397
ATOS DO PODER EXECUTIVO	4399
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	4405
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	4409
MINISTÉRIO DA SAÚDE	4409
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	4438
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	4442
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA	4442
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS	4442
INEDITORIAIS	4467
ÍNDICE	4472

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga concessão à RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Itarema, Estado do Ceará, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, a que se refere o Decreto nº 98.924, de 2 de fevereiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à REDE ASSOCIADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Pederneiras, Estado de São

Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 55, de 5 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1991

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 1º de março de 1989, a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão sonora em onda média, objeto do Decreto nº 98.482, de 7 de dezembro de 1989.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. através da Portaria nº 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 162, de 15 de setembro de 1989, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissões à OMEGA RÁDIO DIFUSÃO S/C LTDA. e à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo, atos a que se referem as Portarias nºs 101 e 104, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à SINTONIA - SISTEMA FM STEREOSOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 74, de 8 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à PRATA FM S/C LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a que se refere a Portaria nº 109, de 9 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 1991

Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguaruna, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguaruna, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 60, de 6 de março de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RADIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à RADIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA., através da Portaria nº 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, objeto da Portaria nº 161, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à FM CORISCO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 43, de 22 de fevereiro de 1990, do Ministro das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 08 DE MARÇO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 55, DE 1991

Aprova os atos que outorgam permissão à RADIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, e à PLANALTO FM STEREO SOM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Art. 1º - São aprovados os atos que outorgam permissão à RADIO SP-1 LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX 061) 321-5666/ Telex: 0611 1356 DIMN BR
Fax: 0611 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO OFICIAL - Seção I
Órgão destinado à publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 16 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICON/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2046
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.



Portaria nº 104, de 9 de Março de 1990.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004636/89, (Edital nº 065/89), resolve:

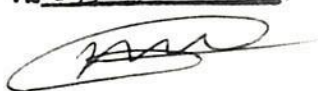
I - Outorgar permissão à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III - Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.D.S. nº 106 / 1990
Fls. 08




1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35208282369	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 07/10/1988	INÍCIO DAS ATIVIDADES 07/10/1988	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL KISS TELECOMUNICACOES LTDA.					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 59.477.240/0001-24	ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA			NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15 ANDAR EDIF		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01310-300	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 100.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME MIRIAN MORATO							
ENDEREÇO RUA BOM PASTOR				NÚMERO 753	COMPLEMENTO		
BAIRRO IPIRANGA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04203-050	RG 111295865	
CPF 034.174.798-00	CARGO SÓCIO					QUANTIDADE COTAS 1.000,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA							
ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA				NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15AND.ESC.151		
BAIRRO BELA VISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 01310-300	RG 267800411	
CPF 279.767.838-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 99.000,00	

FILIAIS							
NIRE 35903885831	CNPJ						
ENDEREÇO ESTRADA DOS FERNANDES				NÚMERO 2335	COMPLEMENTO		
BAIRRO	MUNICÍPIO				UF	CEP	

MIRANTE	ARUJA	SP	07400-970
NIRE 33999163873	CNPJ		
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO	NÚMERO 245	COMPLEMENTO 37A. SL.3707	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ	CEP 20040-009

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 16/06/2023	NÚMERO 246.489/23-6	
ADMITIDO MIRIAN MORATO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 034.174.798-00, RG/RNE: 11129586-5 - SP, RESIDENTE À RUA BOM PASTOR, 753, IPIRANGA, SAO PAULO - SP, CEP 04203-050, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE EVALDO VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 032.824.208-03, RG/RNE: 13733712-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA FLORA, 483, APTO 74, JAGUARIBE, OSASCO - SP, CEP 06053-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.		
REMANESCENTE TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA., CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15AND.ESC.151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35208282369
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 27/10/2023



Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 223567242, sexta-feira, 27 de outubro de 2023 às 12:57:43.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.024939/2020-91**Entidade:** KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**CNPJ nº:** 59.477.240/0001-24**FISTEL nº:** 02031635409**Localidade:** Arujá/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 15/12/2020**Período:** 11/03/2021 a 11/03/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	6247678 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pela representante legal da entidade à época, Tais Rothschild de Abreu Lilla (SUPER 6247678 - Págs. 65-78).

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	8292118	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11184478 Págs. 7-10	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11188361	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	6247678 Págs. 83	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	

5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11184498 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11184498 Pág. 4 E 6247678 Pág. 85 M 6247678 Pág. 86	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11184478 Pág. 11	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11184498 Pág. 4 FGTS 11184498 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11184498 Pág. 5	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>Mirian Morato 11184632</p> <p>Tais Rothschild de Abreu Lilla 7921709, Pág. 1</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11184478 Pág. 6</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11184478 Págs. 12-16</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	

13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11185266	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11184676	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
-------------------	---------------------	-----------------	-------------------	--------------------

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184408** e o código CRC **0367E103**.

Referência: Processo nº 53115.024939/2020-91

SEI nº 11184408



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19143/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Kiss Telecomunicações Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 59.477.240/0001-24**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arujá/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02031635409**, referente ao período de 11 de março de 2021 a 11 de março de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Kiss Telecomunicações Ltda** outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 104, de 9 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de março de 1990 e Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1991 (SUPER 11187021).

7. Concernente ao período de **2001-2011**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 6 de novembro de 2000, gerando o protocolo nº 53830.001161/2000-12, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de setembro de 2000 e 11 de dezembro de 2000. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. Concernente ao período de **2011-2021**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 4 de agosto de 2011, gerando o protocolo nº 53000.011432/2011-73, acompanhado de

parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de setembro de 2010 e 11 de dezembro de 2010. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, alusivo ao período de **2011-2021**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

12. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

13. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

14. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SUPER 11187035).

15. Pela análise dos autos, observa-se que, em **15 de dezembro de 2020**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade

da execução do serviço, por novo período (SUPER 6247678 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021.

16. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11184408). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

17. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11184408).

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26 de outubro de 2023 (SUPER 11184478 - Págs. 7-10).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão.

21. Por sua vez, a sócia administradora Taís Rothschild de Abreu Lilla compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas

localidades de São Gonçalo/RJ, Cosmópolis/SP, Sumaré/SP, São Paulo/SP e São Caetano do Sul/SP, bem como o serviço de sons e imagens, na localidade Francisco Morato/SP. Já a sócia Mirian Morato compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Ribeirão Preto/SP e Padre Bernardo/GO.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11184478 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11185266).

23. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11184408).

24. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11184498 - Pág. 1).

25. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63* e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

26. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

- I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)
- a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)
 - c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)
- II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)
- a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)
- III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)
- IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)
- V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)
- § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)
- § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)
- § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)
- § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)
- § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)
- § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)
- § 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de fevereiro de 2023, com validade até 13 de março de 2030 (SUPER 11184478 - Págs. 1 e 6).

30. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 25 de outubro de 2023 (SUPER 11184478 - Pág. 11). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11184478 - Págs. 12-16). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arujá/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11187035).

CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963,

com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 30/10/2023, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 22:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187022** e o código CRC **0D16F420**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11187063)
- Minuta de Exposição de Motivos (11187064)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.024939/2020-91,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, número de inscrição no FISTEL nº 02031635409, a partir de 11 de março de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 30/10/2023, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 22:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187063** e o código CRC **B6ADE244**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta, em 30/10/2023, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 22:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187064** e o código CRC **C4D19897**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10882, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A **MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA**, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.024939/2020-91,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, número de inscrição no FISTEL nº 02031635409, a partir de 11 de março de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193886** e o código CRC **629170C2**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 31 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10882, de 31 de outubro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193889** e o código CRC **40515E05**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43452/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10882/2023(11193886) e Exposição de Motivos nº 381/2023 (11193889)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 19143/2023/MCOM (11187022), encaminho a Portaria nº 10882/2023(11193886) e Exposição de Motivos nº 381/2023 (11193889), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 16/11/2023, às 19:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193920** e o código CRC **2369679A**.

Referência: Processo nº 53115.024939/2020-91

Documento nº 11193920

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/11/2023 | Edição: 222 | Seção: 1 | Página: 21
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.882, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.024939/2020-91, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, número de inscrição no FISTEL nº 02031635409, a partir de 11 de março de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac4563f0a

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: KISS TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: ADORE MAIS FM	
Telefone: (11) 3016-5999	E-mail: kissfm@kissfm.com.br
CNPJ: 59.477.240/0001-24	Número do Fistel: 02031635409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/03/1991	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 13/03/2030	
Observações: SSR77/90;SSC36/95;RESOLUCAO ANATEL 03/97 125/99. Ato nº 5.172, de 14 de agosto de 2015, publicado na Pag. 71, Seção 1 do DOU de 18/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: - ED. CENTRAL PARK - ANDAR 15	
Bairro: CERQUEIRA CESAR	Numero: 2.200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PAULISTA	Complemento: TERREO LOJA 01 EDIFICIO CENTRAL PARK	
Bairro: BELA VISTA	Numero: 2200	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01310300

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Estrada dos Fernandes	Complemento:	
Bairro: Mirante do Arujá	Numero: 2335	
Município: Arujá	UF: SP	CEP: 07404165

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Arujá	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 271	Frequência: 102.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 30.3766kW
HCI: 74 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 9222316	Número Indicativo: ZYM681
Data Último Licenciamento: 10/02/2023	Número da Licença: 53500.005650/2023-71

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 23' 33.00" S	Longitude: 46° 17' 55.00" W	Cota da base: 859.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017098anq00587	Modelo: FM-35T
Fabricante: Broadcast Electronics Inc.	Potência de Operação: 13.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HJ-11-50-Heliox	Fabricante: Andrew Corporations		
Comprimento da Linha: 85 m	Atenuação: 0.4 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMB6015-2/2-BOX	Fabricante: Shively Labs				
Ganho: 3.84 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 80 °	Polarização: Circular	HCI: 74 m	ERP Máxima: 30.38 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 13.98	5°: 11.87	10°: 10.17	15°: 8.64	20°: 7.33	25°: 5.93	30°: 4.73	35°: 3.68	40°: 2.73	45°: 2.05	50°: 1.41	55°: 0.92
60°: 0.45	65°: 0.26	70°: 0.09	75°: 0.13	80°: 0.18	85°: 0.49	90°: 0.82	95°: 1.06	100°: 1.31	105°: 1.67	110°: 2.05	115°: 2.38
120°: 2.73	125°: 3.04	130°: 3.35	135°: 3.48	140°: 3.61	145°: 3.68	150°: 3.74	155°: 3.74	160°: 3.74	165°: 3.74	170°: 3.74	175°: 3.61
180°: 3.48	185°: 3.29	190°: 3.1	195°: 2.85	200°: 2.62	205°: 2.27	210°: 1.94	215°: 2.62	220°: 1.31	225°: 1.36	230°: 1.41	235°: 1.78
240°: 2.16	245°: 2.91	250°: 3.74	255°: 4.66	260°: 5.68	265°: 7.13	270°: 8.87	275°: 10.46	280°: 12.4	285°: 14.89	290°: 18.42	295°: 23.1
300°: 33.98	305°: 26.02	310°: 21.94	315°: 20	320°: 18.42	325°: 18.42	330°: 18.42	335°: 19.17	340°: 20	345°: 20	350°: 20	355°: 16.48

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°12'36.16" S Lon 46°17'55" W	5°: Lat 23°11'13.62" S Lon 46°16'44.63" W	10°: Lat 23°10'16.67" S Lon 46°15'22.27" W	15°: Lat 23°9'0.28" S Lon 46°13'40.69" W	20°: Lat 23°8'17.07" S Lon 46°11'52.52" W	25°: Lat 23°8'19.45" S Lon 46°10'11.83" W	30°: Lat 23°8'6.54" S Lon 46°8'13.52" W	35°: Lat 23°7'58.25" S Lon 46°6'3.6" W	40°: Lat 23°8'33.24" S Lon 46°4'14.49" W	45°: Lat 23°9'28.86" S Lon 46°2'37.69" W	50°: Lat 23°10'57.67" S Lon 46°1'36.86" W	55°: Lat 23°12'32.43" S Lon 46°0'49.98" W
60°: Lat 23°13'49.79" S Lon 45°5'9'37.74" W	65°: Lat 23°14'9.28" S Lon 45°56'2.94" W	70°: Lat 23°15'17.16" S Lon 45°53'18" W	75°: Lat 23°17'6.04" S Lon 45°51'51.54" W	80°: Lat 23°19'12.58" S Lon 45°51'20.55" W	85°: Lat 23°21'22.4" S Lon 45°51'17.11" W	90°: Lat 23°23'30.81" S Lon 45°51'41.58" W	95°: Lat 23°25'33.5" S Lon 45°52'28.36" W	100°: Lat 23°27'33.54" S Lon 45°52'55.61" W	105°: Lat 23°29'24.07" S Lon 45°53'58.98" W	110°: Lat 23°31'1.51" S Lon 45°55'26.3" W	115°: Lat 23°32'29.75" S Lon 45°56'17" W
120°: Lat 23°33'42.42" S Lon 45°5'8'41.22" W	125°: Lat 23°34'12.72" S Lon 46°1'16.85" W	130°: Lat 23°34'35.37" S Lon 46°3'32.86" W	135°: Lat 23°35'8.33" S Lon 46°5'15.73" W	140°: Lat 23°35'55.54" S Lon 46°6'34.7" W	145°: Lat 23°37'18.18" S Lon 46°7'24.1" W	150°: Lat 23°37'8.03" S Lon 46°9'21.27" W	155°: Lat 23°38'3.21" S Lon 46°10'31.98" W	160°: Lat 23°39'2.06" S Lon 46°11'45.8" W	165°: Lat 23°39'37.21" S Lon 46°13'12.91" W	170°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°14'39.42" W	175°: Lat 23°40'31.12" S Lon 46°16'17.74" W
180°: Lat 23°40'20.78" S Lon 46°17'55" W	185°: Lat 23°40'16.94" S Lon 46°19'30.9" W	190°: Lat 23°40'28.79" S Lon 46°21'10.58" W	195°: Lat 23°40'27.6" S Lon 46°22'51.86" W	200°: Lat 23°40'4.44" S Lon 46°24'29.04" W	205°: Lat 23°39'42.02" S Lon 46°26'8.44" W	210°: Lat 23°38'58.86" S Lon 46°27'38.74" W	215°: Lat 23°37'45.35" S Lon 46°28'46.72" W	220°: Lat 23°37'51.65" S Lon 46°31'1.94" W	225°: Lat 23°36'35.39" S Lon 46°32'9.56" W	230°: Lat 23°35'2.76" S Lon 46°32'52.86" W	235°: Lat 23°33'13.04" S Lon 46°32'59.79" W
240°: Lat 23°31'27.72" S Lon 46°3'2'53.12" W	245°: Lat 23°30'10.08" S Lon 46°3'3'25.37" W	250°: Lat 23°28'49.31" S Lon 46°33'44.9" W	255°: Lat 23°27'32.13" S Lon 46°34'11.26" W	260°: Lat 23°26'3.35" S Lon 46°33'29.08" W	265°: Lat 23°24'41.17" S Lon 46°32'12.19" W	270°: Lat 23°23'32.49" S Lon 46°30'37.17" W	275°: Lat 23°22'36.15" S Lon 46°29'37.56" W	280°: Lat 23°21'55.92" S Lon 46°27'52.8" W	285°: Lat 23°21'31.88" S Lon 46°26'6.5" W	290°: Lat 23°21'28.79" S Lon 46°24'6.36" W	295°: Lat 23°21'47.72" S Lon 46°22'0.81" W
300°: Lat 23°22'34.89" S Lon 46°1'9'44.62" W	305°: Lat 23°21'45.53" S Lon 46°2'0'42.15" W	310°: Lat 23°23'21'8.17" S Lon 46°21'2.96" W	315°: Lat 23°20'40.26" S Lon 46°21'3.1" W	320°: Lat 23°18'47.75" S Lon 46°21'15.57" W	325°: Lat 23°18'4.68" S Lon 46°22'5.27" W	330°: Lat 23°18'22.88" S Lon 46°21'9.94" W	335°: Lat 23°18'17.06" S Lon 46°20'35.4" W	340°: Lat 23°17'38.69" S Lon 46°20'15.4" W	345°: Lat 23°17'17.32" S Lon 46°19'49.25" W	350°: Lat 23°16'25.65" S Lon 46°19'17.03" W	355°: Lat 23°14'13.15" S Lon 46°18'48.3" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 22.92	10°: 24.98	15°: 27.91	20°: 30.1	25°: 31.13	30°: 33.03	35°: 35.23	40°: 36.25	45°: 36.84	50°: 36.25	55°: 35.52
60°: 35.96	65°: 41.09	70°: 44.6	75°: 45.92	80°: 45.92	85°: 45.48	90°: 44.6	95°: 43.43	100°: 43.14	105°: 42.11	110°: 40.65	115°: 39.33

120°: 37.72	125°: 34.5	130°: 31.86	135°: 30.4	140°: 29.96	145°: 31.13	150°: 29.08	155°: 29.66	160°: 30.54	165°: 30.83	170°: 31.86	175°: 31.57
180°: 31.13	185°: 31.13	190°: 31.86	195°: 32.45	200°: 32.59	205°: 33.03	210°: 33.03	215°: 32.15	220°: 34.64	225°: 34.2	230°: 33.18	235°: 31.27
240°: 29.37	245°: 29.08	250°: 28.64	255°: 28.64	260°: 26.88	265°: 24.39	270°: 21.61	275°: 20	280°: 17.21	285°: 14.43	290°: 11.21	295°: 7.69
300°: 3.59	305°: 5.79	310°: 6.96	315°: 7.54	320°: 11.5	325°: 12.38	330°: 11.06	335°: 10.77	340°: 11.65	345°: 12.52	350°: 13.4	355°: 17.36

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 055890xxx00518	Modelo: FM 25000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 13.600 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 30.38 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	104	Portaria	MC	09/03/1990	13/03/1990	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	266	Portaria	MC	28/10/1991		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	49	Decreto Legislativo	CN	08/03/1991	11/03/1991	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	21	Portaria	MC	19/01/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	7	Portaria	MC	24/01/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	1330	Portaria	MC	07/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	234	Portaria	MC	14/07/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	20	Portaria	MC	18/03/1999	29/03/1999	Transferência Indireta	Jurídico
9999	26	Portaria	MC	05/04/1999	08/04/1999	Multa	Jurídico
9999	276	Portaria	MC	08/06/2009	17/09/2010	Multa	Jurídico
9999	531	Portaria	MC	28/05/2013	31/05/2013	Multa	Jurídico
53504.015393/2012-93	2798	Portaria	MCTIC	16/08/2016	28/10/2016	Multa	Jurídico
535040026942012	2585	Portaria	MCTIC	22/08/2016	21/10/2016	Multa	Jurídico
53500.066747/201	10840	Ato	ORLE	02/08/2017	30/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

7-11 53504.002833/2013-23	4719	Portaria	MCTIC	25/08/2017	29/08/2017	Multa	Técnico
53504.021065/2014-98	4833	Portaria	MC	20/09/2018	27/09/2018	Multa	Jurídico
53500.048625/2021-11	5388	Ato	ORLE	16/07/2021	26/07/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.345591/2022-91	9635687	Ato	ORLE	30/12/2022	13/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115024939202091	10882	Portaria	MC	31/10/2023	23/11/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44362/2023/MCOM

Brasília, 23 de novembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 381 (11193889)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10882/2023/SEI-MCOM (11230757), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 381 (11193889), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 23/11/2023, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11232239** e o código CRC **A8B89632**.

Brasília, 27 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10882, de 31 de outubro de 2023, publicada em 23 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34843/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.024939/2020-91.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/11/2023, às 12:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11238595** e o código CRC **9A6EDAB5**.

EM nº 00707/2023 MCOM

Brasília, 27 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19143/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10882, de 31 de outubro de 2023, publicada em 23 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 9 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de	

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^{[11](#)}.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –	Art. 113, inciso VIII, do RSR.

FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

- 1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**
- 2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.**
- 3. Encaminhem conforme proposto.**

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de	

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^{[11](#)}.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –	Art. 113, inciso VIII, do RSR.

FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REFERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19143/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.024939/2020-91

INTERESSADA: KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Kiss Telecomunicações Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 59.477.240/0001-24**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arujá/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02031635409**, referente ao período de 11 de março de 2021 a 11 de março de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Kiss Telecomunicações Ltda** outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 104, de 9 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de março de 1990 e Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1991 (SUPER 11187021).

7. Concernente ao período de **2001-2011**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 6 de novembro de 2000, gerando o protocolo nº 53830.001161/2000-12, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de setembro de 2000 e 11 de dezembro de 2000. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. Concernente ao período de **2011-2021**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 4 de agosto de 2011, gerando o protocolo nº 53000.011432/2011-73, acompanhado de

parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de setembro de 2010 e 11 de dezembro de 2010. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, alusivo ao período de **2011-2021**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

12. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

13. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

14. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SUPER 11187035).

15. Pela análise dos autos, observa-se que, em **15 de dezembro de 2020**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade

da execução do serviço, por novo período (SUPER 6247678 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021.

16. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11184408). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

17. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11184408).

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26 de outubro de 2023 (SUPER 11184478 - Págs. 7-10).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão.

21. Por sua vez, a sócia administradora Taís Rothschild de Abreu Lilla compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas

localidades de São Gonçalo/RJ, Cosmópolis/SP, Sumaré/SP, São Paulo/SP e São Caetano do Sul/SP, bem como o serviço de sons e imagens, na localidade Francisco Morato/SP. Já a sócia Mirian Morato compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Ribeirão Preto/SP e Padre Bernardo/GO.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11184478 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11185266).

23. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11184408).

24. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11184498 - Pág. 1).

25. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63* e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

26. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

- I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)
- a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)
 - c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)
- II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)
- a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)
- III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)
- IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)
- V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)
- § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)
- § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)
- § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)
- § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)
- § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)
- § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)
- § 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de fevereiro de 2023, com validade até 13 de março de 2030 (SUPER 11184478 - Págs. 1 e 6).

30. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 25 de outubro de 2023 (SUPER 11184478 - Pág. 11). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11184478 - Págs. 12-16). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arujá/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11187035).

CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963,

com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 30/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 30/10/2023, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 22:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187022** e o código CRC **0D16F420**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11187063)
- Minuta de Exposição de Motivos (11187064)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 8 de dezembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 707 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 08/12/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4814606** e o código CRC **53C4C49C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4879/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 707/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 707/2023 (4814596), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, da permissão outorgada à KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 59.477.240/0001-24), nos termos da Portaria nº 104, datada em 09 de março de 1990, publicada em 13 de março de 1990, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 49, de 1991, publicado em 11 de março de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arujá, estado de São Paulo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 08/12/2023, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4815025** e o código CRC **E231729E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 707/2023 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Despacho:

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de radiodifusão, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 11/12/2023, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4818796** e o código CRC **E4B21850** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.024939/2020-91

Nota SAJ - Radiodifusão nº 573 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.024939/2020-91

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.024939/2020-91, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA** CNPJ nº 59.477.240/0001-24, na localidade de **Arujá/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Para fins de instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, consoante a **NOTA TÉCNICA** Nº 19143/2023/SEI-MCOM (4814605). Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se

posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.024939/2020-91, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do*

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 23/07/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5794967** e o código CRC **6A957196** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 501/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.024939/2020-91.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00707/2023 MCOM, de 27 de Novembro de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Arujá (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00707/2023 MCOM (4804771), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.024939/2020-91, acompanhado da [Portaria MCOM nº 10.882, de 31 de outubro de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de março de 2021, no município de Arujá, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, para a empresa KISS TELECOMUNICAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 59.477.240/0001-24, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].

2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:

- Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (4804759), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
- Nota Técnica nº 19143/2023/SEI-MCOM, de 30/10/2023 (4814605), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM) que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 31, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
- Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 30/10/2023 (4804761), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	59.477.240/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	KISS TELECOMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MIRIAN MORATO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 26/06/2024 às 17:05 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de

informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 30/08/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 30/08/2024, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 30/08/2024, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5850695** e o código CRC **9F0602EC** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.024939/2020-91

SEI nº 5850695

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MENSAGEM Nº 1018

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que renova, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida à Kiss Telecomunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6057363) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARDILO VALENTE
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente, Supervisor(a)**, em 04/09/2024, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6057512** e o código CRC **D20E2E38** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que renova, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida à Kiss Telecomunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.018, de 3 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que renova, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida à Kiss Telecomunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6059086).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/09/2024, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 04/09/2024, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6059095** e o código CRC **33956883** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1100/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.882, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que renova, a partir de 11 de março de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida à Kiss Telecomunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061962** e o código CRC **923D87DC** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0